



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM BIBLIOTECONOMIA

GLÁUCIO BARRETO DE LIMA

**FILMES LGBT COMO MEMÓRIA E RESISTÊNCIA: ANÁLISE FÍLMICA
APLICADA NA CONSTRUÇÃO DE UM CATÁLOGO TEMÁTICO PARA A
FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES**

JUAZEIRO DO NORTE

2018

GLÁUCIO BARRETO DE LIMA

FILMES LGBT COMO MEMÓRIA E RESISTÊNCIA: análise fílmica aplicada na construção de um catálogo temático para a formação e desenvolvimento de coleções

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Biblioteconomia.

Orientação: Prof^a. Dra. Francisca Pereira dos Santos.

JUAZEIRO DO NORTE

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Cariri
Sistema de Bibliotecas

L696f

Lima, Gláucio Barreto de.

Filmes LGBT como memória e resistência: análise fílmica aplicada na construção de um catálogo temático para a formação e desenvolvimento de coleções/ Gláucio Barreto de Lima. – 2018.

97 f., il. color., enc.; 30 cm.

Inclui bibliografia (p.91 a 96).

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Cariri, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia, Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia, Juazeiro do Norte, 2018.

Área de Concentração: Informação, Cultura e Memória.

Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Francisca Pereira dos Santos.

1. Gênero. 2. Informação LGBT. 3. Biblioteconomia. 4. Formação e desenvolvimento de coleções.
5. Análise fílmica. I. Título.

CDD 305.3

Bibliotecário: João Bosco Dumont do Nascimento – CRB 3/1355

GLÁUCIO BARRETO DE LIMA

FILMES LGBT COMO MEMÓRIA E RESISTÊNCIA: análise fílmica aplicada na construção de um catálogo temático para a formação e desenvolvimento de coleções

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia no Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri, na Linha de Pesquisa em Informação, Cultura e Memória, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Biblioteconomia.

Aprovada em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Francisca Pereira dos Santos
(Membro Interno - Orientadora)
Universidade Federal do Cariri – UFCA

Prof^a. Dra. Maria Cleide Rodrigues Bernardino
(Membro Interno - Avaliadora)
Universidade Federal do Cariri – UFCA

Prof^a. Dra. Gisele Rocha Côrtes
(Membro Externo - Avaliadora)
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

À minha família.

E em especial, pela lembrança das travestis Hérica Izidório e Dandara dos Santos (*in memoriam*), vítimas da violência transfóbica no Estado do Ceará em 2017.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Aos colegas do Mestrado em Biblioteconomia pela convivência.

Aos professores do Mestrado em Biblioteconomia pelos ensinamentos.

Aos gestores do Instituto Federal do Ceará pela oportunidade, ao conceder o afastamento para os estudos.

Às Bibliotecárias da Universidade Federal do Cariri, pela atenção e ajuda em todos os momentos: Valeska Nogueira, pela amizade, cordialidade e carinho sempre; Lucélia Mara Serra, pela amizade, solidariedade e atenção. Gratidão eterna por tudo o que vocês fizeram por mim.

Ao meu gestor imediato, Bibliotecário Luiz Carlos Silveira, pela amizade e confiança para a autorização do meu afastamento.

Aos meus pais e irmãos por todo apoio e ajuda.

Aos amigos Bibliotecários da Universidade Federal do Ceará: Nonato Ribeiro e Clemilda Santos (Cleo), pela ajuda no período de preparação para o Mestrado.

À Professora Rute Batista de Pontes (UFC) pelos conhecimentos transmitidos sobre a Formação e Desenvolvimento de Coleções – FDC.

Às Professoras Cleide Rodrigues (UFCA) e Cláudia Rejanne Grangeiro (URCA), pelo aceite em participar da Banca Avaliadora de Qualificação.

À Professora Francisca Pereira (Fanka) por aceitar minha orientação e oferecer suas contribuições e ensinamentos.

Às Professoras Cleide Rodrigues (UFCA) e Gisele Rocha Côrtes (UFPB), pelo aceite em participar da Banca Avaliadora de Defesa de Dissertação.

Diversidades

De tudo há nesse mundo,
Diversas pessoas, situações, dores
Diversos nomes, caminhos, amores.
Pela janela olho e vejo gentes
Com tristes ou alegres semblantes,
São tantos é impressionante
Diante de tamanha diversidade
Cada um representa uma
Individualidade.
Não há o que duvidar
Do que revela o nosso olhar,
As diferenças nos enriquecem
Quando existe a compreensão
De que o outro é gente, como eu,
Igual e diferente em meio à multidão.

Trecho do poema “Diversidades” de Gervana Nobre (NOBRE, 2012, p.77).

RESUMO

Problematiza o espaço da biblioteca na atualidade, diante dos avanços do neoconservadorismo e suas práticas de censura que impedem a inclusão de informações sobre gênero e diversidade sexual. Reflete sobre a crise civilizatória e mostra como no campo das produções culturais se desenvolveram identidades que forçaram mudanças e romperam com os ditames da normatividade. Na dialética entre identidades e diferenças, a biblioteca como parte de uma institucionalidade, participa dos jogos de disputa de poder. É neste momento que cabe a pergunta, pela possibilidade de pensar o discurso das singularidades silenciadas: como pensar o corpo abjeto na Biblioteconomia? Sinaliza para a Formação e Desenvolvimento de Coleções como resposta, sendo um dispositivo ético e estético para abordar a temática LGBT. Utiliza a metodologia da pesquisa bibliográfica, com caráter exploratório e descritivo na parte teórica. Para atender o objetivo de construir um catálogo temático de filmes LGBT, a parte prática utilizou o recurso da análise fílmica. Com aporte nos métodos de pensamento fenomenológico, do pós-estruturalismo dos Estudos Culturais e de Gênero e do paradigma da Biblioteconomia Crítica e suas correntes contemporâneas ligadas ao multiculturalismo. O resultado desta pesquisa apresenta como produto final um catálogo com cem filmes analisados quanto aos aspectos de gênero e diversidade sexual. Espera que o desenvolvimento do produto contribua para a formação de acervos nas bibliotecas especializadas das ONGs e também nas de outros tipos.

Palavras-chave: Gênero; Informação LGBT; Biblioteconomia; Formação e Desenvolvimento de Coleções; Análise fílmica.

ABSTRACT

It problematizes the space of the library now, in the face of advances in neoconservatism and its practices of censorship that prevent the inclusion of information on gender and sexual diversity. It reflects on the civilizational crisis and shows how in the field of cultural productions identities developed that forced changes and broke with the dictates of normativity. In the dialectic between identities and differences, the library as part of an institutionality, participates in the games of power dispute. It is at this moment that the question, for the possibility of thinking the discourse of silenced singularities, is the question: how to think the subject body in Librarianship? It signals to the Formation and Development of Collections as a response, being an ethical and aesthetic device to approach the LGBT theme. It uses the methodology of the bibliographic research, with an exploratory and descriptive character in the theoretical part. In order to meet the goal of building a thematic catalog of LGBT films, the practical part used the feature of film analysis. With contributions in the methods of phenomenological thought, post-structuralism of Cultural and Gender Studies and the paradigm of Critical Librarianship and its contemporary currents linked to multiculturalism. The result of this research presents as final product a catalog with one hundred films analyzed regarding aspects of gender and sexual diversity. It hopes that the development of the product contributes to the formation of collections in the specialized libraries of ONGs and also of other types.

Keywords: Gender; LGBT information; Librarianship; Training and Development of Collections; Film analysis.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIA	Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS
ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, <i>Gays</i> , Bissexuais, Travestis e Transexuais
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ATGENDER	<i>The European Association for Gender Research, Education and Documentation</i>
BBB	Bancada da Bíblia, da Bala e do Boi
CCGLM	<i>Le Centre Communautaire des Gais et Lesbiennes de Montréal</i>
CEDOCAT	Centro de Documentação Adelmo Turra
CFB	Conselho Federal de Biblioteconomia
CLGA	<i>Canadian Lesbian and Gay Archives</i>
DST	Doença Sexualmente Transmissível
DVD	<i>Digital Versatile Disc</i>
EBLGBT	Encontro Brasileiro de Lésbicas, <i>Gays</i> , Bissexuais, Travestis e Transexuais
FDC	Formação e Desenvolvimento de Coleções
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições
GLBT	<i>Gays</i> , Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
IFLA	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>
ILGA	Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual e <i>Transgénero</i>
LGBT	Lésbicas, <i>Gays</i> , Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MEC	Ministério da Educação
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
URCA	Universidade Regional do Cariri

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 CRISE CIVILIZATÓRIA E O ROMPANTE QUE OS ESTUDOS DE GÊNERO ESTABELECEM NO CAMPO DAS PRODUÇÕES CULTURAIS	17
3 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS MUDANÇAS NOS PROCESSOS CULTURAIS E A CONFIGURAÇÃO DAS IDENTIDADES	29
4 DISCURSO DE SINGULARIDADES SILENCIADAS: COMO PENSAR O CORPO ABJETO NA BIBLIOTECONOMIA	42
4.1 Aproximações entre Gênero e Biblioteconomia	42
4.2 Formação e Desenvolvimento de Coleções: a biblioteca como dispositivo ético de enunciados e visibilidades	58
5 METODOLOGIA	71
6 ANÁLISE DOS FILMES E PRODUÇÃO DO CATÁLOGO	78
7 CONSIDERAÇÕES	88
REFERÊNCIAS	91
APÊNDICE	97

1 INTRODUÇÃO

A temática LGBT é uma questão de natureza social que envolve aspectos da cultura, da política e da ciência, fazendo parte dos temas que são pesquisados nos Estudos de Gênero sobre diversidade sexual. É também um tema de relevância para a discussão na Biblioteconomia, tendo em vista fatos históricos e principalmente os atuais, que comprovam uma intenção de bloquear para este público, o direito de livre acesso às informações.

Os noticiários tem sido referência para a comprovação deste problema no Brasil. Cotidianamente surgem manchetes alardeando que determinados tipos de informação (como as que tratam sobre questões de gênero, sexualidade ou temas LGBT), são ameaçadas ou simplesmente retiradas de circulação, de forma que seja impedida sua disponibilização pelo instrumento da censura.

Existe uma intencionalidade em não se permitir que a informação sobre LGBTs seja oferecida nas bibliotecas. Essa questão envolve uma reflexão mais profunda quanto aos conflitos que surgem nas disputas entre as identidades dominantes e as identidades subjugadas. Esse aspecto simboliza um dos elementos da crise humanitária, onde ainda se projeta um modelo de exclusão, dominação e exploração baseado na lógica do capital.

A importância de trazer esta reflexão para a Biblioteconomia deve-se à imprescindível necessidade de que seja problematizado o espaço da biblioteca como um espaço de discursos e que deve pautar sobre a diversidade humana. A educação para a diversidade precisa ser uma das linhas de atuação das bibliotecas. São lugares do conhecimento, da informação e do entretenimento, portanto, um espaço de socialização dos saberes, das culturas e das memórias, contribuindo assim para a melhoria na transformação social.

A justificativa para abordar esta temática deve-se à necessidade de uma contrapartida de enfrentamento por parte da classe bibliotecária ao neoconservadorismo brasileiro, presente em muitos discursos políticos, que tem boicotado a pluralidade de pensamentos, criando uma ‘nova censura’, provocando o impedimento de acesso às publicações que abordem a pauta da diversidade sexual, não permitindo que sejam incorporadas aos acervos públicos, principalmente no âmbito escolar. Como trabalhar o estímulo ao respeito às diferenças, se as estatísticas de violências contra a comunidade LGBT apontam que existe uma forte reação ultraconservadora, machista, racista, homofóbica, transfóbica, misógina, classista, sexista, interferindo contrariamente nos avanços para as discussões de gênero nos mais variados tipos de bibliotecas e suportes de informação?

Para tentar compreender esta questão, delinea-se uma aproximação entre os campos da Biblioteconomia com os Estudos de Gênero. A perspectiva dos Estudos Culturais e da corrente pós-estruturalista (a exemplo de teóricas como Judith Butler e Guacira Lopes Louro) faz com que seja feita uma análise do contexto nos dois campos científicos e as explicações encontradas para entender a problemática. A abordagem do paradigma da Biblioteconomia Crítica e também das correntes contemporâneas, trouxeram a exemplo do multiculturalismo nas bibliotecas, a possibilidade de ousar na aplicação de uma metodologia que pudesse envolver a Biblioteconomia e o Gênero no intuito de produzir um conhecimento comum para as áreas.

Quanto à pergunta anterior, é imprescindível a compreensão da seguinte questão: O surgimento de bibliotecas especializadas nas ONG's é reflexo do silenciamento da temática da diversidade sexual nos demais tipos de bibliotecas? Seria a criação de bibliotecas nas ONG's LGBTs uma forma de escapar da negação do direito à informação? As possíveis respostas dessas perguntas envolvem a aproximação do problema com a atividade e o papel social do sujeito bibliotecário.

O objetivo geral é produzir um catálogo temático de filmes LGBT para contribuir no processo de Formação e Desenvolvimento de Coleções nas bibliotecas das ONGs e de outros tipos de bibliotecas.

Os objetivos específicos são: fazer a análise fílmica e relacionar com a perspectiva de necessidade de informação deste público; demonstrar como o acervo, através do processo de Formação e Desenvolvimento de Coleções pode ter representatividade de memória para a comunidade LGBT; propor políticas públicas de informação para a comunidade LGBT visando sua memória, disseminação e uso através dos filmes em DVD. Com esses elementos estabelecidos, a proposta de pesquisa utiliza-se desses objetivos para tentar alcançar a expectativa de que com a produção do catálogo de filmes, essas informações possam ser utilizadas no desenvolvimento de coleções em bibliotecas de ONGs e de outros tipos.

A organização da dissertação foi feita em três seções teóricas, uma seção para a descrição da metodologia e mais uma seção para o resultado das análises fílmicas. A seção 2 inicia o percurso dissertativo falando sobre a crise civilizatória e a constatação de que grupos discriminados são das pessoas mais vulneráveis ao sistema de opressões.

Avança na discussão afirmando que os Estudos de Gênero possibilitaram um repensar das situações cotidianas e um olhar diferenciado dos conflitos sociais. As rupturas com as

estruturas e modelos condicionantes da vida social permitiram reflexões sobre os papéis dos indivíduos na sociedade. Esses rompimentos escancaram a crise e permite questionar a quem interessa silenciar as pesquisas e publicações sobre gênero.

A seção 2 também faz a ligação entre Gênero e Biblioteconomia, ao ser constatado que o campo da informação também é influenciado pelo ordenamento político de gênero e apresenta alguns questionamentos sobre a participação dos bibliotecários/das bibliotecárias nos movimentos sociais. Discute a constatação da responsabilidade da classe bibliotecária diante de comunidades desfavorecidas, tendo em vista que outras demandas pela sobrevivência são mais urgentes de serem atendidas do que a necessidade de informação.

Sinaliza ainda para o envolvimento da classe bibliotecária com a temática de gênero e que para isso acontecer é necessário o entendimento de duas noções primordiais: a primeira, que gênero é diferente de sexo biológico, sendo assim, gênero é uma construção social; e a segunda, que os conceitos de sexo, identidade de gênero e orientação sexual são diferentes e não existe necessariamente uma coerência e continuidade entre esses conceitos, contrariando assim a lógica da normatividade.

Outro ponto relevante da seção é a percepção de que as bibliotecas, por possuírem o potencial de ser instrumento de transformação da realidade, vêm sofrendo cerceamentos para que não seja possível a disponibilização de informações sobre gênero e diversidade sexual. Sendo assim, a dissertação faz um apelo para que a classe bibliotecária faça um posicionamento enquanto categoria profissional e tome atitudes frente ao retrocesso que vem acontecendo, que compromete o direito de livre acesso à informação. Para o enfrentamento da crise que atinge a Biblioteconomia e a área de Gênero, as saídas propostas são: enfrentamento do cerceamento oficial e institucionalizado e o uso das prerrogativas legais na esfera da ONU que garantem o acesso à informação como um direito humano.

Já na seção 3, saímos do cerne filosófico da crise em si, para entender como as mudanças nos processos culturais permitiram a configuração de identidades que não estivessem presas ao modelo binário. Esta seção tem uma característica mais descritiva, utilizando os referenciais da bibliografia para dar aporte teórico sobre a consolidação histórica dos movimentos feministas e das identidades LGBT.

Na dialética das identidades, produzindo semelhanças e diferenças, a seção relata a transformação que a humanidade vivenciou, alterando-se os processos culturais e os perfis dos sujeitos sociais, o que possibilitou o surgimento de ‘novas’ identidades. A fragmentação e

rápida mudança da sociedade global alteraram a concepção generalista e universal do saber científico, conforme o que foi constatado nas pesquisas sobre a identidade cultural.

As novas identidades fizeram surgir conflitos entre valores antagônicos. O corpo se legitima como político e carrega marcas da dor e da diferença no estrato social. As 'ondas' do feminismo representaram a luta por direitos das mulheres e com o avanço do movimento social também para outros grupos sociais, como a de LGBTs. A participação dos vários movimentos sociais fortaleceu a luta desses grupos, que foi ampliada pela noção de feminismos no plural.

Nesta seção é feita a descrição do histórico de lutas do movimento LGBT que surgiu como forma de enfrentar os insultos, o estigma da vergonha, da violência simbólica, física e psicológica a que estavam submetidas/os. Também é relatada a constatação da ausência de representatividade política e que a organização dos movimentos LGBT não aconteceu de forma homogênea.

A seção apresenta as relações entre discurso e poder, para afirmar que o discurso estabeleceu o controle sobre os corpos. Ao mesmo tempo em que o movimento homossexual organizado estabeleceu um discurso de si, para a constituição de uma memória da cultura LGBT e postular um contra discurso à lógica opressora. A percepção do sujeito LGBT como um sujeito político, dotado de cidadania, possibilitou uma mudança no sentido de consolidar o movimento social e enfrentar os problemas que envolvem esses sujeitos.

Descreve também sobre os estudos e pesquisas LGBTs e o início de constituição de uma memória da produção cultural dessas pessoas, na intenção de diminuir o preconceito. Na seção fica claro o estabelecimento do Gênero enquanto categoria de análise, saindo de uma condição dada no natural para uma inteligibilidade de construção histórica e sócio-cultural. Neste contexto, a sociedade da informação trouxe mudanças nas relações e nas formas de militância e organização das lutas por direitos e para algumas pessoas, até mesmo nas formas como perceberam as identidades e sexualidades.

No final da seção 3 fazemos um convite para que o campo da informação tente pautar essas questões em seus acervos, de maneira que possa contribuir na tentativa de diminuir os efeitos que a violência e as desigualdades sociais e de gênero implicam sobre a vida das pessoas.

A seção 4 é a que mais aprofunda o assunto de Gênero na Biblioteconomia. Pautado no discurso das singularidades silenciadas, pergunta sobre a possibilidade de pensar o corpo abjeto na Biblioteconomia. Subdivide-se em dois tópicos, um introdutório, onde se apresenta as aproximações entre a Biblioteconomia e Gênero e o segundo, mais específico, sobre os dispositivos éticos dos enunciados e visibilidades na Formação e Desenvolvimento de Coleções.

É nesta seção em que se contextualizam os avanços que a ala conservadora no cenário político tem realizado para forçar que agentes governamentais tomem atitudes que boicotem o discurso de gênero e sexualidade nos serviços públicos de informação. Problematiza neste momento a pouca discussão da classe bibliotecária sobre este assunto e questionam-se os efeitos da visão de ‘risco’ que os gestores possuem sobre a informação em gênero.

Constata-se que pensar o corpo abjeto em Biblioteconomia é dar a possibilidade de voz para essas comunidades ou grupos socialmente discriminados e isso permite que se discuta sobre os discursos que as bibliotecas asseguram como representação de memória em seus acervos. As novas tecnologias da informação e comunicação operam como uma ‘faca de dois gumes’, pois, se por um lado facilitaram o acesso e disponibilidade de informação sobre LGBTs, ao mesmo tempo, essas tecnologias deram visibilidade também a formas de um preconceito mais perverso.

Silenciar as informações sobre gênero, sexualidade e sobre vidas LGBT nas bibliotecas é reforçar as práticas que projetam a heterossexualidade compulsória. As obras LGBT mostram que pessoas diferentes existem. A Biblioteconomia à medida que avançou nos paradigmas de sua ciência, como no desenvolvimento da Biblioteconomia Crítica e da Biblioteconomia Social, saiu de um campo de neutralidade para estar ao lado das pautas dos movimentos sociais e das múltiplas culturas, passando a problematizar os discursos sob sua guarda. As lutas dos movimentos sociais trouxeram a Biblioteconomia para a arena de disputas e isso permitiu a construção de alguns questionamentos interessantes para a discussão e que foram mostrados nesta seção.

No texto surgem as hipóteses para explicar o uso das bibliotecas como aparelho ideológico do Estado. Uma delas foi elaborada a partir da percepção do viés positivista, sustentado no tripé da Missão do Bibliotecário, que seria composto da seguinte forma: a polícia do livro; a crítica à liberdade; e que o bibliotecário é o filtro. Outra constatação é que a biblioteca é utilizada como espaço de demarcação para legitimar um discurso e uma memória.

Assim, ela participa ativamente dos jogos de poder. É neste contexto que acontece o interdito e a recusa à informação LGBT. As obras LGBT produzem uma ética e uma estética que subvertem a lógica de subjetivação dos sujeitos sociais.

A conclusão deste primeiro tópico é que existe uma relação bilateral entre sujeitos sociais e as instituições de informação, que gera o desafio de dar visibilidade para o que muitos preferem esconder e silenciar.

No segundo tópico, sobre a especificidade de trazer essas questões para o universo da Formação e Desenvolvimento de Coleções - FDC, como uma disciplina da Biblioteconomia se inicia a discussão com a constatação do silenciamento das obras de temática LGBT nas bibliotecas públicas e que as que não seguem essa diretriz são as bibliotecas especializadas das ONGs que trabalham com as questões LGBT. Nota-se que o processo de FDC tem um viés político e de certa forma está condicionado aos interesses institucionais.

A biblioteca como um equipamento de memória representa um dispositivo ético de enunciados e visibilidades. A partir desta afirmação, contesta-se filosoficamente e biblioteconômicamente ‘o risco’ que apontam na oportunidade de dar acesso às informações de temática LGBT. O risco é uma invenção, pois o contato com as obras não implica repetição de uma ética ou estética, mas na transformação de sujeitos sociais, buscando a diminuição de preconceitos.

Ressalta que o trabalho do bibliotecário tem que estar vigilante quanto aos preconceitos que existem na área da informação. E que a postura ética do profissional da informação requer antes de tudo o respeito ao princípio de dignidade humana, isso deve nortear todas as suas atividades, incluindo os processos de FDC, em todas as etapas que correspondem essa atividade bibliotecária.

Constatamos que a ética, a censura e o poder possuem relação direta com a FDC, e isso implica em dilemas na seleção da informação e os desafios que envolvem a imparcialidade, sendo descritos na seção, como isso acontece na prática. Sendo a biblioteca um espaço institucional, a ação bibliotecária sofre tensões para a tomada de decisão. Além disso, pode também acontecer interferências do próprio profissional no processo de escolha, durante o ato de seleção de itens para o acervo. Neste sentido, verificam-se as dificuldades de seleção de obras de temática LGBT, tanto pela censura institucional, como a praticada por bibliotecários e bibliotecárias.

Existem motivos que podem impedir que mesmo aqueles/aquelas bibliotecários/bibliotecárias sensíveis ao tema, não consigam abrir espaço para a inclusão da temática LGBT nos acervos. Sinaliza inclusive, concordando com teórico especialista em FDC, que o combate à censura deve ser pautado de forma coletiva, como problema a ser resolvido pela classe profissional e não apenas como um fardo carregado individualmente por alguns bibliotecários/algumas bibliotecárias.

Após a discussão sobre os tipos de censura, a seção 4 encerra com a conclusão de que as bibliotecas podem vir a ser um espaço de discussão tanto das injustiças de gênero quanto da diversidade sexual humana. E pontua que contrariamente ao cenário de perda de direitos, não pode haver um retrocesso nas discussões que pautam gênero e sexualidade, assim como precisam ser impedidas as ações que buscam restringir a liberdade de informação.

Na seção 5 apresentamos a metodologia. Nela descreve-se a caracterização do objeto de pesquisa e a aplicação da análise fílmica no processo de FDC. A produção de um catálogo temático sobre filmes LGBT tem como intuito beneficiar usuários tanto de bibliotecas de ONGs especializadas no assunto, como de outros tipos que venham a utilizar esse recurso como intenção de fazer a inclusão dessa temática em seu acervo.

Mostra também a caracterização da pesquisa, que na parte teórica tem fim exploratório e descritivo, por meio da pesquisa bibliográfica, fundamentada no pensamento fenomenológico, na corrente pós-estruturalista dos Estudos Culturais e da perspectiva crítica e contemporânea da Biblioteconomia. Na parte prática, caracteriza-se com fim exploratório e descritivo, por meio da análise documental dos DVDs e utiliza como recurso metodológico as técnicas de análise fílmica, com preenchimento de planilha de informação sobre os filmes, conforme modelo apresentado no Apêndice.

Na seção 6 é realizada a descrição da prática da análise fílmica nos DVDs dos filmes de temática LGBT selecionados e em seguida tecidas as considerações que podem ser relatadas sobre o desenvolvimento desta pesquisa.

2 CRISE CIVILIZATÓRIA E O ROMPANTE QUE OS ESTUDOS DE GÊNERO ESTABELECEM NO CAMPO DAS PRODUÇÕES CULTURAIS

A atualidade é constantemente associada como uma era que simboliza a crise. Crise civilizatória que acontece em proporção mundial e que envolve desde a economia ao jogo da política, assim como está presente na cultura e faz parte da sociedade global.

Aspectos da vida cotidiana são impactados pela crise, principalmente para as pessoas que vivem à margem da pobreza, que estão inseridas num ciclo de desigualdades que as impedem de ter acesso a bens culturais ou bens de consumo, reforçando a violência e práticas políticas de exclusão, impossibilitando que grande parte da população mundial tenha condições mínimas para sobreviver, como ter acesso a alimentação e ao emprego e renda. Neste sentido são pessoas que dificilmente terão respeitadas a condição de cidadania¹.

É preciso ter cuidado com o uso da palavra crise, pois ela tem formas diferentes de sentido, dependendo do contexto e que tipo de pessoa adota o termo, como forma de expressar uma mudança, um rompimento ou um choque entre pólos antagônicos. Para conservadores, a crise está vinculada ao sentido de transformação de comportamentos na sociedade que já não permite mais os abusos praticados pela dominação patriarcal, machista e exploradora. O que de certo modo, põe em xeque os padrões estabelecidos e atinge mesmo que minimamente as estruturas de poder. Já para os teóricos dos Estudos de Gênero, a crise está justamente na posição contrária, quando em pleno Século XXI a humanidade não se desvencilhou de práticas culturais machistas, racistas, homolebobittransfóbicas² e que insistem em perpetuar formas de exploração e esmagamento da diversidade humana.

Mas a crise recai com maior força sobre o segundo grupo. As pressões para conter a crise – no sentido dos conservadores – tiveram o neoconservadorismo, o neoliberalismo e o neofundamentalismo como resposta. Estes termos representam o retrocesso em montar um tripé de alienação e subordinação, em que as pessoas são categorizadas entre as que merecem ter direitos e outras não. Há um programa político desenvolvido e implementado para a dissolução de direitos conquistados, apelando ao uso incoerente da palavra ‘reformas’

¹ Cidadania como conceito é algo muito complexo e variável. Pensa-se em cidadania no Brasil, diretamente ao que consta na Constituição Federal e que ampara os direitos e obrigações dos indivíduos. Com o avanço do reconhecimento dos direitos no estado democrático, o conceito amplia e é possível alguns teóricos falarem no conceito de forma segmentada. Por exemplo, é comum ler em vários textos a expressão cidadania LGBT.

² Forma como alguns autores fazem contração de várias palavras que expressam medo, aversão e repulsa, direcionado às pessoas identificadas como *gays*, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. É o mesmo que se designa por LGBTfobia.

sinalizada pelos políticos do Brasil, sendo um exemplo claro disso. Desmanche das políticas públicas que foram criadas e que mesmo sendo pauta mínima, permitiram um avanço em uma estrutura engessada como a brasileira, para lidar com questões sérias como a injustiça social, a pobreza extrema, o racismo, o machismo, as homofobias. A inviabilização e o deboche ao Programa Brasil Sem Homofobia³ pela classe política e com apoio de uma parcela significativa da população brasileira é uma ilustração deste retrocesso.

As questões de gênero que foram apontadas pelos Estudos de Gênero⁴ possibilitaram um rompante, ou seja, uma ruptura com estruturas que naturalizam cenas cotidianas, desde a ocupação de gerência e cargos de liderança exclusivamente por homens ao uso da imagem de mulheres seminuas para estimular a venda de cerveja em propagandas. Situações que passam ‘despercebidas’ pela maioria das pessoas, mas que de fato são questões de gênero que precisam de uma explicação. As distinções sociais implicadas pela diferenciação binária entre gêneros passam longe da reflexão, por grande parte da população, do que faz as coisas serem assim estabelecidas.

A diferenciação binária como algo dado no cotidiano, revela fatos que se interligam e que comprovam como existem estruturas socialmente estabelecidas e que interferem nas relações de gênero. É a “ordem de gênero” na sociedade atual, pois “a crença de que distinções de gênero são ‘naturais’ faz as pessoas se escandalizarem quando alguém não segue o padrão” (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 37). Por isso uma força reacionária age no campo político e fora dele, fazendo ligações com as instâncias mais conservadoras das diversas esferas (religiosa, por exemplo), para propor uma barreira aos avanços nos direitos conquistados. A ação antagonista inicia-se na anulação das diversidades de gênero, das

³ O Programa citado foi um esforço do Governo Federal, na gestão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, e representou avanços na tentativa de implementar políticas públicas que promovessem a cidadania LGBT. “O Programa Brasil Sem Homofobia foi criado em 2003, a partir de uma série de discussões entre o Governo Federal e a sociedade civil, com o intuito de promover a cidadania de lésbicas, gays, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas” (KOTLINSKI, 2007, p.16). Cabe aqui, explicar que também foi no governo do Presidente Lula que aconteceu os eventos primordiais para um diálogo entre o Governo do Brasil e a população LGBT, ouvindo as demandas específicas solicitadas por esta população através da realização da I Conferência Nacional GLBT, no qual inclusive, foi sugerida a mudança da sigla GLBT para LGBT, tendo em vista que o movimento homossexual não poderia repetir as hierarquias de inferiorização e subalternização das mulheres, havendo a necessidade de sim, posicionar as lésbicas em primeiro plano, reconhecendo a importância das mulheres, lésbicas ou não, e do movimento feminista para a consolidação da pauta LGBT como um movimento social que atua politicamente na busca de mudanças. Foi no governo do Lula que também foi possível a realização do Encontro Brasileiro de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – EBLGBT. Ambos os eventos ocorreram no ano de 2008.

⁴ Existe uma produção considerável de artigos e publicações. Gênero é um campo do saber: “temos uma grande riqueza de conhecimentos sobre gênero, advinda de décadas de pesquisa, e um repositório de experiências práticas do que constitui uma reforma no gênero. Temos uma base melhor do que qualquer geração anterior jamais teve para compreendermos as questões de gênero” (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 36). A publicação das autoras citadas apresenta no capítulo 2 exemplos de pesquisas realizadas, com o gênero como epistemologia e como método de pesquisa/produção científica. No capítulo 4 apresenta Teorias do Gênero. Para ter acesso à publicação, consulte a referência bibliográfica.

múltiplas formas de organização familiar, das orientações sexuais deslocadas da heteronormatividade, das múltiplas identidades e diferenças humanas.

É preciso questionar: a quem interessa o fim das pesquisas de gênero e o silenciamento delas? Que privilégios serão atingidos pelas mudanças propostas por esses estudos? São múltiplas vertentes que os estudos de gênero tem se dedicado a pesquisar e cada vez mais nota-se a complexidade das questões e como estão relacionadas a várias temáticas, pois:

De fato, vemos emergir na política do gênero um novo domínio, com questões afiadas sobre direitos humanos, injustiça econômica global, mudança ambiental, relações intergeracionais, violência (tanto em âmbito militar quanto na esfera pessoal) e condições para um bem viver (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 26).

Percebe-se que as pautas desses estudos fogem da visão preconceituosa e machista que muitas pessoas imaginam quanto aos Estudos de Gênero, que seja exclusivamente uma temática sobre o universo feminino e termine aí. Engana-se, pois além dos tópicos relacionados na citação, uma das pautas tem sido discutir as masculinidades e como se constrói essa identidade, inclusive os efeitos da violência e padrões de riscos que as masculinidades têm exercido sobre homens e o sofrimento que isso possa causar.

Interessante notar também, que além da discussão entre o universo feminino e masculino, os estudos de gênero têm atuado de forma ampla sobre as questões atuais da humanidade. Hoje pautas como a destruição da natureza e a má distribuição econômica são recorrentes nas pesquisas em Gênero, denunciando inclusive, quais populações são mais vulneráveis nos conflitos gerados por esses problemas.

A ordem de gênero, conceito estabelecido pelas autoras Connell e Pearse (2015), foi expresso tanto no sentido das forças reacionárias (em uma oposição odiosa aos movimentos sociais que tem pautado pela justiça de gênero, visando, por exemplo, o combate às desigualdades salariais entre homens e mulheres que exercem uma mesma função); como também, pelo posicionamento do gênero como campo político de ordenamentos (ou seja: o questionamento se ser homem, mulher, *gay*, trans, etc. são construções flexíveis e se existe a possibilidade de sair de um discurso naturalizado e enrijecido das identidades). A politização do gênero é uma inovação, pois traz para a cena do debate as pautas de ordenamento das vidas humanas, conforme analisa as autoras:

Logo, os arranjos de gênero são, ao mesmo tempo, fontes de prazer, reconhecimento e identidade, mas fontes de injustiça e dano. Isso significa que o gênero é inerentemente político – mas também significa que essa política pode ser complicada e difícil.

Na ordem de gênero, a desigualdade e a opressão têm levado repetidamente a demandas por reformas. Movimentos que buscam essa mudança incluem campanhas pelo voto feminino, pela presença das mulheres em movimentos anticoloniais e na representação de governos independentes. Há campanhas por salários iguais, pelo direito das mulheres à propriedade de terras e bens, por reformas da legislação que regula os direitos e práticas homossexuais, pelo sindicalismo feminino, por oportunidades iguais de emprego, por direitos reprodutivos, por direitos humanos para homens e mulheres transexuais e pessoas transgênero, contra a discriminação na educação, contra o machismo na mídia de massas, contra estupro e violência doméstica (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 43).

A amplitude dessas questões perpassa por várias áreas e vertentes do conhecimento. O campo da informação também é influenciado pelo ordenamento político de gênero, seja no controle e repressão da pauta dos Estudos de Gênero ou na possibilidade de contemplação desse discurso nos acervos das bibliotecas e na oferta de serviços e ações que discutam essas questões. Não apenas na forma da representação da informação, mas no cuidado com que a classe bibliotecária avalia os recursos informacionais, no processo de seleção da informação.

Mais adiante será apresentado como essas questões estão relacionadas com a Biblioteconomia, principalmente no que diz respeito à atividade de planejamento para a FDC, notadamente para a constituição de uma coleção de filmes que abordem a temática LGBT. A contribuição da Biblioteconomia para os Estudos de Gênero está na problematização dos arranjos de gênero institucionalizados, na seleção de informações que não apenas representem a imagem de mundo sob a ótica do homem branco, heterossexual, rico e do eixo centro europeu.

A informação parece ser uma das saídas para a superação de definições superficiais e reducionistas que tem sido publicadas para rebaterem os resultados das pesquisas em Gênero, como um campo de saber científico. Superar, por exemplo, limitações estabelecidas e propositalmente disseminadas de diferenças entre machos e fêmeas, uma naturalização dissimulada, que anula a existência de diversas identidades de gênero. No campo da cultura e da informação é como se houvesse um pêndulo: hora repousando a favor dos avanços dos Estudos de Gênero, hora retrocedendo no que já foi transformado para melhorar a vida das pessoas que encaram romper com os padrões da normatividade.

Ao mesmo tempo é preciso refletir sobre o papel da Biblioteconomia no contexto de enfrentamento da crise pelo viés da proposta das Teorias de Gênero. A Biblioteconomia ainda

representaria o paradigma do eu cartesiano, que prevalece na lógica do sistema que rege as ciências, as profissões, as vidas humanas de modo geral⁵.

Escapar às amarras normativas tem sido um desafio para a categoria bibliotecária. Historicamente a Biblioteconomia tem servido aos interesses de uma classe dominante. No Brasil não seria diferente. Alguns teóricos da Biblioteconomia relatam o desinteresse pelas lutas sociais:

A questão social está ainda mais em nível retórico, com a classe bibliotecária pouco participativa nas lutas pela democracia nos períodos ditatoriais. Na pauta de nosso corporativismo aparecem mais as questões técnicas, as administrativas, as legais, e raramente, o engajamento com os grandes movimentos sociais que lutaram pela universalização do ensino, contra a censura à imprensa e às artes em geral, pela defesa da cultura nacional e outras bandeiras que, todos nós sabemos, afetam o nosso desempenho e comprometem os nossos objetivos profissionais. Sem deixar de reconhecer que, como indivíduos, muitos de nossos líderes foram combativos e esclarecidos (MIRANDA *apud* CASTRO, 2000, p. 13-14).

Nesta obra de Castro (2000), além do olhar histórico sobre a memória da profissão, o autor trouxe contribuições importantíssimas para a aproximação da prática bibliotecária com o contexto social em que sua atuação está inserida. Faz-nos refletir sobre duas perguntas essenciais: como os bibliotecários atuam no âmbito social, participando das lutas de classes e movimentos sociais? De que forma essas ações se concretizam?

Essas perguntas precisam ser debatidas por toda a classe bibliotecária. O embate que a crise nos revela, envolve sim a Biblioteconomia, pois aparentemente todas as instituições são LGBTfóbicas, inclusive as bibliotecas. Mesmo com a abertura política que os movimentos sociais permitiram, e a crise dar visibilidade de que há uma colisão entre forças antagônicas, ainda assim é preciso entender que sempre houve o silenciamento das ‘minorias’ sexuais, e que inclusive, grupos sociais estigmatizados cansaram de não serem respeitados em sua dignidade humana. A biblioteca como parte integrante da lógica binária e cartesiana, salvaguarda e disponibiliza – embora existam as exceções – um discurso que representa todo o conjunto de regras, controles, aprovações e reprovações, legitima um discurso higienizador, homogêneo, de uma produção cultural prioritariamente masculina, branca, ocidentalizada, capitalista e heterossexista.

⁵ Se pensarmos exclusivamente em dois modelos paradigmáticos da Biblioteconomia: o Tecnicista e o Funcionalista. Segundo Araújo (2014, p. 15 e 20), no modelo Tecnicista o foco está centrado em três questões: “na instituição, nos acervos e coleções, e nas regras de tratamento destes acervos”. Nele não existe preocupação com as/os usuárias/os da informação, mas apenas na salvaguarda dos documentos e com as atividades internas da instituição biblioteca. É também chamado de modelo tradicional. No paradigma Funcionalista as bibliotecas seriam comparadas ao modelo de um organismo vivo, “que desempenham determinadas funções para a manutenção do equilíbrio do todo” social. Neste modelo a biblioteca continua com as mesmas funções do modelo tecnicista, mas ampliadas, pois suas atividades estariam agora relacionadas com a sociedade em que estão inseridas e outras instituições do seu entorno.

A preocupação com grupos estigmatizados e como as unidades de informação ofertam serviços apropriados para demandas específicas, tem sido uma temática relativamente exposta nas últimas décadas. Encarar as disparidades que existem entre os países, entre as culturas, entre grupos sociais distintos, vem sendo um desafio para que bibliotecários e outros profissionais da informação, estabeleçam categorias de análises em suas pesquisas, que considerem discrepâncias de gênero por exemplo.

Gênero e informação mesmo sendo campos intrínsecos parecem isolados. Da informação, muitos pensam ser item supérfluo quando necessidades mais emergenciais precisam ser supridas, como foi identificado em uma pesquisa feita em comunidades desfavorecidas⁶. Embora não tenha sido direcionada ao público LGBT, a pesquisa possibilita entender como acontece essa exclusão e para associar às pessoas que representam ‘minorias’ sexuais, basta ampliar o espectro:

A exclusão social mostra uma variedade de características e intensidades através de tempos e lugares. A característica principal dos que são afetados é a privação, social e econômica, que mina inclusive a dignidade humana mais básica. Nas instâncias mais críticas, a vida de pessoas desfavorecidas é de luta diária pela sobrevivência. (MENO; MCHOMBU, 2006, p.131).

Além do complexo jogo de limitações, marginalização, discriminação a que pessoas LGBT estão expostas diariamente, toda essa exclusão direciona esse grupo social para situações de subalternização, dominação e exploração. Além da pouca ou inexistente presença de serviços públicos, incluindo os serviços de informação.

Quando pessoas estão em situação de vulnerabilidade social, uma espécie de barreira invisível faz com que essas pessoas não percebam o valor que a informação pode ter em suas vidas. Noções sobre os direitos assegurados por lei, serviços públicos às quais podem recorrer, ou como proceder para efetuar uma denúncia de violação de direitos, são exemplos de como a informação pode ser útil e que faz parte do cotidiano e muitas vezes passa despercebida. “Em face da natureza abstrata da informação e do conhecimento, sugere-se que os provedores de informação para as comunidades deveriam preocupar-se com o provimento de informação apropriada” (MENO; MCHOMBU, 2006, p. 135-136). Cabe ao bibliotecário conhecer bem o público usuário, compreender suas necessidades de informação e estabelecer

⁶ As comunidades desfavorecidas da pesquisa citada correspondem a comunidades rurais e urbanas nas periferias de cidades do considerado ‘Terceiro Mundo’. Os autores fizeram questão de colocar o termo entre aspas, pois explicam que a expressão pode significar diferentes coisas, dependendo do olhar e posição de quem se direciona para esse ‘mundo’ e que apesar de existir um padrão de subdesenvolvimento, esquecemos que parte dessa situação de miséria e escassez de recursos deve-se muito à exploração injusta do chamado ‘mundo desenvolvido’.

estratégias de atendimento, oferecendo as potenciais fontes de informação que atendam aos interesses dessas comunidades.

O bibliotecário que se aproxima da comunidade e de seus usuários começa a entender o desestímulo, pois às vezes ter condições para realizar ações básicas como alimentar-se, tomar banho, ter um lugar para dormir, ter apoio familiar, são fatores que impactam diretamente na forma como as pessoas lidam com as estruturas de informação formais. É importante ressaltar que uma parte significativa de pessoas LGBT tem sido seguidamente direcionada para esse grupo desfavorecido, diante da falta de perspectivas, oportunidades, desamparo familiar e exclusão social sob as mais diversas formas de impacto sobre essas vidas.

Mas como a Biblioteconomia pode formar bibliotecários como agentes de mudança, se os próprios teóricos da área dos Estudos de Gênero alertam para o nível de desinformação geral quanto à perspectiva de gênero?

O primeiro passo seria a classe bibliotecária entender o que é gênero. A maioria das pessoas não sabe fazer a distinção entre sexo e gênero e muitas vezes repetem o discurso discriminatório do consenso superficial, desconsiderando a complexidade da diversidade sexual e reforçando estigmas, cristalizados por uma esfera de desinformação que vai sendo disseminada na sociedade e sendo repassada de uma geração para outra. Portanto, é imprescindível entender que:

Gênero não é um conceito biológico, é um conceito mais subjetivo, podemos dizer que é uma questão cultural, social. Gênero é um empreendimento realizado pela sociedade para transformar o ser nascido com vagina ou pênis em mulher ou homem. Nesse sentido, gênero é uma construção social, é preciso um investimento, a influência direta da família e da sociedade para transformar um bebê em 'mulher' ou 'homem'. Essa construção é realizada, reforçada, e também fiscalizada ao longo do tempo, principalmente, pelas instituições sociais, são elas: a igreja, a família e a escola (KOTLINSKI, 2007, p. 37).

Nota-se que a biblioteca enquanto instituição formal na sociedade, também opera como agente controlador das normatividades estabelecidas. Os discursos nos conteúdos dos acervos refletem, em geral, as hierarquias, a história, o esquema de como tudo está posto e organizado no mundo sob uma determinada lógica de exposição. A biblioteca participa, mesmo sem saber (ou conscientemente), desse ajustamento de condutas. Um exemplo para esta afirmação pode ser comprovado na repetição da compulsória divisão binária de sexo entre masculino e feminino nas fichas de inscrição de usuários da biblioteca. Ela é uma arena de formação das individualidades e também das coletividades. Romper com as barreiras de

uma lógica dominante não é tarefa fácil, mas é preciso reconhecer que a crise, sob as duas óticas apresentadas aqui, atuam como forças de influência sobre os trabalhos desenvolvidos por bibliotecários/as.

O segundo passo para que bibliotecárias e bibliotecários não reforcem os estigmas proporcionados pela desinformação, seria compreender que sexo, identidade de gênero e orientação sexual são conceitos diferentes. O campo é de pluralidade e não atende às expectativas de alinhamentos direcionados pela normatividade:

Sexo, identidade de gênero e orientação sexual são três âmbitos distintos de expressão ou vivência social de uma pessoa. E são várias as possibilidades de entendimento e expressão dentro de cada âmbito. Assim como o sexo não define necessariamente a identidade de gênero, a identidade de gênero não define a orientação sexual de uma pessoa (KOTLINSKI, 2007, p. 38).

É importante entender que sexo, identidade de gênero e orientação sexual são temas que não seguem à lógica estabelecida pela normatividade. Algumas publicações têm apresentado arranjos de gênero que mostram a diversidade humana⁷. Existem exemplos tanto de obras literárias, desde a literatura infanto-juvenil até a literatura homoerótica, assim como as publicações dos resultados das pesquisas científicas em Gênero, que mostram como a identidade de gênero e a orientação sexual estão mais inclinadas para abarcar a diversidade de pessoas que existem nas mais variadas culturas do que se limitar a normatividade binária imposta na sociedade. Essas obras, que ousam revelar, que outras formas de viver a vida são possíveis, tem sido alvo de censura por parte da ala conservadora da política, forçando que o setor executivo da governabilidade não permita a inserção dessas publicações nas bibliotecas públicas. Essa situação será analisada com mais profundidade na seção 4 desta dissertação.

A censura que as bibliotecas estão passivas de sofrerem faz nos refletir que elas são sim instrumentos de transformação da realidade. Se não houvesse essa possibilidade, dificilmente a ala conservadora iria tê-las como objeto de atenção e controle sobre que tipo de informação pode ser disponibilizada para a comunidade. As bibliotecas de certa forma partilham da lógica dominante, pois:

Neste sentido, sexo, identidade de gênero e orientação sexual são valores ou conceitos fechados, pré-construídos e compartilhados pelas instituições sociais. De tal forma que, se uma pessoa ousar questionar seu próprio sexo, ou tiver outra

⁷ Um exemplo ilustrativo para entender melhor a questão da diversidade humana seria o caso de uma travesti, que se identifica como uma pessoa transgênero. Sua expressão de gênero se dá no feminino, mas sua orientação sexual pode ser diferente da esperada pela sociedade, ou seja, que ela sinta atração afetiva e sexual por homens. Existem casos em que a travesti pode sentir desejo e afetividade por mulheres, então sua orientação seria homossexual lésbica já que seu desejo afetivo e sexual é por mulheres, ou seja, a relação entre uma mulher transgênero e uma mulher cisgênero. Deste exemplo, percebemos o quanto é complexo e impossível limitar a diversidade da sexualidade humana. Fica a sugestão de filme para entender esta situação: 'Elvis & Madona', 2010, filme de Marcelo Laffitte.

identidade de gênero além daquela pré-estabelecida, ou ainda que se expresse sexualmente fora do padrão heterossexual, esta pessoa estará, no mínimo, convidando a sociedade a uma “revolução de valores”. Pode-se dizer que esta pessoa está pondo em questão, ou problematizando o sistema dominante (KOTLINSKI, 2007, p. 38).

Sair da estrutura condicionante que oprime a liberdade humana deveria também estar em consonância com os princípios da liberdade de informação, cuja formação bibliotecária preza em seus princípios e regulamentações. A Biblioteconomia precisa estabelecer um posicionamento frente aos retrocessos no tocante ao direito de acesso à informação. Não é possível que não haja um posicionamento de embate da classe profissional com o que está sendo proposto pela classe política (representantes do conservadorismo).

O princípio de liberdade da informação é uma das garantias de que o trabalho da classe bibliotecária precisa estar alinhado com os ideais de liberdade e dignidade da vida humana e que embora existam críticas ao trabalho do bibliotecário (enquanto ser uma forma de censura prévia e de controle), tendo em vista que existem escolhas no processo de seleção da informação e que suas atitudes, mesmo transmitindo um esforço de imparcialidade, podem sim, tender ao silenciamento de determinadas temáticas que ‘arriscam’ inclusive sua segurança profissional, a garantia do emprego⁸.

Dependendo do contexto em que se trabalha, é complicado o bibliotecário atuar como um profissional que permita a liberdade de acesso a informações consideradas ‘tabus’ pela sociedade repleta de hipocrisia em que vivemos. Mas não pode ser esquecido que antes do interesse de determinada ideologia, como a dos conservadores de plantão, à prática bibliotecária cumpre “[...] preservar o cunho liberal e humanista de sua profissão, fundamentado na liberdade da investigação científica e na dignidade da pessoa humana” (CONSELHO..., 2012, folder). Essa recomendação, proposta na Seção II do Código de Ética Profissional do Bibliotecário, de certa forma atribui certa imparcialidade, embora seja sabido que nenhuma profissão e nenhum profissional escape da interferência que suas convicções pessoais, de sua formação, da cultura e do meio social em que se vive, atinjam a forma como essa pessoa lida com a diversidade no seu ambiente de trabalho.

O que tem sido constatado, inclusive pelo que vem sendo propagado na imprensa brasileira, é um retrocesso que atinge diretamente o trabalho da classe bibliotecária, com o cerceamento de publicações que poderiam chegar a fazer parte das coleções de diversas

⁸ Bibliotecárias e bibliotecários que atuam em instituições religiosas e de outras instituições que representam fidedignamente a estrutura secular de hierarquização das identidades, sexualidades e gêneros, dificilmente permitiriam a disponibilização de informações e acervos que contestem à normatização das vidas e que problematizem à lógica que cerceia a liberdade humana.

bibliotecas, mas são impedidas por que abordam as temáticas e questionamentos propostos pelos Estudos de Gênero e da diversidade sexual.

A crise civilizatória impacta diretamente as produções culturais, não permitindo que os modelos tradicionais sejam questionados e problematizados. A reflexão e a liberdade de informação são comprometidas por uma tentativa de alinhar a homogeneização das individualidades e diferenças para um modelo padronizado de pessoas. Essa estrutura de bloqueio e eliminação das diferenças vem dizer que:

O novo fundamentalismo é diferente. Não nutre simpatias por um passado medieval e encontra seu lugar, preferencialmente, nas igrejas evangélicas, as quais abraçaram os valores da sociedade capitalista e fazem do empreendedorismo e da prosperidade sua teologia. Mas assim como seu predecessor enaltece a ordem e a hierarquia, vê na família a célula fundamental da sociedade e considera a civilização ocidental ameaçada pela secularização dos valores. Organizado politicamente e com efetiva representação parlamentar desde o final da década de 1980, o neofundamentalismo tornou-se protagonista de forte reação cultural em defesa de uma visão de mundo considerada ameaçada por uma frente única formada por comunistas, feministas, gays e umbandistas. Defendem a “escola sem partido”, contestam o ensino da “ideologia de gênero”, atacam a adoção do “kit-gay” e advogam contra as religiões de matriz africana. Às políticas de reconhecimento contrapõem o discurso da negação das diferenças (BIANCHI, 2016, p. 20).

Fica claro a partir dessa citação, ver que há um intuito de negar a possibilidade de autonomia das pessoas. O modelo proposto faz perceber que a crise representa o antagonismo, entre a vontade de formatação das pessoas de acordo com os anseios de controle que a ala conservadora no cenário da política deseja, alienando em nome de um Deus repressor, que amortece os impulsos de liberdade e de contraposição a um mundo de explorações e subjugamentos. Na outra ponta estão os movimentos libertários e de emancipação individual e coletiva como as marchas, as passeatas, as paradas e as greves, que subvertem a lógica imposta pelo tripé Estado – Igreja – Justiça, de controle e coerção sobre os corpos, mas que essas lutas forcem novas possibilidades de construção das relações entre as pessoas.

Talvez o maior desafio da Biblioteconomia atual seja buscar saídas para lidar com a crise que enfrenta a área, entre o cerceamento oficial e institucionalizado e as prerrogativas legais que garantem o acesso à informação, como um direito humano.

O acesso à informação tem sido o aspecto mais relevante que a Biblioteconomia tem pautado em suas ações, fortalecendo o amplo direito e liberdade de escolha dos indivíduos na busca por informações e estimulando a participação das pessoas na transparência governamental e desenvolvendo a conscientização de que a informação é uma ferramenta de poder e influencia diretamente no desenvolvimento dos países.

O retrocesso implicado pela censura às temáticas de gênero e diversidade sexual nas bibliotecas vai à contramão dos dispositivos internacionais de defesa dos direitos humanos. “Essas disposições visam, em sua maioria, assegurar o acesso à informação de posse do Estado em relação a direitos humanos e evitar o abuso destes direitos, bem como o direito de divulgar este tipo de informação” (MENDEL, 2009, p. 21). A promoção e proteção dos direitos humanos, incluindo das pessoas LGBT, perpassa pelas políticas de acesso à informação.

Essa perspectiva mostra um dos pontos de fortalecimento das ONGs, que surgiram a partir dos movimentos de luta por direitos, nas décadas anteriores, que atuam em várias vertentes, uma delas sendo a informação, a partir da iniciativa de criarem bibliotecas ou centros de documentação, visando à memória, organização e divulgação de informações de interesse específico dessa comunidade.

O Estado não garante os direitos fundamentais e quando age no intuito de proibir o acesso às informações, nota-se que existe uma intenção de prestigiar determinados grupos em detrimento do direito alheio. Por conta disso, em 1998 a ONU adotou a Declaração sobre o Direito e a Responsabilidade dos Indivíduos, Grupos e Órgãos da Sociedade de Promover e Proteger os Direitos Humanos e as Liberdades Fundamentais Reconhecidos Universalmente e orientou que o acesso:

Todos têm direito, individualmente e em associação: (a) de saber, buscar, obter, receber e deter informações sobre todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, inclusive o acesso à informação relativa ao modo como esses direitos e liberdades são efetivados nos sistemas legislativos, judiciários e administrativos nacionais; (b) conforme o disposto nos instrumentos sobre direitos humanos e outros instrumentos internacionais aplicáveis, de publicar, transmitir ou divulgar livremente informações e conhecimento sobre todos os direitos humanos e liberdades fundamentais [...] (MENDEL, 2009, p. 21).

Certamente esta orientação seja um dos principais instrumentos que a classe bibliotecária possa recorrer para impedir que o cerceamento das informações sobre gênero e diversidade sexual aconteça de maneira impositiva, como tem sido recorrente no Brasil. Essas informações correspondem legitimamente a informações sobre direitos humanos fundamentais.

Na próxima seção, será apresentado um levantamento histórico de como foi possível romper com a normatividade e estabelecer um ambiente de disputa por direitos, proporcionado pelos movimentos sociais a partir da década de 60. Em seguida será discutido como se configuram essas identidades destoantes da lógica binária e cartesiana da sociedade

ocidental e tentar compreender como a sociedade da informação foi decisiva para o surgimento e consolidação dessas identidades consideradas ‘subversivas’⁹.

⁹ Recebem esta terminologia por subverterem a lógica de organização da sociedade. Essas identidades rompem com o mosaico estruturante e permitem a flexibilidade de modelos engessados. O olhar dominante sobre esses corpos subversivos gera um estranhamento. Numa tradução literal, o *queer* seria justamente este ser estranho. Existe uma aproximação entre LGBT e a cultura *queer*, mas essa proximidade não pode ser generalizada, pois nem sempre a/o LGBT demonstra inclinação para a transgressão dessa lógica dominante. Ao contrário, alguns ilusoriamente repetem com fidelidade os moldes padronizados e atendem ao que a sociedade espera e deseja delas/deles na expectativa de aceitação. Um exemplo dessa fidelidade à padronização pode ser ilustrado pelas configurações de identidades para alguns tipos de *gays* (ursos, bofes e *barbies*), lésbicas (*lady*) e bissexuais cisgêneros, que não permitem alterações/desvios quanto às expectativas performativas de gênero, reproduzindo padrões fidedignos de masculinidade e feminilidade.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS MUDANÇAS NOS PROCESSOS CULTURAIS E A CONFIGURAÇÃO DAS IDENTIDADES

A possibilidade de questionar a forma como a vida humana está organizada numa lógica binária, definida pelo eu cartesiano, permitiu que se pudesse discutir a identidade única dos modelos consagrados socialmente¹⁰. Mas esse questionamento não surgiu de forma instantânea e essa discussão não foi estabelecida de forma pacífica.

Toda a novidade temática dos Estudos de Gênero teve influência direta das lutas que transformaram as relações sociais a partir da década de 60, mas também das lutas anteriores. Houve um deslocamento, ou seja, “[...] a descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos”, o que constituiu a crise de identidade (HALL, 2006, p. 9). O deslocamento do perfil do sujeito do Iluminismo – centrado no modelo de sujeito único, contínuo e idêntico, para o perfil do sujeito sociológico – onde esse sujeito se relaciona com outras pessoas e recebe interferências dos valores, sentidos e símbolos culturais – produziram mudanças significativas nos processos culturais.

Os referenciais que a modernidade trouxe, implicou na transformação da identidade. Se antes ela era estável (modelo do sujeito único), com os novos movimentos sociais houve uma fragmentação dela. Diante de um mundo em constante mudança, com transformações rápidas e permanentes, o modelo padronizado do eu cartesiano de fixação das identidades foi substituído pelo sujeito provisório, variável e ‘problemático’¹¹ que não possui mais uma identidade fixa. “Os modos de vida colocados em ação pela modernidade nos livraram, de uma forma bastante inédita, de todos os tipos tradicionais de ordem social” (GIDDENS, 1990, p. 21 *apud* HALL, 2006, p. 16).

A pesquisa de Stuart Hall sobre a identidade cultural revela que a descentralização do sujeito vem se modificando desde o surgimento da Psicanálise¹² e diversos estudiosos têm confirmado a problemática de que as identidades não repousam na fixação e estabilidade. Inclusive isso influenciou na produção científica, ampliando a perspectiva que a ciência construiu sobre a sexualidade e o corpo:

¹⁰ Modelo único de organização das identidades, caracterizado pelo binarismo masculino x feminino, homem x mulher.

¹¹ ‘Problemático’ na visão daqueles/daquelas que se submetem ao discurso de naturalização das identidades e obedecem as lógicas binárias, como por exemplo, a categorização entre ‘normal’ e ‘anormal’.

¹² Freud e a descoberta do inconsciente: “a teoria do Freud de que nossas identidades, nossa sexualidade e a estrutura de nossos desejos são formados com base em processos psíquicos e simbólicos do inconsciente, que funciona de acordo com uma “lógica” muito diferente daquela da Razão, arrasa com o conceito do sujeito cognoscente e racional provido de uma identidade fixa e unificada” (HALL, 2006, p. 36).

A partir dos anos sessenta do século vinte parece ter havido um deslocamento do sujeito da enunciação científica que promove uma espécie de ruptura epistemológica e uma nova topografia do conhecimento, por meio da desconstrução do saber hegemônico sobre a sexualidade e o corpo que chega ao final do século com produção de uma multiplicidade de “saberes situados” sobre estas categorias. Assim, fruto do questionamento da possibilidade de se chegar à verdade última e a generalização universalizante do saber científico, apresenta-se outros modos de fazer ciência (MELLO; ALEXANDRE, 2012, p. 147).

Problematiza-se a partir daí o saber produzido pela biologia, medicina, direito, teologia, sobre a sexualidade e o corpo. Com as mudanças na sociedade, esses saberes foram sendo questionados quanto à função controladora do desejo e liberdade de vivências pessoais. No campo social e dos Estudos Culturais, as identidades foram pautadas no sentido de estabelecer uma política de identidade ao mesmo tempo em que se pontua a diferença. Neste sentido:

Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de diferença (HALL, 2006, p. 21).

Na dialética das identidades, abriu-se um espaço para a diferença. Ao longo da história, a dominação masculina quase sempre representou o máximo da hierarquia social, e o feminismo surgiu ainda no Século XIX, na Inglaterra, a partir da luta das mulheres pelo direito ao voto e com o objetivo de denunciar a posição de inferioridade, desvantagem e opressão que as mulheres sempre eram forçadas a aceitar. Na chamada primeira onda do feminismo, a intenção do movimento era fazer com que as mulheres tomassem consciência de si mesmas para tentar mudar o mundo em que viviam.

Uma proposta de mudança a partir do sufrágio¹³ feminista foi o avanço no campo político e acabar com o ‘discurso de culpa’ que as mulheres formavam sobre si a partir do discurso que a sociedade implicava sobre elas. Nos anos 50, o feminismo representava o “novo movimento social”, pois “suspeitavam de todas as formas burocráticas de organização e favoreciam a espontaneidade e os atos de vontade política” (HALL, 2006, p. 44). A segunda onda do feminismo, inserida no cenário dos anos de 1960 é caracterizada pelos debates sobre a condição da mulher na vida pública e privada. Neste período os Estudos de Gênero funcionavam como sinônimo dos estudos sobre o feminismo.

¹³ Sufrágio neste sentido significa voto, votação. Para compreender melhor o que foi este movimento, recomenda-se assistir ao filme ‘As sufragistas’, 2016, filme dirigido por Sarah Gavron. Recomenda-se assistir aos extras contemplados no DVD, sendo um deles intitulado Sufragistas: passado e futuro.

Paralelamente ao movimento feminista, a década de 60 representou uma ebulição de transformações no campo da cultura, onde vários segmentos sociais e de grupos discriminados estabeleceram paradigmas no horizonte das diferenças. O aspecto mais simbólico dessas lutas representou a busca pelo reconhecimento de direitos, cada um com seu discurso específico, mas unificados pela proposta de universalização que os Direitos Humanos levantaram. Hall (2006) nos diz que:

Cada movimento apelava para a identidade social de seus sustentadores. Assim, o feminismo apelava às mulheres, a política sexual aos *gays* e lésbicas, as lutas raciais aos negros, o movimento antibelicista aos pacifistas, e assim por diante. Isso constitui o nascimento histórico do que veio a ser conhecido como a política de identidade – uma para cada movimento. [...] abriu, portanto, para a contestação política, arenas inteiramente novas de vida social: a família, a sexualidade, o trabalho doméstico, a divisão doméstica do trabalho, o cuidado com as crianças, etc.

Ele também enfatizou, como uma questão política e social, o tema da forma como somos formados e produzidos como sujeitos generificados. Isto é, ele politizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação (como homens/mulheres, mães/pais, filhos/filhas).

Aquilo que começou como um movimento dirigido à contestação da posição social das mulheres expandiu-se para incluir formação das identidades sexuais e de gênero.

O feminismo questionou a noção de que os homens e as mulheres eram parte da mesma identidade, a “Humanidade”, substituindo-a pela questão da diferença sexual (HALL, 2006, p. 45 – 46).

A contribuição do feminismo e de todos os outros movimentos sociais, incluindo o LGBT, foi de politização desses grupos desfavorecidos socialmente e que possibilitou rupturas até bem pouco tempo improváveis de acontecerem. A busca pela igualdade de oportunidades e a luta por direitos fez com que no mundo acontecesse uma revolução – embora aparentemente não pareça ter havido – tendo em vista que as opressões sobre as mulheres, negros/negras, pobres e grupos LGBT ainda acontecem de forma violenta e em nível inaceitável em vários países, incluindo o Brasil.

Nos processos culturais, as configurações dessas novas identidades representaram mais liberdade ao mesmo tempo em que houve um conflito entre valores. Há que se refletir sobre essa disputa que não apenas delimita a permissão de acesso a determinados bens materiais, mas inclusive estabelece na perspectiva de direitos quem pode usufruir dos bens culturais, incluindo aí o acesso à informação. Isso nos mostra que:

Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com as relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes.

[...]. A diferenciação é o processo central pelo qual a identidade e a diferença são produzidas (SILVA, 2000, p. 81).

Este cenário da diferenciação dos diversos grupos sociais a partir da década de 70 expôs a fragmentação da diversidade de identidades existentes. O corpo revela-se como político e através dele carrega as marcas da diferença no estrato social. Essa distinção foi acelerada pelas transformações da modernidade, com o processo de migração para as cidades e a influência da tecnologia nos processos de comunicação e disseminação da informação.

A aproximação das/dos diferentes, no caso específico da comunidade LGBT, destaca as particularidades que cada subgrupo possui em torno de uma identidade com especificidades, mas numa esfera plural¹⁴. Para Eribon (2008), a injúria imposta pela sociedade sobre *gays*, faz com que exista uma cumplicidade, mesmo que ela não seja permanente e homogênea, pois deve ser levada em conta as diferenças inerentes a cada grupo. Cumplicidade “baseada no que se deve bem chamar de pertencimento comum” (ERIBON, 2008, p. 12). O que é comum a cada subgrupo são justamente as exclusões e situações de inferioridade a que são submetidos na família, na escola, no trabalho, na rua, nos serviços públicos e privados.

Uma resposta para o insulto foi a aglutinação desses diferentes para enfrentar essas situações de preconceito e exclusão. Resistir às interpelações da heterossexualidade compulsória fez da ‘amizade como modo de vida’, uma forma de resistência, conforme Didier Eribon elucidou sobre a sociabilidade e as dificuldades enfrentadas por *gays* e lésbicas no âmbito familiar e no espaço social num espectro mais amplo.

A visibilidade de identidades socialmente minoritárias aparece como resposta aos insultos e aconteceu depois da organização de movimentos, como o LGBT, que eclodiram a partir das décadas de 60 e 70. Desta maneira:

Os grupos organizados de militantes, ainda que alguns assim o considerem, não fazem apologia de uma anarquia sexual nem de uma liberação total de qualquer impulso, mas da possibilidade de viver uma sexualidade e uma identidade sexual fora da norma convencional. Eles começaram a formar associações e a criar categorias identitárias positivas para se reconhecerem como *gays*, lésbicas, travestis, transexuais, bissexuais, e escapar da caracterização desfigurada e desvalorizadora que lhes era socialmente imposta. Movimentos de *gays*, lésbicas e outros similares explodiram no mundo inteiro a partir dos anos 69/70 e se expandiram junto à

¹⁴ Cada subgrupo dentro do universo LGBT apresenta características específicas que demonstra as diferenças existentes dentro de uma comunidade. Um exemplo ilustrativo, é compreender que entre os/as transgêneros, existem subgrupos e que cada um tem uma identidade específica. Homens trans, mulheres trans, travestis, *crossdressing*, *drag queen*, *drag king*, são transexuais que apresentam particularidades e necessidades específicas dentro de um universo de identidades. Para compreender melhor essas especificidades recomenda-se a consulta do capítulo 3 do Manual de Comunicação LGBT, publicação de responsabilidade da Associação Brasileira de Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT.

política de defesa dos grupos minoritários e dos direitos humanos (BARBERO, 2012, p. 72).

O desprezo de parte da sociedade sobre esses grupos estimulava a produção de discursos pejorativos sobre essas vivências. A associação da vida de pessoas LGBT com o estigma da promiscuidade e da degeneração parece ter sido propositalmente disseminado. Tãmanha é a força opositora à causa LGBT, que atualmente ainda percebemos os efeitos da continuidade da difamação e a dispersão de fobias sobre essas identidades.

Além da injúria, do insulto, do desprezo, essas pessoas precisavam lidar com o estigma da vergonha imposta pela violência simbólica e mais gravemente pela violência física. Historicamente os relatos de chantagem e extorsão¹⁵ sobre a condição *gay* comprovaram o tipo de violência a que essas pessoas foram atingidas.

Essa situação de total desrespeito a que pessoas LGBT estavam condicionadas, teve sua situação limite quando travestis, lésbicas e *gays* sofreram violência física e extorsão financeira de policiais nos Estados Unidos em 1969. As freqüentes ‘batidas’ que os policiais efetuavam nos bares onde essas pessoas se encontravam, levaram a uma ação que culminou no que ficou conhecido como o movimento que deu origem à militância LGBT organizada. Considera-se que o orgulho LGBT:

Tem sua origem nas lutas em torno do bar *Stonewall* em Nova York, em 28 de junho de 1969, quando uma multidão se rebelou contra a polícia, que tentava prender homossexuais. Por três dias e por três noites pessoas LGBT e aliadas resistiram ao cerco policial e a data ficou conhecida como a Revolta de *Stonewall*. Surgiu o *Gay Pride* e a resistência conseguiu a atenção de muitos países, em especial dos Estados Unidos, para os seus problemas. Essas pessoas buscavam apenas o respeito próprio e social, além do reconhecimento de que tinham e têm direitos civis iguais. Nasceu o moderno movimento pelos direitos homossexuais (ASSOCIAÇÃO..., [2010], p. 39).

¹⁵ Um exemplo notório de chantagem e extorsão é ilustrado na biografia do escritor irlandês Oscar Wilde. Vivendo numa sociedade extremamente conservadora, a Inglaterra dos fins oitocentista, Wilde é coagido por sua ‘ousadia’ em romper com padrões e sofre com o cerceamento de sua liberdade. Inicialmente a liberdade criativa e do espírito e posteriormente a liberdade do direito de ir e vir. Em duas produções cinematográficas sobre a vida do escritor, as cenas de chantagem e extorsão a que o biografado é vítima, nos mostram a vulnerabilidade dessas pessoas, principalmente num período em que a homossexualidade era considerada um crime. Recomenda-se assistir aos filmes: ‘Os crimes de Oscar Wilde’, 1960, direção de Ken Hughes; e o filme ‘Wilde’, 1997, dirigido por Brian Gilbert, lançado no Brasil pela editora *Capitol* em DVD. Além das produções citadas, outro filme também representa a angústia sofrida por personagens *gays* que são vítimas de extorsão, injúria e perseguição. No filme ‘Meu passado me condena’, 1961, direção de Basil Dearden, revela-se um círculo de chantagens, que implicava em violência psicológica e também física sobre as pessoas com ‘atitudes suspeitas’ de comportamento homossexual. Importante ressaltar que este filme também mostra que as pessoas evitavam tomar partido pelas vítimas das chantagens, pois dessa forma arriscavam a reputação a que a sociedade lhes imputava. Outra interessante sugestão, para se contextualizar as injúrias a que pessoas LGBT estavam submetidas é o filme ‘Infâmia’, 1961, direção de William Wyler. Neste enredo, duas professoras são acusadas por uma de suas alunas, de manterem uma relação lésbica. A mentira leva a um desfecho trágico e de destruição das vidas para as vítimas da calúnia. A análise fílmica permite que tanto os/as pesquisadores/pesquisadoras sobre gênero, quanto o público de audiência espontânea, percebam o nível de sofrimento a que pessoas LGBT (ou até mesmo quem não fosse, mas que de alguma forma estivesse sendo chantageado/chantageada pela aproximação com a temática), estavam submetidas a situações de extrema violência e injustiças.

A visibilidade do movimento homossexual, após a Revolta de *Stonewall*¹⁶, foi significativa para a consolidação de uma disputa política em busca de reconhecimento por direitos e respeito às diferenças individuais. Mesmo depois de o movimento homossexual ter estabelecido a demarcação do ‘grito’ de existência de uma população completamente negligenciada, é preciso esclarecer que esses avanços na perspectiva de direitos LGBT nos Estados Unidos não aconteceram de forma amigável, mesmo porque a causa *gay* não tinha uma representação política na esfera de governo.¹⁷

Essa necessidade de representação política, extremamente importante para a consolidação de direitos LGBT e o respeito à cidadania deste segmento social, pontua até hoje os debates nas reuniões, assembleias e movimentos dos grupos organizados, pois ainda existe uma lacuna na representatividade dessas pessoas, o que automaticamente impede a realização de propostas em favor das necessidades específicas dessa população e reflete na ausência de políticas públicas direcionadas.

Também é preciso pensar que o movimento por direitos LGBT não aconteceu de forma homogênea nos diversos países do globo. Nesse aspecto é preciso considerar que nas várias culturas existentes e nos diversos modos de vida, as questões em torno das identidades sexuais ainda perpassam aspectos múltiplos e variáveis. Num deles, o da legislação, ainda persiste em muitos países a criminalização da homossexualidade, impedindo que essa temática adentre no campo político de negociações por direitos.

¹⁶ Sobre a organização de movimentos em prol dos direitos da comunidade LGBT é preciso ter consciência que existem especificidades das pautas em cada lugar e tempo em que surgiram essas lutas. No caso dos Estados Unidos, país onde a busca pela liberdade individual possibilitou mudanças culturais e a construção de novas identidades, a Revolta de *Stonewall* se estabeleceu como o marco referencial de início do moderno movimento dos direitos *gays*, servindo de inspiração para outros países. Para compreender melhor a organização da luta por direitos, recomenda-se assistir ao documentário ‘*Before Stonewall*’, 1984, direção de Greta Schiller. Existe outra publicação que também aborda sobre o início da luta LGBT por direitos nos Estados Unidos, o filme ‘*Stonewall: onde o orgulho começou*’, 2016, direção de Roland Emmerich. Foram feitas algumas críticas para a ficção, por não representar com fidedignidade o que foi a Revolta, mas mesmo assim, vale pela contextualização do que foi esse momento.

¹⁷ Sobre a organização de movimentos LGBT em outros países existem algumas publicações. Recomenda-se, para o caso específico da Inglaterra, assistir ao tocante filme ‘*Orgulho e esperança*’, 2015, direção de Matthew Warchus. O diferencial deste drama, baseado em fatos reais, é a discussão da necessidade de unificação dos vários movimentos sociais em torno de uma pauta coletiva para o enfrentamento das injustiças implicadas pelo sistema capitalista e as estruturas coercitivas do governo sobre as vidas que fazem a ‘máquina’ funcionar. Quanto à falta de representatividade e o que essa ausência provoca, recomenda-se assistir ao filme ‘*Milk: a voz da igualdade*’, 2008, direção de Gus van Sant. Mesmo quando existe a representatividade ela é esmagada pelas forças opositoras, sendo que a maioria dos políticos são homofóbicos e perpetuam o discurso de ódio aos *gays* e a pauta LGBT sempre é deixada à margem nas votações. Inclusive a homofobia de políticos conservadores faz com que essas forças contrárias pratiquem atos criminosos, como o que resultou no destino de Harvey Milk, o representante da causa LGBT no filme citado. Numa perspectiva mais atual e voltada para a realidade brasileira, citamos o importantíssimo filme ‘*Entre os homens de bem*’, 2016, direção de Caio Cavechini e Carlos Juliano Barros. O documentário relata as dificuldades do Deputado Federal Jean Wyllys, na construção de uma agenda em favor das ‘minorias’, principalmente das pautas LGBT. O filme mostra a rotina desafiadora e exaustiva do Deputado. Revela como são articulados os ataques da ala conservadora à atuação em prol dessas questões, inclusive denunciando os insultos, ameaças de morte, injúrias e difamações que o parlamentar sofre quase que diariamente pelos representantes da Bancada BBB – da Bíblia, da Bala e do Boi – que avança em proporções alarmantes no cenário nacional, desafiando as regras institucionais do decoro parlamentar e enterrando de vez a laicidade do Estado brasileiro e a constitucionalidade dos regimes legais.

Descriminalizar a homossexualidade foi um dos pontos mais importantes que o movimento LGBT atuou e ainda precisa atuar (em vários países a homossexualidade ainda é considerada um crime). Mas na década de 70, outro ponto também era discutido. Além de todos os estigmas sociais, a homossexualidade era chamada de homossexualismo, internalizando na sociedade que essa conduta sexual era um desvio, uma anomalia. O peso dessa palavra no campo simbólico e nas subjetividades das pessoas afetava diretamente na forma como a sociedade considerava e ainda considera as pessoas LGBT. Efeito provocado pelo uso do sufixo *ismo*, que designa doença. A sexualidade, como outros campos da vida, torna-se um dispositivo de controle:

Assim, o termo nasce da militância contra a criminalização do homoerotismo, mas se torna, nas mãos da sexologia, um signo de doença. O que servira para descrever uma prática sexual comum entre pessoas do mesmo sexo passa agora a descrever um caráter, uma identidade, uma interioridade do sujeito. O que era da condição humana agora é interpretado como próprio à condição daqueles que possuem um desvio da sexualidade considerada normal, a saber, a heterossexualidade. É exatamente isso que o trabalho de Foucault (1988) vem demonstrar: o homoerotismo, visto agora como homossexualismo (assim se usa o termo até a década de 1970), fala de uma “intenção”, uma ‘tendência’, mais propriamente, um desejo. A partir de seus estudos sobre dispositivos, Foucault irá considerar a sexualidade como um dentre os vários dispositivos que visam controlar e produzir ações humanas seja no plano individual, coletivo, social e cultural (TEIXEIRA FILHO, 2012, p. 87 – 88).

A importância da teoria foucaultiana para os Estudos de Gênero foi permitir a elucidação de que a produção de discurso sobre a sexualidade estabeleceu o controle sobre os corpos. A essencialização ou produção de verdades absolutas não eram aceitas de antemão pelo pensador francês. Para ele o lugar de fala é um lugar de poder. Há um imbricamento entre o discurso e o poder. E os movimentos sociais precisaram entender que o poder do discurso estava justamente em dar legitimidade e efetuar a repressão sobre esses corpos, repetindo a lógica cartesiana de organização da vida: polarização entre o que é normal x anormal, saudável x doentio, heterossexual x homossexual.

A produção de discurso contra as homossexualidades teve no movimento homossexual organizado uma forma de combate, através da produção de contra-discursos. O discurso de si permitiu a constituição de uma memória da cultura LGBT que não fosse produzida pela lógica opressora. Falar sobre si “é acessar o universo da cultura homoafetiva sem encerrá-la no interior de uma determinada episteme ou em algum pensamento comum moralizador” (DOMINGOS, 2009, p.10). A produção cultural que os movimentos sociais estabeleceram para ativar a articulação política entre os vários movimentos permitiu a circulação de idéias e pensamentos contrários aos padrões estabelecidos.

Houve de certa forma um despertar da consciência de si, assim como entender a relação de que temas individuais como a sexualidade ou a identidade de gênero possuem relação direta com o campo da política e a posição que ocupamos na vida social. E tudo isso aconteceu porque houve a problematização entre a identidade e a diferença:

Em sendo a identidade assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de “pessoa” se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é “incoerente” ou “descontínuo”, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas. [...] gêneros inteligíveis são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo (BUTLER, 2003 *apud* PERES, 2012, p.50).

A revelação que o sistema elaborado pela filósofa Judith Butler demonstrou, permite o entendimento que a produção cultural de *gays*, lésbicas e transgêneros produziram uma desestabilização dos padrões e inseriu no campo da cultura novos arranjos e expressões de gênero e sexualidade. A percepção do sujeito LGBT como um sujeito político e que também possui cidadania impactou na forma como a sociedade percebeu a presença desse grupo.

O avanço das lutas da população LGBT seria muito difícil de acontecer se outros grupos sociais não tivessem se solidarizado com a agenda de reivindicações. A visibilidade só foi possível quando o contexto já havia sinalizado uma abertura, pois:

Nos Estados Unidos dos anos de 1960 já se discutia mais abertamente a questão da homossexualidade. Os movimentos contraculturais que haviam emergido na década anterior mudaram a cara do ativismo juvenil e provocaram uma revolução no modo como grupos minoritários – homossexuais, mulheres e negros – se articulavam politicamente, ganhando visibilidade na mídia e buscando estabelecer um diálogo mais liberal e tolerante em relação à diversidade sexual e racial. A contracultura ainda mudou, embora com algumas fissuras e muitas tensões, a agenda política da esquerda. Gradualmente, a figura do jovem socialista preocupado com a luta de classes e com os grandes problemas sociais foi dividindo espaço com um novo tipo de ativismo (PÉRET, 2011, p. 18).

A radicalização proposta pelos movimentos de contracultura¹⁸, ao mesmo tempo em que buscavam romper com toda normatização imposta socialmente, burlavam os mecanismos de hierarquização e opressões. A liberdade de ser e de estar no mundo, a busca da pacificação em detrimento das desigualdades e violências produzidas pelos interesses capitais, de certa

¹⁸ O movimento de contracultura surgiu nos Estados Unidos na década de 50 com o movimento *beat*, mas foi no final dos anos 60, com a realização do Festival de Woodstock, que a contracultura transformou a cena cultural não só dos Estados Unidos, mas perpetuou-se como uma forma de contestação dos padrões comportamentais e de valores da sociedade. O movimento *hippie* alterou em certo sentido a visão conservadora e de organização da sociedade, propondo uma cultura diferenciada. Outros movimentos surgiram a partir daí e permitiu o reconhecimento de outras culturas consideradas à margem do sistema, como a *underground*, a *punk*, entre outras. Para entender melhor sobre o assunto, sugere-se a leitura do livro ‘O que é contracultura’ de Carlos Alberto M. Pereira publicado pela editora Brasiliense na Coleção Primeiros Passos.

maneira se aproximavam com os ideais de justiça social proposto pelos movimentos de esquerda.

No Brasil, embora o percurso tenha suas especificidades e a ‘liberdade’¹⁹ não tenha existido na mesma proporção que nos Estados Unidos, o engajamento partiu de movimentos em torno de uma linha comum de pensamento e ação. No período similar que aconteceu as lutas no exterior, no Brasil já havia também uma perspectiva de denúncia:

As discussões em torno das relações de gênero no Brasil têm sua origem nos movimentos feministas, de gays e de lésbicas, a partir dos anos 60 e 70, dentro de uma perspectiva política de esquerda, tendo como tema principal a denúncia e o enfrentamento da dominação masculina, questionando a ordem dada pelo patriarcalismo e as práticas ordenadas pela heterossexualidade compulsória (PERES, 2012, p. 46).

Claro que a presença da denúncia estava condicionada à vida em grandes centros urbanos, onde as pessoas LGBT mantinham uma aproximação e convivência, além das oportunidades de acesso ao conhecimento e informação sobre os direitos a que se podia recorrer. Assim, as junções de diversos fatores permitiram que a pauta desse grupo social discriminado pudesse ter efeitos de impacto na cena política e social, denunciando a violência a que estavam expostas.

Nota-se que o traço da força política foi muito pertinente para a consolidação dos movimentos sociais e o enfrentamento dos problemas que a gestão da vida coletiva trazia e ainda trazem para a parte da sociedade que é mais vulnerável, sem poder de decisão e sem autonomia, reguladas/regulados por um sistema econômico perverso e de exclusão. A desestabilidade que as pesquisas em Gênero provocaram, atingiu a força com que o patriarcalismo exercia o controle sobre as pessoas e isso foi muito importante para a construção dos movimentos organizados e a reflexão sobre si mesmo, enquanto sujeitos LGBT.

Consolida-se a partir daí, a articulação entre os movimentos LGBT e alguns setores da sociedade, como as universidades, que em algumas áreas se permitiu uma abertura para as complexidades das questões de gênero e sexualidade e fizeram uma crítica à segregação deste grupo social. A percepção da sexualidade humana como uma construção subjetiva e social só aconteceu de forma muito lenta e mesmo hoje, com toda a produção científica sobre este

¹⁹ O que se chama de liberdade torna-se muito relativo quando outros aspectos como os temas de raça, gênero, etnia, nacionalidade e classe econômica são analisados como partícipes desta possibilidade. Mesmo em países do ‘mundo desenvolvido’ é possível emitir um juízo utópico quanto à existência de liberdade.

assunto ainda persistem preconceitos e tabus. Sobre esses estudos e teorias, é possível entender que:

Na academia, principalmente nos Estados Unidos, surgiu um espaço específico de saber, denominado formalmente de “*Gay and Lesbian Studies*”. E surgiram, a partir dessa perspectiva, questões antes impensadas: haveria uma literatura *gay*? A música, a sociologia, a história poderiam ser influenciadas por esta categoria? Estudam-se essas disciplinas, do ponto de vista dos autores *gays*, assim como todos os outros grupos dedicados ao estudo de minorias: negros, índios, mulheres, etc. A “*queer theory*” por outra parte, propôs uma revisão da história das ciências e das artes que incluía tudo aquilo que, por pertencer ao campo homossexual, fora banido da história ou, pelo menos, dissimulado e oculto (BARBERO, 2012, p. 78 – 79).

A partir da produção de conhecimentos, produtos e serviços voltados para as necessidades da população LGBT, foi possível entender as redes de produção cultural e até mesmo como essa produção impactou na transformação das ciências mais voltadas para as questões humanas. Toda uma lógica de pensamento foi sendo construída para desmistificar os preconceitos e tabus que ainda persistem em inferiorizar as questões LGBT. O feminismo em certo momento da sua história colaborou nos avanços das temáticas que a comunidade em pauta levantou.

Por volta dos anos 80, se estabeleceu a terceira onda do feminismo. Certamente o que mais caracterizou esse movimento foi a multiplicidade de feminismos e o reconhecimento do valor da mulher pelas próprias mulheres, independente da consideração masculina. A multiplicidade de feminismos se deu a partir da percepção de que o feminismo da mulher branca e de classe média era completamente diferente das pautas reivindicatórias das mulheres negras e da periferia. Além disso, foi preciso rever os conceitos de identidade e diferença, tendo em vista que a pauta LGBT interferiu no movimento feminista, ao mesmo tempo em que o movimento LGBT recebeu contribuições do feminismo na construção de sua agenda.

De certa forma a terceira onda do feminismo fez uma aproximação com os movimentos que surgiram na década de 70, como uma forma de revisão das políticas feministas, mas agora ampliadas as incursões em que essas discussões atuaram, envolvendo outras perspectivas do que se tem do feminino na sociedade. Neste momento, o feminismo ampliou para além das denúncias o interesse para as explicações sobre as questões de gênero e sexualidade. Baseado nos estudos pós-estruturalistas e no construcionismo social, o feminismo contribuiu para que neste momento os Estudos de Gênero e os Estudos Culturais dessem um salto de qualidade, ao ser possível estabelecer o Gênero enquanto categoria de análise.

Este avanço foi possível a partir da crítica aos estudos feministas feitos pela pesquisadora Joan Scott, que problematizou o fato do feminismo recorrer aos mesmos modelos delimitados pelo patriarcado, como a diferenciação sexual biológica, para estabelecer as suas demarcações teóricas e práticas. Daí hoje ser possível pensar no transfeminismo e na problematização do que é ser mulher e como se constrói a identidade feminina. Esta nova percepção possibilitou o entendimento que essas diferenciações também são elementos das relações sociais e que o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Para os Estudos Culturais enquanto campo de conhecimento, a possibilidade de posicionar o Gênero enquanto categoria de análise sinalizou que “suas contribuições residem principalmente na análise e explicação das construções de novas feminilidades e masculinidades, a partir de um conceito de gênero pluralizado e de sua relação com a cultura” (SOUZA, 2012, p. 115). Ressalta-se que existem contrapontos ao pensamento da pesquisadora e que o feminismo radical não aceita a concepção de um transfeminismo.

A experiência de novas performatividades e a construção de identidades que põe em xeque a essencialização das identidades rompe barreiras de um valor que se pretende universal para um específico, provisório e desestabilizador. Essa foi a grande contribuição que os feminismos da terceira onda proporcionaram para o avanço nos Estudos de Gênero. Assim,

O uso do termo gênero como problematizador das relações sociais entre os sexos, ressaltando o seu aspecto não-naturalizante e, portanto, sociocultural e histórico, oferece uma possibilidade de análise crítica das representações e identidades produzidas (SOUZA, 2012, p. 117).

Como percurso histórico da configuração dessas identidades desestabilizadoras, os feminismos que surgiram após a terceira onda produziram três aspectos de formação das identidades de gênero: universal, relacional e plural. Uma possibilidade de revisão do próprio movimento feminista diante do cenário de retrocessos que o neoconservadorismo trouxe, fez com que algumas teóricas/alguns teóricos afirmem que atualmente vivemos na quarta onda, demarcada pela expressão de um pós-feminismo ou da emergência dos feminismos descoloniais, em paralelo ao que é produzido no eixo centro-europeu. Salienta-se que:

Foi na década de 1990 que alguns questionamentos internos ao movimento feminista começaram a ser formulados com o objetivo de interrogar a concepção de mulher universal, de poder e da dimensão relacional para a construção de identidades de gênero. Tais questionamentos foram possíveis ao serem consideradas na argumentação variáveis sociológicas, tais como: nacionalidades, religiosidades, etnias, orientações sexuais etc. que, quando articuladas, permitiram pensar a construção de uma pluralidade de identidades de gêneros que anteriormente estavam concentradas em uma categoria “mulher” universalizada (MELLO; ALEXANDRE, 2012, p. 136).

Contra a naturalização e normatização em que está estruturada e organizada parte de nossa cultura, o novo feminismo não cabe mais em uma fala no singular. São feminismos que se configuram na produção de identidades e atuam nas mudanças dos processos culturais e na forma como as diversas identidades se relacionam entre as diferenças que surgem. Os vários movimentos sociais, incluindo o LGBT, vêm se consolidando, acompanhando as transformações que a humanidade apresenta, alterando a maneira como os comportamentos e relações sociais são construídas.

A sociedade da informação, as fontes virtuais de acesso, os novos paradigmas de produção e transmissão de conhecimentos, mudaram (para algumas pessoas) a forma de olhar as estruturas de controle e organização da vida humana. Possibilitaram a problematização de várias questões, incluindo aí as identidades e a sexualidade. Neste contexto, a própria concepção de militância e movimento organizado altera-se de um formato mais homogêneo para uma vertente mais fluída, com o uso das redes de informação e comunicação transformando a imagem que se tinha de lutas. A diversidade de identidades se pulveriza nas redes, palpitam nas discussões e impactam as ideologias, convicções e instituições. Elas escancaram as feridas da violência, dos estigmas, das injustiças e violações de direitos²⁰.

[...] as ruas são para nós espaços a serem ocupados, tanto quanto os sistemas virtuais. A cidade como um computador sendo re-programado.

Quando se espera que sigamos imóveis, que não questionemos estruturas do poder masculino e silenciamento feminino, que o medo nos corra e nos lembre a todo instante de que estamos transitando por espaços que, para nós, são inseguros: quando tudo isso cai como um peso em nossas existências, andar se torna um ato radical (WELLS; HOLMES, 2012, p. 214 – 215).

Percebe-se o nível do desafio que há para enfrentar tanto no mundo virtual quanto no mundo real, as amarras do sistema que insistem em manter o patriarcado na ponta das decisões e privilégios, em detrimento das outras pessoas que não representam esta categoria. A área da informação também precisa pautar esses movimentos de luta social e participar,

²⁰ Além dos incontáveis casos de feminicídio, que os meios de comunicação apresentam diariamente, a rede nos mostra como parte da sociedade ainda insiste na permanência da coisificação da mulher e na propagação da inferiorização e do ódio contra a força feminina de encarar a vida. A mesma rede (internet) permitiu que casos de violência fossem tornados de conhecimento público. O assassinato e a transfobia praticados contra a travesti Dandara dos Santos, em fevereiro de 2017, saiu de um contexto de anonimato em um dos bairros periféricos mais pobres de Fortaleza, e ‘caiu na rede’, de forma que foi possível denunciar ao mundo o nível de barbárie e violências a que pessoas LGBT estão expostas diante de um poder público omisso e permissivo na prática de atos contra a vida e a dignidade humana. O caso tornou-se símbolo do nível de abjeção que essas vidas carregam, estando completamente à mercê da impunidade. Interessante perceber que a internet permitiu que se acionasse outra rede, agora representada pelas pessoas com espírito de sensibilidade ou que militam por direitos humanos, tanto local, nacional e internacional, ONGs e instituições que se solidarizaram com a causa e impactaram na forma como os órgãos de segurança, justiça e governos atuaram frente ao crime. Ainda é cedo para apresentar dados mais precisos, mas aparentemente parece-nos que esta movimentação na rede, gerou uma série de decisões práticas para garantir alguns direitos às pessoas LGBTs, mais direcionadas ao grupo mais estigmatizado, que são as pessoas transexuais. Após a visibilidade que o crime trouxe para a pauta da violência contra esta população, e a denúncia contra o descaso governamental em nível internacional, houve uma pressão pela cessão de alguns direitos ‘engavetados’. O ‘caso Dandara’, como ficou conhecido na rede e nas mídias, tornou-se uma espécie de bandeira da causa trans e LGBT de forma mais ampla.

atuando no compromisso de democratizar a informação, lutar por uma diminuição das desigualdades de gênero e sociais, no enfrentamento da violência em múltiplos aspectos e favorecer para o desenvolvimento humano em toda sua diversidade de pessoas e suas identidades.

Problematizar a relação entre a Biblioteconomia e a área de Gênero é o mote para o desenvolvimento da próxima seção, descrevendo e discutindo como o campo da informação contribuiu para o desenvolvimento e disseminação da memória LGBT. Seja na formação de acervos que contemplem a produção que aborda este universo de diversidades, como também na abordagem dos aspectos éticos que envolvem o trabalho da classe bibliotecária no que diz respeito a este assunto.

4 DISCURSO DE SINGULARIDADES SILENCIADAS: COMO PENSAR O CORPO ABJETO NA BIBLIOTECONOMIA?

Nesta seção serão discutidas as aproximações entre Gênero e Biblioteconomia. Divide-se em duas subseções, sendo que na primeira apresentam-se as questões mais relacionadas ao pensamento teórico de ambos os campos, onde se problematiza a partir da definição do que é abjeto pela filósofa Judith Butler e suas/seus comentadoras/es, a possibilidade de pensar o corpo abjeto na Biblioteconomia à luz de uma perspectiva crítica deste saber, enquanto profissão regulamentada e organizada por um Conselho Federal de classe.

Na segunda subseção o texto discorre sobre um aspecto mais prático da Biblioteconomia e sua aproximação com Gênero como possibilidade de constituição de uma memória LGBT através da formação de coleções como um dispositivo ético de enunciados e visibilidades.

4.1 Aproximações entre Gênero e Biblioteconomia

Algumas chamadas em jornais e outros periódicos brasileiros têm provocado sensações no mínimo angustiantes para pesquisadores de Gênero e diversidade sexual, assim como para bibliotecárias/bibliotecários ou aquelas/aqueles que prezam pelo bom senso e livre arbítrio do ser humano. Podemos falar isto, em decorrência da constante situação vexatória que a classe política tem atuado no intuito de boicotar a discussão de gênero nas mais diversas publicações e plataformas que tratam sobre o assunto.

Desde o ano de 2016 que essa problemática tem sido intensamente propagada na mídia e pouco tem sido a discussão da classe bibliotecária neste embate de visões²¹ – de um lado o neoconservadorismo censor e do outro a visão de emancipação humana, da liberdade de informação, vivências e escolhas. Neste íterim, a representatividade no campo da política tem se posicionado no intuito de exercer pressão sobre o Executivo e órgãos da administração pública, visando o silenciamento de singularidades²², como falar sobre a existência das

²¹ Falta, enquanto classe profissional posicionar-se politicamente frente ao problema, inclusive convencendo o Legislativo e o Executivo, no sentido de reverter as ações que estão sendo tomadas.

²² A palavra singularidades pode obter dois tipos de compreensão: existe um intuito de tornar singular (diminuir) algo que já está presente no cotidiano e que se dá no plural e não mais no singular, como por exemplo, no caso da violência sexual. O segundo tipo, que é o que se pretende neste texto, o termo é aplicado no sentido de que existem singularidades em cada aspecto que envolve as questões de gênero e diversidade sexual, fugindo de esquemas essencializantes e normatizadores das vivências que divergem e rompem com os padrões existentes. Por quebrarem a norma, há o intuito de silenciar essas vivências.

famílias homoafetivas, do amor homossexual, da experiência travesti e transexual, da liberdade de culto (principalmente quanto às religiões afrodescendentes), da violência sexual, sobre aborto, do respeito à diversidade sexual, retirando qualquer possibilidade de tornar público o debate sobre essas questões.

Percebe-se um retrocesso quando essas forças reacionárias decidem que “[...] as páginas de livros didáticos que abordem temas como a diversidade sexual e familiar e doenças sexualmente transmissíveis deverão ser retiradas do material que será entregue aos alunos [...]. As obras fazem parte dos títulos recomendados pelo MEC” (PREFEITO..., 2017). Está aí uma citação que comprova duas situações: a primeira que mostra a ignorância de certos governantes (ou a consciência intencional), que não percebem que o impedimento do acesso à informação traz um prejuízo para a sociedade (quanto a não possibilidade de falar sobre prevenção de DSTs com os alunos), e a segunda seria a relação direta entre Gênero e Biblioteconomia: como área da informação e que atua num viés educativo da sociedade. Existe na visão dos conservadores de plantão um ‘risco’ em permitir que se tenha acesso ao conteúdo de obras que de certa forma estimulam a reflexão e um novo olhar sobre as estruturas condicionantes da lógica de dominação. A presença de obras em bibliotecas que questionem o *status quo*, sinaliza um risco para a desestabilização do machismo, do patriarcalismo e do fundamentalismo religioso.

Gênero se relaciona com Biblioteconomia na possibilidade de problematizar discursos. Se não houvesse este ‘risco’, as duas áreas não seriam marcadas por tantos cerceamentos. O que preocupa é ver que em pleno século XXI, ainda existe perseguição e censura, nos mesmos moldes do passado, repetindo rituais de destruição ou mesmo de tentativas de esconder determinadas obras pelo teor de suas temáticas e conteúdos, que se tornam ‘subversivos’ quando postos em paralelo com a ideologia de determinados grupos que estão no poder. Num caso apresentado na mídia nacional, um prefeito de uma cidade “[...] recebeu um ofício de vereadores que formam a bancada evangélica propondo a suspensão e o recolhimento dos materiais que abordassem a ideologia de gênero” (PREFEITO..., 2017).

O uso da força, do poder de confiscar, esconder, queimar, rasgar, retirar, eliminar, são práticas que exerceram ao longo da história marcas na Biblioteconomia. Atualmente, a temática de Gênero, sendo alvo predileto de perseguições, de certa forma uniu os campos de saber, sendo a Biblioteconomia uma das ‘janelas’ de informações sobre esse tema e possível

promotora das discussões para o avanço das pesquisas e estudos de Gênero²³. O que reforça aquilo que já se constata no cotidiano, pois se as forças reacionárias atuam sobre o cerceamento da liberdade de informação em bibliotecas, é prova de que elas, no mínimo, possuem potencial transformador da realidade.

Pensar o corpo abjeto em Biblioteconomia é dar possibilidade de voz para essas pessoas que são silenciadas socialmente. É fazer com que elas sejam atendidas em suas necessidades de informação, assim como também, sejam representadas no arcabouço de conteúdos disponíveis. Num aspecto mais amplo, seria a possibilidade de divulgar a memória construída coletivamente por esses grupos.

Na área da informação, a utilização das novas tecnologias possibilitou um acesso mais fácil para a denúncia e o uso de informações relativas ao universo LGBT. Ao mesmo tempo em que a internet, com recurso das mídias sociais e da possibilidade de interação das pessoas nas publicações – como na emissão de comentários – descortinou também um preconceito mais perverso, sendo emitidos julgamentos que depreciam a vida de LGBTs e posicionam essas pessoas na condição de seres abjetos. Em outra reportagem sobre o caso já citado, percebe-se que bem mais assustador que a notícia sobre a ação dos gestores públicos está os comentários publicados por leitores dessas reportagens em fontes virtuais.

Nota-se um verdadeiro ciclo de desinformação, desrespeito e preconceitos, que são ampliados por uma cultura machista e homofóbica. Este ciclo faz com que pessoas de idades variadas, sexo, classes sociais, etnias e vários níveis de escolaridade, promovam no meio

²³ Aqui no Brasil, a temática ainda não está tão presente nas discussões da classe bibliotecária como já foi sinalizado em explicação anterior. Mas no cenário internacional, principalmente em países do eixo centro-europeu, já vem acontecendo discussões avançadas sobre as aproximações da Biblioteconomia com os Estudos de Gênero. Quando se pensa em ensinar Gênero com a utilização das bibliotecas, museus e arquivos, como recursos imprescindíveis para abordar as questões e se reconhece o poder da informação na transformação das relações sociais entre gêneros, compreende-se o nível de importância da Biblioteconomia e do trabalho da classe bibliotecária na promoção desta temática. Publicações têm sido lançadas para divulgar essa relação entre o campo da informação e a área de Gênero. Um exemplo dessa aproximação é marcada pelo lançamento em 2013 do livro *Teaching Gender with libraries and archives: the power of information* pelo *The European Association for Gender Research, Education and Documentation – ATGENDER*. Recentemente a FEBAB divulgou dois documentos publicados no site rainbowlibraries.org, direcionados para a classe bibliotecária, visando que ela venha a ser representante da causa LGBT. Um deles, o *Letter to a librarian* é uma carta convite para que bibliotecárias/os se engajem no movimento e promovam a discussão em prol da diversidade sexual e de gênero. O outro documento é o *Rainbow libraries toolkit*, que consiste num guia de trabalho para utilizar os recursos da literatura LGBT em bibliotecas escolares e promover uma cultura de respeito à diversidade. Ressalta-se que no Manual de Comunicação LGBT, publicado no Brasil pela ABGLT, consta no início da publicação, que entre os profissionais para qual o livro foi direcionado, destaca-se a relevância de bibliotecárias e bibliotecários, na avaliação quanto à divulgação de informações que não fortaleçam a homofobia e disseminação de preconceitos.

virtual uma verdadeira descarga de termos pejorativos, injúrias, insultos e depreciação da vida de pessoas LGBT²⁴. É a heterossexualidade compulsória que produz a abjeção:

O heterossexualismo aliado à heteronormatividade institucionalizada como base da homofobia não permite que as experiências homoeróticas, já presentes na infância de muitas pessoas, possam ser vividas como uma experiência desacompanhada da vergonha e da humilhação, na medida em que muitos são xingados de bicha, sapatão, traveção, viado e outros termos degradantes (ERIBON, 2008, *apud* TEIXEIRA FILHO, 2012, p. 102).

Os xingamentos têm sido reutilizados por parte das pessoas LGBT como forma de reconhecimento da identidade subversiva e de desestabilização da lógica dominante, fazendo uso dos mesmos termos como uma afronta aos insultos e romper com as convenções e regras para assumir o ‘eu sou, e daí?’.

Judith Butler (2015) estabeleceu o conceito de vidas abjetas, que representa essas subjetividades anuladas pela estrutura de vida que é marcada socialmente, onde se determina um ‘modelo’ a ser seguido e que papéis devem existir nas relações entre as pessoas. Sendo assim, a mesma pesquisadora realiza um avanço no campo das pesquisas de Gênero, quando sobre a análise do discurso diz que é preciso narrar a si mesmo, pois, corpos que não importam – como o de pessoas LGBT – precisam resistir às forças opressoras. Retornamos ao aspecto da singularidade, lendo um dos comentadores das obras de Butler que nos fala: “o corpo singular a que se refere um relato não pode ser apreendido por uma narração total porque o modo pelo qual as relações primárias nos constituem produz uma obscuridade na autocompreensão” (PEREIRA, 2015, p. 28). Só compreendemos a nós mesmos na relação com o outro. Constatamos que é possível trazer estas questões para a Biblioteconomia.

Pensar o corpo abjeto na Biblioteconomia é refletir sobre a ‘impossibilidade’ de narração dessas vidas ou experiências que não se pode falar sobre elas, ou mesmo permitir que elas mesmas falem sobre si e estejam presentes nos acervos das bibliotecas. É reconhecer

²⁴ Na reportagem de Jeferson Carlos (2017), o mais estarecedor são os comentários postados pelos ‘leitores difamadores’ da causa LGBT, fazendo associação totalmente equivocada do que se propõe pôr em discussão, que seria o respeito pela diversidade e a liberdade de acesso à informação. Essas pessoas fazem uma generalização de que tudo o que diz respeito às pessoas LGBT. Referem-se exclusivamente a situações negativas: associam de imediato com práticas de pedofilia e criminalidade, que está associado a doenças e distúrbios. E a agressividade das palavras e insultos é algo aterrorizante: “Kelly pedofilia também é e nem por isto eh algo que aceitamos ou estou errado?” [*sic*]. Em outro momento, critica-se o acesso à informação e alega-se que o conteúdo sobre Gênero seria algo prejudicial e não o contrário: “Crianças com menor idade não estão preparadas para esse tipo de informação. Podem colocar isso no ensino médio. Depois de adulto cada um escolhe se quer queimar a Rosca ou colocar aranha pra brigar. Agora só uns idiotas quererem que as crianças vejam isso a todo custo. Não ganhar o que com isso?” [*sic*], a pessoa do comentário além de tratar pejorativamente pessoas LGBT, silencia sua existência e vulgariza o direito humano de exercício da sexualidade. Em outra postagem, o suposto ‘leitor difamador’ faz uma associação de que a homossexualidade seria uma doença contagiosa que se pega, assim como afirma que a orientação sexual é claramente um ato de aprendizagem, que a heterossexualidade é a condição sadia de sexualidade e que a escola seria uma das responsáveis por isso: “Muito bem Prefeito [em não] dar maus exemplos as crianças normais, eu desde menino e me tornei sempre HÉTERO nunca gostei de doentes deste tipo” [*sic*]. Exemplos do nível alarmante e assustador de desinformação e preconceito arraigado culturalmente no País contra as vidas LGBTs.

que não há espaço dentro de uma lógica binária e cartesiana para a aceitação de identidades múltiplas que existem e que não são respeitadas pelo simples fato de serem divergentes dos modelos e expectativas esperadas. Problematizar o Gênero na Biblioteconomia é perguntar se: seriam os acervos e as escolhas de leituras dos usuários, capazes de expressarem níveis de significação e sentidos nas relações de gênero?

Certamente podemos afirmar que sim, pois o gênero está em tudo²⁵. O gênero se consolida na prática, e existem agenciamentos que direcionam até mesmo o que seriam leituras de meninos e leituras de meninas, ou mesmo que determinados assuntos, como obras sobre caça, pesca, armamentos, mecânica, engenharias, pornografia seriam assuntos direcionados mais para homens e que mulheres se interessariam apenas por moda, culinária, maquiagem, cuidados com o corpo, beleza, vida das celebridades. Se pensarmos por um viés de mercado e de obediência ao que se projeta nas perspectivas sobre o masculino e feminino, a Biblioteconomia seguiria o que a sociedade de certa forma projeta sobre esses públicos.

Isso em si mesmo já estabelece um preconceito, ao se configurar que conteúdos são pré-destinados para determinado público. Mas a possibilidade de rompimento das expectativas existe, inclusive no próprio espaço da biblioteca, quando uma pessoa desestabiliza o que se projeta para ela. A Biblioteconomia entra no jogo de disputas, e são as escolhas dos usuários/das usuárias (enquanto sendo o ‘eu sou’) e o outro (na relação com outros usuários/usuárias, com bibliotecárias/os, ou mesmo com o discurso presente nas obras) que se estabelece uma construção que preza pela prática:

São os meus atos diários que levam o outro a me reconhecer socialmente como homem ou mulher. Poucas pessoas têm acesso visual ao meu corpo nu, mas socialmente eu sou reconhecida como mulher porque repito atos socialmente estabelecidos como próprios ao de uma mulher [...].

O gênero só existe na prática, na experiência, e sua realização se dá mediante reiterações cujos conteúdos são interpretações sobre o masculino e o feminino em um jogo, muitas vezes contraditório e escorregadio, estabelecido com as normas de gênero. O ato de pôr uma roupa, escolher uma cor, acessórios, o corte de cabelo, a forma de andar, enfim, a estética e a estilística corporal são atos que fazem o gênero, que visibilizam e estabilizam os corpos na ordem dicotomizada dos gêneros (BENTO, 2014, p. 44).

²⁵ A própria Biblioteconomia pode ser genericada, desde a análise de como se constituiu no Brasil, uma imagem da profissão quase que exclusividade de prática feminina, e as amplas possibilidades de discussão sobre essa perspectiva, como questionar que imagem de mulher se projeta sobre a figura da bibliotecária, o porquê da associação do trabalho em Biblioteconomia como um trabalho para mulheres, ou mesmo se os baixos salários devem-se à massiva presença feminina na profissão. Outros aspectos dos estudos de gênero podem ser pesquisados: como instituição oficial, as bibliotecas realizam o cadastro de usuários e genericam seu público a partir da divisão entre os sexos; se as bibliotecas permitem o uso do nome social para transgêneros; a quantidade de autoria das obras é predominantemente masculina e pouco se questiona ou problematiza-se isso; é possível analisar os discursos presentes nas obras e como se percebe algumas fissuras ou mesmo mudanças no decorrer do tempo histórico; quais os assuntos mais pesquisados e como se esboça uma análise desses dados a partir do gênero; se existe na biblioteca representatividade de obras sobre a diversidade sexual e de gênero; se sexualidade é assunto tabu na biblioteca. Uma infinidade de possibilidades de estudos e discussões.

Se houvesse a possibilidade de dar visibilidade nas bibliotecas, às outras formas de experiências que fogem da ordem binária, seria mais fácil perceber que a educação para a diversidade humana implicaria na diminuição do preconceito, do machismo, da homofobia e da violência de gênero que é praticada contra as mulheres e às pessoas LGBTs. O reforço ao discurso de ódio, o silenciamento sobre as vidas abjetas e a eliminação das informações sobre gênero só fortalecem as práticas que projetam a heterossexualidade compulsória.

É possível constatar que até mesmo o que lemos participa desse processo de construção dos papéis sociais, definindo o que é ser homem e o que é ser mulher. O gênero como uma construção, avança no sentido de permitir que as pessoas estejam em permanente processo de elaboração de si mesmas. Quem está fora do padrão limitado pelo binarismo, não se sente representado pelo discurso hegemônico.

Dá a participação da Biblioteconomia em projetar a visibilidade do discurso de si, como uma resistência para a comunidade LGBT²⁶. As obras LGBT fazem um rompimento, quebram estruturas consolidadas de normatização de vidas e destinos. Elas possibilitam o contato com uma forma diferenciada de perceber a realidade e mostra que pessoas ‘diferentes’ existem. Talvez a possibilidade de aproximação com um universo de vivências diversas seja o motivo para tanta perseguição a esse tipo de literatura ou obras nos mais variados suportes e formatos (neste caso, os filmes em DVD), que abordem sobre a temática LGBT ou de gênero. Elas rompem com o silêncio imposto pelas estruturas de poder. E isso é o que coloca a Biblioteconomia numa zona de conflito:

²⁶ Em todo o mundo surgiram bibliotecas dedicadas à preservação da memória LGBT. Esses espaços foram criados em consonância com o desenvolvimento das organizações de militância pela causa dessas pessoas. Essas ONGs buscavam reunir num só lugar a possibilidade de fortalecer a luta política, dar apoio para pessoas vítimas de preconceito (com serviços de assistência jurídica, psicológica, social e de saúde) e também ofertar serviços de informação. A Biblioteconomia se destacou como área primordial para auxiliar na luta por direitos (pois quem tem informação, tem poder!), e isso se efetivou através da criação de bibliotecas e centros de documentação em várias dessas organizações. Destacamos que praticamente a totalidade das ONGs e instituições LGBT reconhecem a importância da Biblioteconomia como área de valor para o desenvolvimento de suas atividades, mantendo o funcionamento de bibliotecas e destacando em seus *sites*, a presença de serviços de informação que atuam na vertente cultural, educativa e de preservação da memória LGBT. Basta conferir nos endereços eletrônicos dessas instituições e localizar os *links* com informações sobre essas bibliotecas, algumas possibilitando o acesso ao catálogo. Exemplos ao redor do mundo: Na França o *Centre LGBT Paris ÎdF* - <http://centrelgbtparis.org/bibliotheque> ; Nos Estados Unidos, em Nova York o *The Center: The Lesbian, Gay, Bisexual & Transgender Community Center*, que mantém uma biblioteca e um arquivo LGBT - <https://gaycenter.org/community/library> ; Na Inglaterra o *Mosaic LGBT Youth Centre* - <http://mosaicyouth.org.uk/young-people/library/> ; No Canadá, em Montreal, a *Bibliothèque à Livres Ouverts* pertencentes ao CCGLM disponível em: <http://www.ccglm.org/biblio.php> e o *Canadian Lesbian and Gay Archives* – CLGA no site <http://www.clga.ca/> ; No continente africano destaca-se a importante biblioteca do *African Regional Sexuality Resource Centre* apostando na informação como compensação para os níveis de desrespeito aos direitos sexuais e humanos na região, o catálogo é acessível no endereço <http://www.arsrc.org/resources/library/index.html> ; Em língua portuguesa é possível visitar os *sites* das seguintes ONGs: a ILGA – Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual e *Transgênero*, que mantém um centro de documentação em Lisboa - <http://ilga-portugal.pt/atividades/centro-documentacao.php> ; no Brasil, destacam-se as bibliotecas/centro de documentação das seguintes ONGs: Grupo Somos, em Porto Alegre, que permite a consulta ao catálogo no link: <http://somos.org.br/cedocat> ; Grupo Arco-Íris, do Rio de Janeiro disponibiliza uma plataforma virtual com textos sobre a temática LGBT em <http://www.arco-iris.org.br/biblioteca/> e a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS – ABIA, mantém uma das mais importantes bibliotecas sobre o assunto no País, localiza-se também no Rio e têm um *site* com informações de seu Centro de Documentação e Recursos: <http://abiains.org.br/categoria/recomendamos/biblioteca-virtual>.

Mesmo quando explicitamente ignorado e reprimido, a volta do outro, do diferente, é inevitável, explodindo em conflitos, confrontos, hostilidades e até mesmo violência [...]. E o problema é que esse “outro”, numa sociedade em que a identidade torna-se, cada vez mais, difusa e descentrada, expressa-se por meio de muitas dimensões. O outro é o outro gênero, o outro é a cor diferente, o outro é a outra sexualidade, o outro é a outra raça, o outro é a outra nacionalidade, o outro é o corpo diferente (SILVA, 2000, p. 97).

A possibilidade de aproximação das questões de Gênero com a Biblioteconomia foi percebida com mais clareza a partir da evolução da própria área, quando ela avançou do paradigma funcionalista para o da perspectiva crítica. Isso não significa dizer que a Biblioteconomia não tenha de forma nenhuma apresentado sua contribuição no processo de evolução dos Estudos em Gênero, mesmo quando ainda estava sob o domínio dos paradigmas tecnicista e funcionalista. Faz-se necessário uma pesquisa mais profunda para investigar de que forma a Biblioteconomia atuou neste momento histórico, quanto aos aspectos relacionados às práticas de gênero e sexualidade.

Na perspectiva crítica foi possível a classe bibliotecária problematizar o seu próprio fazer e o que é ser bibliotecário, assim como, discutir sobre uma suposta neutralidade e passividade da profissão “e também com as tensões resultantes da constante dinâmica de manutenção e repressão da memória” (ARAÚJO, 2014, p. 46). Na dinâmica da escolha do que está representado no conjunto de acervos, foi possível problematizar, por exemplo, o motivo de não se permitir a existência da memória LGBT e o que bibliotecários, museólogos e arquivistas têm de responsabilidade sobre isso, tendo em vista que esses profissionais:

Passaram a rever seus critérios de classificação dos objetos, as informações a serem disponibilizadas sobre eles, as formas de descrevê-los, por exemplo, revendo sua postura muito assentada ainda na modernidade, que promovia uma divisão binária do ‘nós’ e ‘eles’, sendo o ‘nós’ o sujeito masculino, de classe média e europeu, e ‘eles’ o restante do mundo (ARAÚJO, 2014, p. 82).

A Biblioteconomia e a autocrítica surgiu da aplicação da abordagem de Michel Foucault nas pesquisas da área. O pensamento do historiador e filósofo francês também está muito presente nas pesquisas de Gênero. Essa problematização do discurso foi estimulada após uma mudança na própria concepção de cultura. Se antes ela apresentava uma proposta universal, portanto mais estática e que inclinava os profissionais para uma percepção mais passiva da realidade, hoje a cultura é sinônimo de tensão e luta política, exigindo da classe bibliotecária uma postura mais dinâmica, ativa e crítica.

Além disso, a mística da imparcialidade caiu por terra e a participação social, inclusive dos chamados grupos ‘minoritários’ forçaram mudanças, pois grupos ‘diferentes’ apresentam dinâmicas variadas nas relações culturais e na forma como lidam com os serviços

bibliotecários. O que aconteceu foi uma ressignificação dos espaços de informação, que certamente foram incentivados pela mudança de perfil dos estudos de usuários, que se deslocaram da perspectiva dos estudos das comunidades para os estudos dos indivíduos e suas complexas subjetividades de recepção e uso da informação²⁷. Sendo assim,

Arquivos, bibliotecas e museus passaram a ser estudados não mais com o intuito de identificar as funções que deveriam desempenhar para o bom funcionamento do todo social mas, sim, a partir de seu papel nas dinâmicas de poder e dominação, principalmente a partir da denúncia de suas ações ideológicas (ARAÚJO, 2014, p. 45).

O direito de acesso à informação e a necessidade de ser contemplado na representação do conjunto de informações disponíveis, entraram na pauta de reivindicações de vários movimentos sociais. Essas lutas trouxeram a Biblioteconomia para a arena de disputas políticas por espaço de representação.

As problematizações em torno da prática bibliotecária, como um generalista impõem responsabilidades quanto aos resultados de seu trabalho frente ao público usuário. Mas o distanciamento do fazer profissional com as questões sociais, como à censura, por exemplo, que atingem diretamente o seu espaço de trabalho, nos faz refletir sobre essa suposta “passividade” diante dos ditames socialmente estabelecidos. Segundo alguns pesquisadores brasileiros (CASTRO, 2000; FONSECA, 2007; LEMOS, 2015), as bibliotecas e respectivamente a classe bibliotecária ainda não conseguiram romper barreiras do preconceito e da estigmatização, tornando-se o espaço e o agente, como aparelhos ideológicos de perpetuação da discriminação e exclusão.

De certa forma, associado ao perfil dos paradigmas tecnicista e funcionalista, a análise desse modelo de Biblioteconomia se dá como um reflexo de uma ação sem olhar crítico, onde bibliotecas e bibliotecários – com resguardo para as exceções – representavam a lentidão da evolução da cultura brasileira, caracterizada como arcaica, patriarcal, colonialista, “que não consegue romper com os preconceitos, historicamente construídos, sobre o negro, a mulher e outras minorias sociais” (CASTRO, 2000, p. 118). O mesmo autor, alerta para o compromisso

²⁷ A necessidade de representação nos espaços de informação exige a atenção e sensibilidade das instituições de informação para incentivar a participação desses sujeitos socialmente discriminados. É o discurso de si que possibilita o entendimento e compreensão das necessidades dessas pessoas. Um exemplo interessante aconteceu no campo da museologia na cidade de Fortaleza. O Centro Cultural dos Correios, através de sua sala, promoveu a Exposição: ‘Condenados: no meu país, minha sexualidade é um crime’, que percorreu por várias cidades do mundo e algumas capitais brasileiras. A Exposição aconteceu no período entre maio a julho de 2015 e correspondeu a várias atividades, além da exibição que relatava através da fotografia, um retalho do discurso de medo e o risco de ser homossexual em países que ainda criminalizam a homossexualidade. Conhecer o relato desses homens *gays* e estar diante do horror da perseguição, nos sinaliza o quanto é arriscado uma proposta de neofundamentalismo para o Brasil. Além da publicação de um catálogo da exposição, foi realizado um ciclo de debates, que permitiu ao público LGBT participarem da construção de sentido e representação que a informação museológica se propôs a oferecer para a comunidade.

que a biblioteca precisa ser representativa de seus usuários, fortalecendo os laços de afetividade entre a classe bibliotecária e seu público. Ele pergunta: “[...] como a biblioteca pode contribuir com a sociedade para melhorar as condições de vida?” (CASTRO, 2000, p. 129). Este alerta é muito significativo para o público LGBT, que sofre diariamente com o preconceito e a discriminação. Essas pessoas poderiam ter nas bibliotecas, a confiança em um lugar de acolhimento e apoio, que pudessem fortalecer estratégias de superação dos problemas sociais que enfrentam.

Melhorar a compreensão e o entendimento da diversidade sexual e de gênero deveria ser um compromisso de todo equipamento informacional. Claro que existem outros fatores, que dificultam essa busca de mudança, como o fato já explicado das bibliotecas estarem subordinadas a uma política institucional superior que talvez não permita a inclusão de outras orientações sexuais. Como as bibliotecas podem fazer o acolhimento e se tornarem espaços representativos para um público que sofre tantos preconceitos e cerceamentos na sociedade, como o público LGBT?

Essa pergunta é complexa e exige da classe bibliotecária antes de tudo um compromisso com a temática LGBT. Também nos faz refletir que preconceitos de gênero, sexuais, raciais, sociais e as diferenças entre níveis culturais, informacionais e econômicos devem ser pautas a serem trabalhadas por bibliotecárias/os e que acervos devem contemplar estas questões que ainda em pleno século XXI dificultam a vida humana.

Sobre isso, o Bibliotecário Edson Nery da Fonseca retoma a perspectiva política e alerta para a responsabilidade cidadã de cada pessoa na escolha dos representantes políticos que irão direcionar recursos e investimentos para os serviços públicos, incluindo aí as políticas públicas de informação, e as respostas que poderiam dar para a sociedade se efetivamente acontecessem²⁸.

A relação entre a Biblioteconomia e a área de Gênero possibilita alguns questionamentos quanto à relação dessas áreas com a temática LGBT²⁹. Alguns autores consideram a biblioteca pública um espaço mais democrático que outras instituições sociais e

²⁸ A responsabilidade do público usuário LGBT na escolha de seus representantes e os compromissos que estes legisladores deveriam ter com a oferta de serviços públicos de qualidade ajudaria qualitativamente na melhoria de vida das ‘minorias’ sexuais.

²⁹ Como pessoas socialmente discriminadas e expurgadas das instituições controladas pelo aparelho ideológico do Estado e do capital, utilizam outro aparelho, aparentemente mais acessível e democrático, como as bibliotecas públicas? Como o público LGBT vê as bibliotecas? Como se relacionam e usam este espaço? Como reagem aos mecanismos de cadastro e de diálogo com a classe bibliotecária? Porque nunca encontramos travestis e pessoas transexuais nas bibliotecas? São questionamentos que a Biblioteconomia precisa começar a elucidar e encontrar possíveis respostas.

que poderiam sim, tornar-se um espaço de inclusão. Mas como vimos no início desta seção, muitas vezes a atividade bibliotecária sofre interferências das autoridades superiores, que atuam no sentido de fazer valer a vontade dos que detém o poder. Fonseca (2007) relata que quando estava exercendo o cargo de gestor, tentou convencer um político para investimentos na biblioteca pública em que trabalhava e constatou que estava envolto ao desconhecimento que a classe política tem da função social da biblioteca:

Desconhecia a vitoriosa experiência de países nos quais a biblioteca pública funciona como instituição educativa muito mais dinâmica do que a escola: a escola com suas matrículas, seus exames e outras exigências castradoras da aventura de ser e conhecer. A maior parte das autoridades brasileiras – federais, estaduais e municipais – ignora esse papel da biblioteca pública: a “biblioteca pública como força viva para a educação popular”, segundo um manifesto da Unesco (FONSECA, 2007, p. 58).

Esse desconhecimento de nossos representantes políticos cria barreiras praticamente intransponíveis. Mesmo que a classe bibliotecária tenha boas intenções em participar de um projeto inovador de inclusão de pessoas LGBT e outros grupos socialmente desfavorecidos; a liberdade de informação, de expressão e de acesso será dificultada, demarcada pelos conflitos e disputas como se percebeu ao longo do processo histórico até a atualidade³⁰. Mesmo com avanços em alguns aspectos é preciso reconhecer que os campos de conhecimento servem a um interesse maior, não fugindo à Biblioteconomia o problema de que as bibliotecas sejam utilizadas como aparelho ideológico:

Se, como dizem alguns, a liberdade de expressão está condicionada pela ideologia da classe hegemônica, seremos obrigados a reconhecer que sempre existirá censura, pelo menos enquanto as sociedades estiverem organizadas com base no domínio de umas classes sobre as outras, mesmo quando haja uma alternância no poder.

Se as bibliotecas são, como as escolas, aparelhos ideológicos do Estado, será forçoso reconhecer que o Estado inevitavelmente tratará de utilizá-las como um dos meios que levam à criação do consenso social que permite a manutenção da mesma estrutura de poder (LEMOS, 2015, p. 188).

Concordamos em parte com a crítica que o autor Briquet de Lemos (2015) fez quanto às bibliotecas serem aparelhos ideológicos do Estado. Inclusive percebemos o quanto isso é palpável quando mostramos no início deste capítulo um exemplo claro de como o poder se utiliza deste artifício e proíbe a inclusão da temática de gênero e LGBT nas bibliotecas. Mas é preciso reconhecer que existem algumas bibliotecas que superam este dispositivo de controle

³⁰ Não precisa ser um pesquisador para ver como se estabelecem os campos de disputas. Se qualquer pessoa acompanhar notícias sobre a temática LGBT na rede, perceberá que todos os dias saem notícias que abordam sobre esses conflitos, os mais graves culminando na morte de vidas LGBTs.

e censura, sendo algumas bibliotecas universitárias³¹ e as bibliotecas especializadas das ONGs, exemplos de uma Biblioteconomia que rompe com essa estrutura de poder.

Uma explicação para as bibliotecas serem utilizadas como aparelho ideológico do Estado pode ser elaborada a partir da análise do discurso da Missão do Bibliotecário, proposta por Ortega y Gasset. Alinhada com a fixação controladora de domínio sobre tudo, a ação bibliotecária estaria subordinada ao compromisso de viés positivista do Estado e das instituições em geral. O controle sobre todos os aspectos da vida, desde a formação das famílias, à formação profissional, até o controle sobre as escolhas de leitura da população, demonstra a força e poder do Estado. O bibliotecário seria um “higienista da leitura”, sustentado pelo tripé de sua responsabilidade: 1º - o bibliotecário “terá que exercer a polícia do livro”; 2º - a liberdade enquanto ato do censo comum seria um “instrumento da insensatez” e 3º - dimensão que o trabalho do “bibliotecário é um filtro” (ORTEGA Y GASSET, 2006, p. 39 – 46).

Nota-se que a proposta de Missão do Bibliotecário como uma obra originalmente publicada em 1935, no Congresso Internacional de Bibliotecários em Madri, estava alinhada com o regime jurídico, político e social do momento histórico, que era de total poder do Estado sobre as liberdades individuais das pessoas, inclusive sobre o direito de liberdade de informação. A proposta de Ortega y Gasset (2006) vai à contramão do que os estudos em Gênero sinalizam, assim como o que a perspectiva crítica da Biblioteconomia postulou tempos depois. Mesmo assim, alguns profissionais ainda hoje, insistem sem uma reflexão mínima, manter sobre este tripé postulado pelo filósofo espanhol, nossa missão profissional.

Concordamos com a crítica feita por Briquet de Lemos (2015, p. 187) à Missão, inclusive quando o autor faz a associação de que no mesmo momento em que estava sendo apresentada a Missão à classe bibliotecária no evento de 1935, paralelamente o partido fascista espanhol estava articulando as ações na esfera da política espanhola. Sendo assim, constatamos que a Biblioteconomia não passa ilesa do que acontece no campo macro das decisões políticas.

É preciso concordar também quanto ao que o autor fala sobre os tipos de censura que interferem no trabalho do bibliotecário, e entre eles a censura feita pelos próprios bibliotecários. Retornamos ao paradigma da Biblioteconomia Crítica, que permite analisar

³¹ Em visita a algumas bibliotecas universitárias na cidade de Fortaleza, principalmente naquelas universidades onde existem o Curso de Ciências Sociais ou de Serviço Social, facilmente se encontra livros sobre gênero e sexualidade. Nas bibliotecas especializadas das ONGs, o assunto principal é aquele que representa as atividades fins da instituição.

nosso campo científico como uma área dos discursos, que representa o lugar da fala e da escrita. A biblioteca como o lugar dos discursos, não deixa de ser uma afirmação da própria existência. O trabalho do bibliotecário seria ao mesmo tempo um mecanismo de legitimação do discurso, de propriedade e de demarcação de poder. A censura feita por bibliotecários, segundo Lemos (2015), também é discriminação:

Existem, no entanto, situações em que se configura, [...] a intolerância do bibliotecário, muitas vezes condicionado por preconceitos e posições morais anacrônicas. [...] o que se pode deduzir é que o comportamento profissional da maioria dos bibliotecários reflete uma concepção de mundo, uma visão de mundo, típica daquelas camadas que são convencionalmente designadas por classe média. [...] que leva à aceitação passiva de princípios básicos da ideologia hegemônica, um certo farisaísmo quanto a temas considerados tabus, como a vida sexual, e a defesa intransigente dos princípios de sua religião (LEMOS, 2015, p. 186).

É óbvio que não podemos generalizar isso para toda a categoria bibliotecária. Existem várias/os excelentes bibliotecárias/os que tomam decisões planejadas e fazem auto-avaliação constante de seu trabalho. Mas o interessante é postular a pauta da censura em bibliotecas e no caso, da censura feita pelo/a bibliotecário/a, pelo paradigma da Biblioteconomia Crítica que permite um passo para se discutir o problema.

A anulação do discurso LGBT feita por bibliotecários/bibliotecárias talvez esteja mais próxima ao que Foucault (2008) associou com o que representa um ‘perigo’. E que de certa forma nosso trabalho sofre pressão da sociedade e das estruturas de poder para também exercerem procedimentos de exclusão e interdição de pessoas LGBTs nas nossas escolhas. E o ‘perigo’ estaria na possibilidade de existência de representação nos acervos. Ao mesmo tempo em que cumpre o papel de demarcação no campo da memória e que sugere a percepção de sua existência no tempo histórico, os acervos, mesmo com as limitações que as adversidades da materialidade física lhe impõem, são formas de resistência não só ao tempo, mas inclusive a própria contextualização que a história informa sobre os fatos. Nos alerta Foucault:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2008, p. 8 – 9).

Existe um controle de legitimação dos discursos. Como e de que forma as bibliotecas participam desse processo legitimador é uma questão que precisa ser discutida e pesquisada. Se as bibliotecas, através das ações da classe bibliotecária, controlam, selecionam, organizam e distribuem informações, que materialidades de discursos elas disponibilizam? Existe espaço para a informação LGBT?

Uma resposta superficial sinalizaria para a materialidade do discurso das classes hegemônicas e o que se perpetua sobre quem sempre detém o poder. E que dificilmente se percebe abertura para a fala de LGBT ou sobre as vivências dessas pessoas. As exceções são verificadas nas ações de bibliotecários/bibliotecárias que de certa forma ‘ousam’ romper com o discurso sobre o poder e permitem a inclusão de outras falas de quem se espera apenas silêncio.

Percebe-se que nossa sociedade ao mesmo tempo em que é produtora de discursos, por outro lado realiza processos de interdição para determinados sujeitos e exclui essas pessoas estigmatizadas de espaços públicos e setores da sociedade. Existe um controle de legitimação de discursos. Sendo assim, a exclusão de obras com temática LGBT dos equipamentos informacionais é uma forma de silenciar a existência e a memória desses sujeitos sociais.

A sistematização do saber obedece aos ditames institucionalizados e às hierarquizações, reflexos da estratificação social. Existe imparcialidade neste processo? Dificilmente, pois até mesmo as convicções pessoais do sujeito bibliotecário podem intervir no processo de organização e divulgação do conhecimento. Foucault problematiza as bibliotecas e essa ‘vontade de verdade’, pois existe uma relação da biblioteca com os discursos lá abrigados e disponibilizados. De certa forma, esses acervos atendem essa ‘vontade de verdade’, o que nem sempre representa, pois a verdade seria múltipla:

Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apóia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. [...] visto que são os discursos eles mesmos que exercem seu próprio controle; procedimentos que funcionam, sobretudo, a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se se tratasse, desta vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso (FOUCAULT, 2008, p. 17 e 21).

Assim, é a inclinação e tendência institucional que de certa forma rege as ações que as bibliotecas desenvolvem. A sistematização do saber obedece aos ditames institucionalizados e às hierarquizações, inclusive quando se utilizam dos dispositivos de seleção, controle, acesso e divulgação das informações. Aquilo que é considerado válido e digno de representatividade.

A atividade bibliotecária não estaria ausente dessa artimanha dos jogos de poder. O próprio silenciamento, imposto pelo ato de censura aos assuntos que envolvem gênero, sexualidade e temática LGBT, demonstram que nem sempre a verdade está disponível. O exemplo que apresentamos no início deste capítulo comprova isso: não se devem incorporar

esses temas nos acervos, pois representam o ‘perigo’. Mesmo porque a “vontade de verdade” (FOUCAULT, 2008; DOMINGOS, 2009) mais profunda e reforçada em todos os meios é o discurso da família perfeita, (modelo papai, mamãe e o casal de filhos, propagado pela cultura capitalista norte americana consumista, xenófoba, machista, racista e misógina), que se configura como um ideal de ser/estar no mundo, apregoado pelas correntes ordenadoras dos sujeitos sociais e pelo fundamentalismo religioso.

O sistema de exclusão e interdição de pessoas LGBT certamente impactará nas bibliotecas, tendo em vista que praticamente todas estão inseridas em espaços institucionalizados que obedecem à lógica de poder. A própria Biblioteconomia e os procedimentos de seleção e tratamento da informação partem do princípio de escolhas: o que é legítimo para ser digno de representação e memória? Que ou quais discursos estão explícitos ou implícitos nas informações disponíveis nas bibliotecas? Que ‘vontade de verdade’ está disponível nos suportes de informação? “Se é necessário o silêncio da razão para curar os monstros, basta que o silêncio esteja alerta, e eis que a separação permanece” (FOUCAULT, 2008, p.13). Os discursos simbolizam poder e dominação. Existe um imbricamento entre eles. Portanto as formas de coerção e controle ao discurso LGBT nas bibliotecas se dá sobre três aspectos: “o interdito, a recusa, a proibição” (DOMINGOS, 2009, p. 26).

Mesmo com todo o aparato de controle, sendo as bibliotecas repositórios dos discursos, portanto, também signo de dominação e poder, elas em alguns momentos conseguiram escapar e também foi sinônimo de possibilidade de abertura, refúgio, contraponto, como se percebe em investigações sobre conteúdos³², que não cabe aqui descrevê-las intimamente, mas que revelam preciosidades e achados que apresentam discursos profanos, eróticos, sarcásticos, irônicos, anárquicos, proletários, de grupos socialmente discriminados, refletindo numa ruptura do conhecimento e pensamento da lógica dominante.

A memória da humanidade reserva foro privilegiado para os ‘heróis’, ‘homens de glória’, estadistas e inventores. Mas quantas memórias foram perdidas e silenciadas?³³ O discurso é algo reservado para quem? A quem é legitimado o direito de expressão? Nota-se

³² Mais presente nas pesquisas da História que na própria Biblioteconomia, se revelam verdadeiras ‘curiosidades’ sobre acervos de várias bibliotecas, que surpreendem pela presença de obras que parecem deslocadas do seu eixo de atuação. Como exemplos, casos de bibliotecas monásticas que possuem obras profanas ou eróticas, demonstram que mesmo sendo arbitrariamente forçadas a seguirem a ordem do poder superior, essas bibliotecas estabelecem fissuras no esquema da lógica de controle.

³³ O exemplo da própria história do cinema demonstra como essa questão é contundente. Não existe o costume de creditar a invenção do cinema à figura da francesa Alice Guy Blaché. Provavelmente pelo fato dela ser uma mulher não foi dado o devido crédito pelo feito. Muitos ainda insistem que a invenção do cinema está associada à invenção do cinematógrafo, feito alcançado pelos irmãos franceses Louis e Auguste Lumière.

que as obras que se relacionam com a temática LGBT produzem uma ética e uma estética que apresentam valores específicos e que mostram características que subvertem a lógica de subjetivação da maioria da sociedade. Logo um acervo LGBT é uma construção de uma subjetivação de sujeitos sociais diferenciados do padrão estabelecido.

Pensar de que forma, o acervo enquanto base de saber-poder atua na formação de sujeitos sociais é muito relevante para pensar informação na lógica de gênero. Como os discursos dessas obras atuam na construção de determinadas atitudes sociais é algo difícil de ser compilado, pois flui no campo das subjetividades, mas é inegável que de uma forma ou de outra atuam influenciando na transformação das pessoas que tenham contato com essas obras. Na sociedade da informação ampliam-se os horizontes de subjetivação, tanto no campo das individualidades quanto das coletividades. Sendo assim,

O modo de constituição do sujeito pela subjetivação lançando-a no contexto virtual das mídias atuais. A velocidade estonteante das informações e das mudanças sócio-culturais hoje oferece ao indivíduo uma enésima de possibilidade para subjetivação, para fazer de si sua “obra de arte”, ao mesmo tempo que inventa e reinventa códigos e estilos de viver. A mídia on-line revoluciona o modo de cada indivíduo ver-se e conviver consigo mesmo. Cabe a este indivíduo identificar-se com este ou aquele modelo de subjetividade. É um processo que envolve relações de poder (DOMINGOS, 2009, p. 43).

Felizmente a Biblioteconomia tem sim avançado enquanto ciência de uma mídia – a biblioteca – mesmo quando forças superiores tenham insistido em cercear a liberdade de informação. Alguns teóricos têm apresentado, no campo da organização da informação e do conhecimento, preocupações quanto à ausência de representação das temáticas LGBT, e principalmente, discutir os aspectos éticos do tratamento da informação:

As questões em torno das publicações que abordam com clareza a diversidade de orientações sexuais criaram situações nas quais os profissionais da informação não podem estar alheios, notadamente no que tange aos problemas éticos como, por exemplo, a censura advinda do tema da obra (PINHO, 2010, p. 8).

Essa análise parece-nos inovadora e inclusive abre um leque de possibilidades para a pesquisa em Biblioteconomia. Como um ‘vráaaaa’³⁴, o campo científico permite incursões e associações com a área de Gênero e sexualidade, pautando como mais um recurso de análise para as pesquisas produzidas no campo da informação.

Nas perspectivas contemporâneas em Biblioteconomia, além do aspecto do sujeito usuário tornar-se um partícipe das ações e serviços desenvolvidos pela instituição, a biblioteca

³⁴ Analogia a um costume que as travestis e transformistas utilizam, ao abrir intempestivamente um leque, assustando as pessoas, como um rompante de surpresa e rebeldia, o que alguns consideram como um ‘vráaaaa’, onomatopéia do som emitido pelo leque, que tem significado de chegar ‘lacrando’, ‘arrasando’, ‘bombando’ a cena, representando toda a transgressão das normas a que pessoas LGBT são associadas.

migra de uma caracterização polarizada na centralidade de identidades dominantes para a configuração de uma flexibilidade de representações e dinâmicas, prezando pela diversidade e o multiculturalismo:

Os três modelos por que passaram as bibliotecas: o primeiro, da conservação cultural (centrado na organização, no tratamento técnico dos acervos); o segundo, da difusão cultural (com ações voltadas para o acesso e o uso da informação); e o terceiro, da apropriação cultural (em que os usuários ganham uma relevância maior, e a biblioteca se converte em dispositivo de mediação cultural). As bibliotecas, assim, deixaram de ser simples artifícios de transferência de conteúdos informacionais para se constituírem em verdadeiros dispositivos produtores de sentidos, tendo os usuários ou leitores como sujeitos ativos do processo. Nessa linha, recentemente tem havido uma valorização da diversidade e da participação multicultural no espaço da biblioteca (ARAÚJO, 2014, p. 89).

A biblioteca como lugar da diversidade, tem forte ligação com o papel educativo e de aprendizagem que as teorias de mediação da informação trouxeram para o campo de saber. Em consonância com Gênero, as bibliotecas seriam importantes ferramentas de atuação na educação das sociedades ao redor do globo, para diminuir as desigualdades que as injustiças do machismo e das homofobias geram em prejuízo das vidas abjetas.

Nas novas perspectivas, as ciências da informação atuariam conjuntamente, no sentido de colaborarem na tentativa de buscas para a solução dos conflitos sociais. Na proposta de Araújo (2014), as tendências sinalizam para uma relação bilateral entre sujeitos sociais e as instituições de informação, assim como também existe uma interseção entre as instituições de forma que elas dialoguem entre si, mas em consonância com as demandas sociais. O autor nos esclarece que:

As perspectivas desenvolvidas no século XX foram importantes para deslocar e ampliar o eixo de preocupações (para as funções sociais dos arquivos, bibliotecas e museus; seu papel nos conflitos sociais; as apropriações dos sujeitos; os efeitos de sentido gerados por seus acervos e pelas técnicas aplicadas). E é o aprofundamento desse processo que acaba por conduzir às perspectivas contemporâneas, mais atentas à complexidade dos fenômenos e à interrelação de seus elementos constituintes, tanto na arquivologia como na biblioteconomia e na museologia (ARAÚJO, 2014, p. 97).

Essa perspectiva simboliza uma esperança, tendo em vista a complexidade que se estabelece nessa relação com múltiplos sujeitos, com as mais variadas identidades e que utilizam tanto o espaço quanto os serviços dos equipamentos informacionais citados. Sabe-se que esta relação de antemão será conflituosa, já que a representação é comum para uma parte da sociedade, que se vê espelhada no discurso e na afirmação de saberes e fazeres nas instituições sociais. Mas para as identidades LGBTs esta possibilidade de horizonte, representa um desafio de dar visibilidade para o que muitos preferem esconder e silenciar.

A intenção de relacionar a Biblioteconomia com o Gênero permitiria ainda mais aprofundamentos sobre a proximidade entre as áreas e inclusive se percebe algumas especificidades, o que já vem sendo discutido por alguns pesquisadores da Ciência da Informação e da Biblioteconomia (PINHO, 2010; LIMA, 2016; SANTOS; NEVES; SILVA; CÔRTEZ, 2017). Mesmo assim, consideramos que ainda existe um percurso longo para ser desbravado por pesquisadores da área da informação. E alertamos que é preciso muita cautela no envolvimento com a temática, para que o que se projeta não seja interpretado como um equívoco³⁵, pelas já renomadas pesquisadoras e pesquisadores da área de Gênero.

No próximo tópico aprofundaremos a relação entre Gênero e Biblioteconomia de forma ainda mais específica, pautando o discurso LGBT na área de FDC e os aspectos éticos que envolvem esta atividade.

4.2 Formação e Desenvolvimento de Coleções: a biblioteca como dispositivo ético de enunciados e visibilidades

Durante o levantamento bibliográfico, tivemos contato com uma publicação de Silva (2016), resultado de sua pesquisa de mestrado, que apresentava uma etnografia sobre a produção e circulação de obras LGBTs. Foi constatada de imediato pelo pesquisador, uma ausência de obras LGBT nas bibliotecas³⁶ por onde circulou. Só depois de um tempo foi que o autor descobriu a existência de uma rede paralela por onde circulam essas obras.

A constatação parece-nos interessante. Primeiro porque traz à tona que um dos aspectos da FDC é de que ela tem um viés político. Se as obras LGBT não são localizadas nas bibliotecas, existe algo que as impede de lá estarem disponíveis. Assim, as obras de temática LGBT, circulam por outros caminhos fora dos convencionais, atravessando pelo mercado editorial, vendas pela internet e repousando nos espaços que permitem a sua inclusão, como exemplo, as bibliotecas das ONGs que atuam junto à causa LGBT.

³⁵ No Brasil tivemos o exemplo da Biblioteca da Diversidade, localizada em Brasília, que ironicamente, desenvolveu um calendário com fotografias de bibliotecários nus, para marcar o início de suas atividades e ao mesmo tempo angariar recursos e divulgar sua existência. O equívoco está justamente na estratégia de marketing ser um contraponto à proposta de trabalho da Biblioteca. Se ela visa apoiar a diversidade, como elegeu o corpo masculino, quase todos de homens brancos e que atendiam aos padrões de beleza do mercado, para representar a diversidade? Certamente, reconhecemos aí uma situação no mínimo constrangedora, para se pensar toda a complexidade de problematizar corpos abjetos e ao mesmo tempo eleger o 'corpo rei' como alavanca de venda para os calendários.

³⁶ O pesquisador fez um levantamento em bibliotecas escolares e não obteve êxito. Depois partiu para outras táticas de pesquisa e então relata sua surpresa, ao encontrar uma verdadeira rede que envolve a publicação de obras LGBT, desde a fundação de editoras especializadas até a realização de eventos idealizados para o lançamento dessas obras. Para mais detalhes, consultar na seguinte referência: (SILVA, 2016, p. 18 – 20).

Estas bibliotecas das ONGs apresentam uma característica especial para a FDC³⁷. Elas possuem uma coleção de obras geralmente vinculadas aos assuntos dos trabalhos desenvolvidos por elas. Adquiridos por doações ou compras, ou mesmo publicações por elas elaboradas e distribuídas; essas organizações muitas vezes nem percebem que constituem um acervo especializado, que pauta uma identidade específica e produzem uma instrumentação política através da cultura LGBT.

O segundo aspecto da constatação é a memória. As bibliotecas são equipamentos de memória. Memória pode ser analisada aqui como seleção do que deve ser lembrado e do que pode ser esquecido. A memória está muito próxima da Biblioteconomia, no sentido que a FDC têm como um de seus pontos fundamentais a seleção, que é o processo de escolha entre o que deve ou não entrar na coleção de uma biblioteca. No caso das bibliotecas das ONGs LGBTs “na construção de uma memória e um grupo específico dotado de uma história que se quer singular. Assim, afora as obras, outro modo de classificação” (SILVA, 2016, p. 61).

No caso desses acervos especializados, os assuntos das obras que são selecionadas para fazerem parte da coleção não correm o risco de serem taxados de imorais, perniciosos, promíscuos. A alteridade da cultura LGBT transpõe a limitação de valores estabelecidos e compõem uma ética que tomba a censura que determina o bloqueio de acesso a ‘conteúdos impróprios’ ou que na percepção do modelo tradicional, ‘desvirtuam os valores’.

A biblioteca representa um dispositivo ético de enunciados e visibilidades. Neste sentido, há uma aproximação entre os conhecimentos da Biblioteconomia com os de Gênero. A política de performatividade pode ser vislumbrada nas ações das bibliotecas, assim como no discurso das obras disponíveis. E isso implica uma questão filosófica, pois se a disponibilização de informações permite uma apropriação e uso por outras pessoas, isso já não implicaria mais em uma repetição, mas no uso por outro agente (o usuário/a usuária), que pode transformar essa informação em vários sentidos.

Assim, podemos rebater o que os antagonistas da ‘ideologia de gênero’ apregoam de forma alarmante, de que a proibição de acesso a essas informações se justifica pelo ‘risco’ de que o contato com os conteúdos de diversidade sexual e de gênero podem influenciar na formação das pessoas, repetindo à prática – negativamente na visão deles – mas que não conseguem enxergar que o contato com essas informações não implicaria em repetição e sim

³⁷ Baseando-se principalmente em teórico que vem pesquisando sobre o assunto desde a década de 80 até o momento (VERGUEIRO, 1989; 2010 e 2011).

em transformação: de preconceitos para conceitos, do desconhecimento para conhecimento, do desrespeito para respeito e da intolerância para o aceite da subjetividade e individualidade da vida que cada pessoa pode construir.

A possibilidade de performance que quebra a repetição, e do ser abjeto que fica ‘invisível’ inclusive nos acervos das bibliotecas, faz parte de um agenciamento, mediante o qual é o poder que assegura a combinação entre aquilo que se fala e aquilo que se vê. Nas bibliotecas das ONGs e de outras bibliotecas que permitem o acesso à informação LGBT, a abjeção é transformada em elemento de constituição dos sujeitos e da cultura, fazendo parte do acervo.

Os equipamentos de informação permitem o fantástico encontro com as fontes de informação e assim, asseguram o valor que esses registros possuem. A importância de bibliotecas, arquivos e museus como guardiões da memória impactam e,

Isso me fez pensar no grande mosaico textual que compõe as nossas compreensão e inteligibilidade de certos temas e assuntos. Ao lado de uma temporalidade que é destituída de fronteiras – o passado convivendo com o presente, o antigo com o novo –, as informações e textos lidos, ao contrário de serem despejados em uma lixeira qualquer, apagados como se faz ao apertar uma simples tecla de computador, permanecem, de uma forma ou de outra, guardados, armazenados, ou mais que isso (BESSA, 2002, p. 27).

Mesmo que exista a intenção de destruição dos assuntos relativos às questões LGBT, os acervos asseguram a memória e resistência deste segmento social. A segmentação parece uma necessidade quando um ambiente hostil e de normatividade impõe a condição de inferioridade para esses ‘diferentes’. Os acervos LGBT surgem como uma afirmação identitária desses grupos que se reúnem e se identificam com determinadas características. Além de assegurar a memória, essas coleções também se configuram como uma forma de resistência e confirmam uma política de atuação pelo viés da cultura.

A ação bibliotecária na FDC implica na responsabilidade de escolha. Sabemos que esta realização é complexa, pois “na verdade, o oprimido sempre tem de ter memória. Se você tem uma memória, consegue alguma coisa de libertação” (BESSA, 2002, p. 374). É dessa profundidade que falamos quando se pensa na formação de uma coleção sobre a temática LGBT. Ela representa algo como um alento, uma expectativa, uma esperança, diante de tantas situações cotidianas de opressão, medo, privações e injustiças. Mesmo que esse discurso fale inclusive sobre essas situações de vulnerabilidade, de certa forma elas implicam na ‘vontade de verdade’ que vidas LGBT experimentam. “É por isso a defesa, pelas minorias, de uma

memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória” (NORA, 1993, p. 13).

A incandescência, como fator físico, toma sentido de radiação, ou seja, espalhar calor, energia. Acreditamos que talvez Nora (1993) tenha tomado este sentido para sua fala. Se isso tiver sido sua proposta, tomamos isso de empréstimo, para relacionar com a ação de FDC realizada pela classe bibliotecária, como uma atividade propagadora de sentidos e intenções, ligação direta com a memória.

O trabalho do bibliotecário tem que estar vigilante quanto aos preconceitos que existem na área da informação. Inclusive na atenção quanto ao impacto que determinado termo ou assunto exerce sobre certas comunidades. As pessoas LGBTs são constantemente atingidas pelo repetido uso de termos que inferiorizam a condição *gay*, *bi* ou *trans*. Os dilemas éticos no campo da informação, assim como na FDC, exigem a atenção em “observar os princípios gerais éticos que evidenciam os direitos humanos, os ditames dos códigos profissionais e organizacionais” (GUIMARÃES; PINHO; ALMEIDA; MILANI, 2009, p. 106). A informação LGBT condiz a uma produção social e cultural particular, dotada de um domínio de conhecimentos que estabelecem uma dinâmica de compreensão. A perspectiva multicultural, que a tendência contemporânea trouxe para a Biblioteconomia, marca uma hospitalidade, mesmo que no Brasil seja mais exercida por bibliotecas especializadas do que pelos demais tipos e os teóricos/a teórica têm analisado que:

Nesse contexto devem ser especial e prioritariamente os princípios universalmente válidos, tais como os expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no Conceito de Justiça Global da Informação (notadamente em questões relativas ao acesso à informação e à liberdade de expressão) reveladores de aspectos atinentes à dignidade humana e ao direito ao desenvolvimento cultural (GUIMARÃES; PINHO; ALMEIDA; MILANI, 2009, p. 106).

A postura ética do profissional da informação requer antes de tudo o respeito ao princípio de dignidade humana. Essa atenção inclusive pode nortear toda a política de FDC que “deve se adequar às demandas dos usuários à medida que as necessidades vão se atualizando” (BRASIL, 2009, p. 13). Durante a pesquisa bibliográfica sobre as políticas de coleções, percebemos que o aspecto da ética tem sido uma preocupação constante para a classe bibliotecária, refletindo nas pesquisas sobre o assunto.

O desenvolvimento de coleções pede da categoria bibliotecária muita responsabilidade. É um ramo de atividade que exige atenção, zelo, ética e planejamento. As autoras Dias e Pires (2003) estabeleceram duas etapas para a realização da FDC. Inicialmente

uma etapa de levantamento, tanto das características da comunidade e de usuários, quanto das necessidades de informação e o estabelecimento das prioridades de atendimento, assim como, das estratégias de relação com o público usuário. Complementa-se a este elenco, o levantamento de recursos e dos serviços que serão oferecidos e principalmente, das intenções que se projetam sobre a coleção em prol da coletividade.

A outra etapa, diz respeito à “elaboração de documento para a formalização da política de desenvolvimento de coleção” (DIAS; PIRES, 2003, p. 23). Neste documento devem constar as diretrizes para que a formação do acervo seja um conjunto de documentos que tenham uma função social perante a comunidade, para quem se destinam essas informações. Waldomiro Vergueiro (1989; 2010; 2011), um dos mais importantes estudiosos do assunto no Brasil destaca a relevância da FDC:

É possível dizer que o desenvolvimento de coleções é, no rol das funções desempenhadas pelos bibliotecários, aquela que mais amplamente afeta o usuário. Afinal, cabe ao desenvolvimento de coleções a identificação/definição dos itens individuais que farão parte de um determinado conjunto – físico, temático, geográfico, virtual – de materiais de informação que estarão disponíveis a um agrupamento específico de indivíduos (a comunidade cujas necessidades de informação aqueles materiais devem atender). Isso não é pouco (VERGUEIRO, 2011, p. 88).

Esta citação comprova a responsabilidade da atuação bibliotecária quanto à formação de acervos. Quando trazemos isto para a temática LGBT, podemos pensar em uma construção baseada em pesquisa de duas formas: tanto das necessidades e interesses dos usuários das bibliotecas que pretendem englobar a temática; quanto à pesquisa na ‘garimpagem’ de fontes e produtos que atendam esta necessidade de informação. Para quem já atua nas ONGs esse processo é bem mais fácil, tendo em vista que tanto a figura do bibliotecário quanto de outros profissionais, subtende-se que sejam familiarizados com as questões que envolvem a diversidade sexual.

Temos que retornar aos já discutidos assuntos, sobre a ética, a censura e o poder, que interligam a área de Gênero com a Biblioteconomia, só que agora no contexto da FDC. A escolha dos itens informacionais que vão compor uma coleção, trazem novamente o dilema do papel de que nós bibliotecários/bibliotecárias temos diante de uma ação que exige compromisso com o público. O processo de seleção requer do/da bibliotecário/bibliotecária a imparcialidade, embora seja uma tarefa muito difícil. É preciso refletir sobre as escolhas das aquisições, pois ao ter o poder de decidir o que deve ou não entrar no conjunto do acervo, a classe bibliotecária acaba exercendo uma espécie de poder, pois “queira ou não, é um elemento que está interferindo no processo social” (VERGUEIRO, 2010, p. 5).

Antes da perspectiva crítica, o cerceamento de informações era naturalizado na intenção de se filtrar o que devia ou não ser acessado como fonte de informação. A privação de acesso implicava numa prática comum, visto que,

Os bibliotecários podiam deter o poder de privar alguém de informações importantes para sua sobrevivência, para sua melhoria de vida ou para sua competitividade profissional. Daí, a necessidade de desempenhar bem e com lisura ética todas as atividades relacionadas ao desenvolvimento de coleções (VERGUEIRO, 2011, p. 89).

Quando se dificulta o acesso às informações, o agente de proibição toma para si a responsabilidade do ato censor e as implicações que esta atitude tem na vida de outras pessoas. Podemos neste momento pensar nas vidas abjetas e no quanto deve ter sido difícil para essas pessoas lidar com a inexistência de informações (neste sentido, quanto aos meios formais de informação), e as limitações que a ausência de informação impactou sobre essas individualidades.

A biblioteca como um espaço institucionalizado do poder tenciona a ação bibliotecária. Isso afeta diretamente nas decisões efetuadas no espaço da biblioteca. O ideal seria que no processo de seleção, a/o bibliotecária/o encontre um ponto de equilíbrio, de forma que o universo de usuários seja contemplado em suas necessidades de informação e representação, pois no processo de seleção de materiais para o acervo da biblioteca, talvez “uma das melhores contribuições do bibliotecário esteja em sua capacidade de coordenar demandas e necessidades conflitantes, de maneira a garantir que o resultado final seja o mais harmonioso possível” (VERGUEIRO, 2010, p. 8). É um desafio e uma responsabilidade para nós bibliotecárias/bibliotecários e isso requer uma formação humanística com ampla vivência da diversidade cultural e humana.

No universo de informações, documentos e mídias, o trabalho da categoria bibliotecária na FDC adquire um papel curatorial e que o processo de escolha nesse momento é dos itens mais significantes e representativos das temáticas de interesse do público. “Esse processo não ocorre no vazio, mas em um ambiente sócio-cultural específico, no qual questões ideológicas, políticas e éticas podem ter maior ou menor influência” (VERGUEIRO, 2011, p. 90). O bibliotecário sofre interferência e pressões do contexto social, assim como as convicções pessoais também podem vir a interferir nas escolhas.

Desenvolver uma coleção de materiais de informação, esteja ela apenas na forma física ou incorporando também formatos digitais, significa tomar decisões e fazer recortes propositais em relação ao universo dos conhecimentos registrados, constituindo universos menores que visam possibilitar vias de acesso à produção universal (VERGUEIRO, 2011, p. 90).

Na formação de uma coleção de filmes com temática LGBT, a curadoria da ‘persona’ bibliotecária predispõe uma aproximação com a temática e os assuntos correlatos que envolvem a questão da diversidade sexual. O engajamento torna-se necessário e mesmo que haja uma intenção universal, ela não será posta em prática devido às dificuldades de acesso à produção e muitas vezes da inexistência de comercialização de alguns títulos. Além disso, precisa estar bem definida a proposta que se quer desenvolver para a coleção da biblioteca. Há uma espécie de disputa entre parcialidade e imparcialidade.

No caso de bibliotecários/bibliotecárias que atuam em ONGs LGBT e que pretendem desenvolver uma coleção de filmes sobre a temática, é preciso ter muita atenção quanto ao princípio de imparcialidade. Pode-se selecionar um item e pensar que ele aborda sobre a temática, mas mesmo falando sobre vidas de LGBT, terem um efeito ofensivo para este público, como são os casos de muitos filmes do gênero de comédia.

As comédias que contém personagens homossexuais, geralmente se referem a estas identidades de forma caricata associada com a estigmatização, o preconceito e reforçando estereótipos que determinam a condição de seres abjetos. Daí o necessário discernimento, tanto do contexto de seleção quanto da possibilidade de oferta da informação. “Isso representa também a necessidade de analisar o contexto em que a informação é coletada, disseminada e fornecida, definindo mecanismos que garantam um melhor benefício social” (VERGUEIRO, 2011, p. 93). O papel da classe bibliotecária é de acompanhamento das tendências que a comunidade de usuários direciona, assim como o perfil de seu público e isso vai ter influência direta na política de FDC, pois:

No desenvolvimento de coleções, [...] na adequada consideração das necessidades de informação da comunidade que a biblioteca foi criada para servir, dimensionando acervos, serviços e distribuição de recursos em consonância com ela. Para isso, os gestores dos serviços de informação deverão desenvolver mecanismos que possibilitem conhecimento mais aprofundado e sistematizado das características da comunidade, incluindo distribuição de gênero ou sexo, étnica, classe social, faixa etária, etc. Ignorar ou, pior ainda, desconsiderar propositadamente as características da comunidade na determinação da política de desenvolvimento da coleção significa a opção por correr o risco de constituir um conjunto de documentos que não atende de forma efetiva às necessidades de seu público. Essa postura tende a levar à incorporação de materiais desnecessários, ao mesmo tempo em que deixa de incorporar itens que poderiam responder a demandas legítimas de informação. E, num círculo vicioso, esta inadequação irá se estender às atividades desenvolvidas na biblioteca, que em grande medida são realizadas tendo por base o acervo nela armazenado (VERGUEIRO, 2011, p. 93 – 94).

Em bibliotecas que não são especializadas na temática, como no caso das bibliotecas escolares e públicas, as políticas de seleção de materiais para esse tipo de informação tornam-se um desafio maior. Existe uma particularidade do conflito de interesses, que podem trazer

dificuldades. A/o bibliotecária/o pode ter medo ou receio do que parte da comunidade pode pensar sobre a escolha de determinados materiais selecionados para fazerem parte da coleção.

Identificamos um contraponto no princípio de racionalidade no processo de FDC sugerido pelo pesquisador Waldomiro Vergueiro. Ele parte de uma sugestão que “materiais sobre assuntos polêmicos também podem trazer mais problemas do que benefícios à biblioteca, devendo ter sua necessidade para o acervo cuidadosamente estudada, visando uma decisão mais objetiva a seu respeito” (VERGUEIRO, 2010, p. 15). Consideramos que esta afirmação não está de acordo com o que propõe os Estudos de Gênero. Foge também do que discutimos sobre análise do discurso de Foucault, e não condiz com a perspectiva crítica da Biblioteconomia, pois ela estaria mais centrada nos benefícios para a biblioteca do que nos benefícios para a comunidade usuária dos serviços por ela prestados.

A citação direciona para uma exclusão de temas ‘polêmicos’. Então ao falar sobre a cultura LGBT, dificilmente essas obras seriam incorporadas aos acervos das bibliotecas que não fossem especializadas no assunto, ficando condicionada a disponibilidade dessa informação apenas nas bibliotecas das ONGs. Diante do cenário de hostilidade que vemos diariamente contra essas pessoas, este argumento nos preocupa, pois se a maioria considera os assuntos LGBT temas ‘polêmicos’, dificilmente publicações sobre essa cultura vão ser disponibilizadas nas prateleiras dos outros tipos de bibliotecas.

Ao mesmo tempo e contrariamente, Vergueiro (2010) apresenta a imparcialidade como uma característica imprescindível na formação de coleções e ressalta que o bibliotecário/a bibliotecária deve ter cuidado, já que:

Obras aparentemente imparciais disseminam veladamente preconceitos contra determinadas camadas da sociedade, como minorias étnicas, de gênero, orientação sexual, etc. Durante muito tempo, por exemplo, acreditou-se que os livros didáticos eram obras imparciais, pois se limitavam a funcionar como instrumentos para a transmissão de conhecimentos considerados específicos para fins educacionais (VERGUEIRO, 2010, p. 20).

Além do aspecto da imparcialidade das obras escolhidas, o autor relata que a bibliotecária/o bibliotecário também precisa estar atento à sua atuação profissional e a imparcialidade de sua ação:

O bibliotecário não se deve deixar influenciar por questões políticas, religiosas ou morais. Assim, ao desempenhar suas atividades, o bibliotecário deve, (...) colocar de lado suas crenças e convicções pessoais, atuando de forma totalmente isenta quanto ao que incorpora ao acervo e/ou disponibiliza para uso, bem como (e principalmente) na orientação que proporciona a todos os usuários em busca de informação (VERGUEIRO, 2011, p. 91).

A utopia da neutralidade retorna para a discussão em FDC. Neste aspecto, cada bibliotecário/bibliotecária precisa mais se pautar sobre os resultados dos levantamentos e estratégias postuladas para a formação da coleção, do que se basear por opiniões e gostos pessoais, assim como as ideologias que interferiram na formação dele como pessoa e profissional. Vergueiro sensivelmente percebeu que a imparcialidade da bibliotecária/do bibliotecário também é um tema a ser analisado, pois:

Os bibliotecários são cidadãos que atuam em um contexto político específico, sofrem influências diversas – familiares, profissionais, sociais –, e vivem as mesmas dificuldades de qualquer cidadão da sociedade em que nasceram, cresceram e na qual se prepararam para o exercício profissional (VERGUEIRO, 2011, p. 93).

O planejamento em FDC permite que seja elaborado um conjunto de critérios de seleção, isso vai consistir na política de seleção. Esse conjunto não elimina lacunas, mas evita com que preferências pessoais de bibliotecários/bibliotecárias interfiram no processo. Diminui consideravelmente a possibilidade de acontecer uma seleção tendenciosa ou com intencionalidades de foro ideológico pessoal. Ainda assim, a ação de seleção de materiais de informação deve ser precedida de muita atenção, “pois pode não ser fácil diferenciar as decisões de seleção das de censura” (VERGUEIRO, 2011, p. 103). Ambas podem tender a não permitir o acesso e por isso é preciso avaliar todos os aspectos dos materiais a serem adquiridos, como o grau de imparcialidade das obras; e quanto ao avaliador, que se evite a interferência de suas idéias e opiniões nas escolhas:

A organização da atividade de seleção mediante o estabelecimento de critérios só é eficiente quando todos os envolvidos trabalham de modo racional, dispostos a discutir objetivamente a aplicação ou aplicabilidade desses critérios. Na medida em que os envolvidos na problemática da seleção afastam-se do racional, mergulhando no terreno do passional ou do autoritarismo, os critérios de seleção tornam-se cada vez mais inócuos. Não existe critério de seleção que possa anular ou dissuadir uma autoridade superior firmemente decidida a fazer valer a sua vontade... ou um bibliotecário disposto a imprimir seus preconceitos pessoais ao acervo sob sua responsabilidade (VERGUEIRO, 2010, p. 17).

Infelizmente, mesmo que o bibliotecário tenha um olhar mais sensível para assuntos considerados ‘polêmicos’, favorecendo uma seleção de obras que permita um diálogo entre ideologias ou mesmo uma análise crítica sobre assuntos tabus, ainda assim, existe a possibilidade de tudo ser direcionado para o radicalismo, o extremismo e o sensacionalismo. Em bibliotecas que não sejam especializadas na cultura LGBT, a presença de obras sobre este assunto pode provocar reações inesperadas de pessoas contrárias à causa.

A intenção de um/uma bibliotecário/bibliotecária flexível seria permitir que ao usuário coubesse a análise crítica, emissão de valor ou julgamento para o devido encaminhamento de opinião, tudo baseado nos princípios de liberdade de informação e livre arbítrio humano.

Mas geralmente, uma parcela das bibliotecas está submissa a uma estrutura organizacional maior, com missões e valores que nem sempre são postos em prática, ou muitas vezes propositalmente inibidores da liberdade humana. Nelas, dificilmente a equipe bibliotecária poderá exercer uma seleção que possa interferir no esquema social, com clara intenção de atuar sobre atitudes racistas, machistas e homofóbicas. A seleção de materiais de informação que pudessem contribuir na mudança da sociedade sobre esses problemas podem ser vetados pelos gestores que estão em posição hierárquica superior aos bibliotecários.

É preciso reconhecer que, embora uma atitude louvável, nem sempre é fácil lutar contra atos de censura, seja em nível coletivo ou individual. Bibliotecários que atuam em instituições da administração governamental – como bibliotecas públicas, escolares ou universitárias –, podem se encontrar fragilizados frente a atos de arbitrariedade que determinam a retirada de materiais das estantes (VERGUEIRO, 2011, p. 97 – 98).

A arbitrariedade vem do discurso dominante, que a partir das estruturas consolidadas de projeção das ideologias vigentes, exercem controle sobre a sociedade e atuam na formação de conceitos determinantes para os sujeitos sociais, definindo os papéis que cada um deve exercer na dinâmica social. Esses mecanismos de controle e manejo são atuantes também no poder que exercem sobre as pessoas, de bebês recém nascidos às pessoas mais idosas. Todo o contexto implica na seleção de materiais de informação, tanto na seleção de livros, quanto de filmes, revistas, músicas; interferindo desde o processo criativo até a disponibilização para o público.

No início desta seção, ilustramos a situação de censura à temática LGBT e vimos que ela era uma censura vertical, ou seja, que vem de cima para baixo. Entre os tipos de censura em bibliotecas, a censura vertical diz respeito à censura das autoridades governamentais. Outro tipo de censura vertical é a censura da própria sociedade. No exemplo que utilizamos que tratava da possibilidade de inserção de publicações que abordavam sobre famílias homoafetivas em bibliotecas escolares, vimos que a censura governamental recebeu apoio de um número significativo de pessoas³⁸, o que comprova o nível de desinformação e preconceito de parte da sociedade. Para Vergueiro, esta é uma situação que não tem como fugir, pois “de uma maneira geral, ações de censura vão ser exercidas por governos ou grupos específicos, visando impedir a circulação de determinadas idéias. As motivações nesse sentido costumam ter teor político, moral ou religioso” (VERGUEIRO, 2011, p. 96). No caso do

³⁸ A ‘onda’ fundamentalista tem recebido a simpatia de uma parcela significativa da sociedade brasileira. A internet tem sido um importante canal de visibilidade do nível de preconceito e ignorância contra vidas LGBTs. As ações governamentais contra as conquistas da pauta LGBT têm recebido apoio de uma parte expressiva da população, e isso se reflete nos inúmeros retrocessos. Para ter uma idéia da situação, basta pesquisar a quantidade de municípios brasileiros em que se alterou a legislação do Plano Municipal de Educação, que agora não permite mais o debate sobre gênero e sexualidade nas escolas.

Brasil, a moralidade de um grupo religioso tem sido imposta sobre a liberdade de acesso à informação.

Individualmente, um bibliotecário não consegue ter forças para combater a censura vertical. “Nessas situações, os bibliotecários partilham com os demais cidadãos do país os desmandos daqueles que têm o poder e a força para fazer valer a sua vontade” (VERGUEIRO, 2011, p. 97). Concordamos com a proposição do autor, que afirma ser possível o combate à censura, quando este problema envolver a mobilização da categoria bibliotecária, com todo o conjunto de profissionais e não apenas em ações pontuais de alguns bibliotecários.

No cenário brasileiro, diante dos inúmeros casos de censura que ganharam fôlego e impacto midiático nos anos mais recentes, o que se configura é um claro retorno do controle sobre as bibliotecas e o intuito de eliminar a liberdade de informação. O que preocupa é que aparentemente alguns bibliotecários/algumas bibliotecárias ainda não perceberam que este retome censor também é uma forma de censura contra o trabalho da própria classe bibliotecária, que agora teme sobre as decisões quanto à FDC, podendo sofrer retaliações pelas escolhas de contemplar a diversidade sexual, religiosa, ideológica e humana.

Ainda mais grave é quando se percebe a participação de bibliotecários/bibliotecárias no intuito de exercer censura sobre a liberdade de informação ou mesmo apoiar as ações governamentais que tem atuado no cerceamento de informações nas bibliotecas, impedindo que determinados tipos de informação possam circular ou simplesmente estar disponíveis nas prateleiras.

No caso da informação LGBT, não é de se estranhar que as implicações negativas que parte da sociedade imprime sobre esta informação possa também ter implicações éticas sobre a atitude de alguns bibliotecários frente à FDC. Vergueiro analisa que,

Tais procedimentos profissionais podem se consubstanciar em atos pessoais de censura e representar o alijamento de parcelas significativas da comunidade dos benefícios de um acervo formalmente constituído. Como exemplo extremo disso, pode-se imaginar um bibliotecário homofóbico, em uma biblioteca pública, excluindo do acervo sob sua responsabilidade quaisquer obras que possam interessar a leitores homossexuais (VERGUEIRO, 2011, p. 94 – 95).

Nota-se que a atitude que algumas bibliotecárias/alguns bibliotecários possam vir a tomar, compromete o direito de acesso à informação, no sentido que pessoas LGBT sejam prejudicadas por não serem contempladas com a oferta de informações que atendam a seus interesses. Mas a responsabilidade bibliotecária não pode ser atenuada pelo simples fato que

algumas pessoas consideram aceitáveis tais atitudes, justificando-se pelo motivo do profissional estar submetido a uma organização política e social que força a segregação, o cerceamento e anulação de certos grupos sociais, a quem não se tem o interesse de oferecer políticas de atendimento e oferta de serviços públicos.

Para alguns teóricos, inclusive se posicionar contra esta postura, torna-se uma espécie de militância pela liberdade de informação. No que se refere à informação LGBT, podemos considerar que também não deixa de ser uma forma de militância pela causa de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. Tudo o que diz respeito à sexualidade está submetida a uma moralidade estabelecida socialmente e que, no caso do Brasil, está envolta de muita hipocrisia e falso puritanismo. Assim, a prática bibliotecária e os serviços das bibliotecas não estão livres da incursão de moralidade que as instituições sociais estabelecem no campo social, seja no público ou privado, no coletivo ou individual. “Além do que será necessário melhor conhecer quais são os valores morais e intelectuais sancionados pelos grupos que detém o controle efetivo da vida social, e que influem na concepção que serve de base ao nosso trabalho como bibliotecários” (LEMOS, 2015, p. 186).

Conhecer esses valores significa mais uma intenção de problematizar o que está enraizado na cultura brasileira do que uma passiva submissão e aceite dos ditames estabelecidos. A biblioteca pode vir a ser um espaço de discussão tanto das injustiças de gênero quanto da diversidade sexual humana, englobando não só as afetividades, mas outras questões que as pessoas LGBT estabelecem.

Além disso, não se pode negar que a considerada pós-modernidade explicitou, ao menos no campo da cultura, todos os temas que antes eram considerados tabus, como as homossexualidades, o desejo de satisfação sexual das mulheres, a bissexualidade, as relações extraconjugais para ambos os sexos e as diversas práticas sexuais que escapam das normatividades. As pesquisas em Gênero comprovam para a Biblioteconomia e demais ciências que “[...] tudo isso era agora tratado como uma inequívoca realidade das práticas sexuais humanas, expressão de uma natureza sexual igualmente real e não mais passível de controle discursivo ou coercitivo por parte das instituições sociais” (WOLF, 2014, p. 722).

Todas essas questões devem ser ponderadas pelas decisões tomadas no processo de FDC e que a classe bibliotecária precisa compreender que a humanidade não pode retroceder nos avanços que as discussões em gênero e sexualidade proporcionaram, visando a liberdade

humana e o respeito aos seus direitos, tanto no aspecto dos direitos sexuais quanto aos de liberdade de informação.

Na próxima seção será descrito o percurso metodológico tanto para a produção da dissertação como para o produto que pretendemos desenvolver. A proposta de construção de um catálogo temático de filmes LGBT que possa contribuir para a formação de coleções nas bibliotecas das ONGs que atuam junto a esta comunidade, assim como também, para outros tipos de bibliotecas que tenham interesse de inserir este assunto em seus conjuntos de temas a serem disponibilizados para seus usuários.

5 METODOLOGIA

A metodologia para a produção desta dissertação seguiu dois percursos. Inicialmente buscou atender a proposta de reunir dois campos de saber que pareciam distintos: a Biblioteconomia como a ciência da organização e disseminação de informações em bibliotecas; e os Estudos de Gênero que trazem para o saber científico uma quebra de normatividades e postulados emitidos pelas outras ciências.

Para realizar esta aproximação fizemos a pesquisa tanto em publicações da Biblioteconomia quanto em Gênero. Neste momento, a pesquisa caracterizou-se como exploratória e descritiva. O meio utilizado foi obedecer a um roteiro para a pesquisa bibliográfica nas publicações das duas áreas, que abordassem sobre os temas da dissertação: gênero, direito à informação, diversidade sexual, temas LGBT, desenvolvimento de coleções, relações entre discurso-poder-censura e análise fílmica. O fichamento desses temas possibilitou um recorte e ao mesmo tempo a identificação de *links* entre as duas áreas, o que permitiu um elo entre a Biblioteconomia e os Estudos de Gênero.

Fundamentada no método de pensamento fenomenológico, que segundo Gil (2012), parte do cotidiano, da compreensão do modo de viver das pessoas, a pesquisa se aproximou das vivências explicitadas pelas personagens LGBT nos filmes, comparando com o que se constata na realidade, visando que a construção de um catálogo temático possa facilitar no processo de formação das coleções, de maneira que a informação sobre LGBTs chegue aos usuários e usuárias das bibliotecas tanto das ONGs como também de outros tipos de bibliotecas. Ressalta-se que esta comparação respeitou as limitações que são inerentes a esta pesquisa, pois a linguagem cinematográfica apresenta uma variabilidade de gêneros fílmicos que são diversos e que podem ou não terem uma maior aproximação com a realidade. Um documentário geralmente representa melhor sobre a realidade do que uma ficção.

No que diz respeito ao conteúdo textual de fundamentação, buscou-se a unificação dos dois campos científicos e os recursos teóricos e metodológicos que permitiram a aproximação entre as áreas e a aplicação na FDC. No aspecto da Biblioteconomia, nos baseamos em Araújo (2014), e percebemos que o mais coerente foi à aplicação da perspectiva crítica e do multiculturalismo das correntes contemporâneas, que estabeleceram novos paradigmas para a área. Além disso, é importante salientar que a pesquisa de Mendonça (2007) em Ciência da Informação, nos mostrou as perspectivas que as usuárias/os usuários podem sentir em relação

aos serviços que os equipamentos de informação oferecem. A pesquisa no campo da memória tem bastante proximidade com essa metodologia de análise, pois nela:

Percebe-se, em todas as abordagens, um aspecto comum, que pode ser identificado como contexto histórico-social, a partir de uma construção coletiva, não individual. Essa construção só é percebida mediante a observação do que está envolvendo o texto, não somente as instituições humanas, mas também outros textos que sejam produzidos em volta e que com ele se relacionam, compondo uma identidade compartilhada com o que está sendo analisado de fato e as circunstâncias que o envolvem naquele momento (MENDONÇA, 2007, p.153).

Este aspecto textual e das múltiplas mensagens que estão sendo disseminadas tem uma relação muito intrínseca com a análise fílmica. O texto fílmico envolve muitas nuances, desde a subjetividade do olhar do espectador até a interação com a mensagem que representa as intenções das/dos envolvidas/envolvidos na produção do filme (roteiristas, figurinistas, artistas, diretoras/diretores, cenógrafos/cenógrafas, produtoras/produtores, entre outros profissionais). Muitas vezes utiliza-se de recursos nem sempre transparentes para comunicar a mensagem. Por isso a análise fílmica é uma metodologia que exige atenção, paciência, percepção, curiosidade, bagagem cultural e perspicácia do pesquisador/da pesquisadora. Uma cor, uma imagem, um silêncio, uma frase, uma citação, uma referência podem ser elementos considerados chave para a transmissão da intenção de uma mensagem ao público. No cinema de temática LGBT essas técnicas também são utilizadas para demarcar aspectos da cultura e da representação dessas vidas no imaginário social.

Por LGBT ser um grupo específico e ao mesmo tempo diverso e plural repleto de nuances, é possível a composição de uma identidade múltipla, e perceber que a análise fílmica é muito utilizada em pesquisas com fins qualitativos, em que se identificam as relações de poder e dominação. Assim, na observação dos filmes, analisamos as representações que o grupo pesquisado já possui na consciência coletiva e propomos realizar incursões na busca da transformação de uma possível 'imagem negativa' através da informação fílmica e seus ensinamentos.

A análise fílmica enquanto metodologia está próxima do que as teóricas/os teóricos estabeleceram como uma possibilidade de representação dos sujeitos LGBT e as práticas de exclusão que foram estabelecidas no campo social sobre estas pessoas. Foi importante para que a complexidade de gênero, enquanto categoria de análise permitisse interpretações das falas e as implicações políticas que delimitam as construções sociais das relações entre os indivíduos. Nisto tomamos as discussões de Louro (2003), Foucault (2008), Domingos (2009)

e Butler (2015) como parâmetro. Essas discussões têm embasado as pesquisas da corrente pós-estruturalista e dos Estudos Culturais.

A sexualidade e as identidades como um discurso na tela, que desestabiliza o rito da heterossexualidade compulsória e problematiza a relação de causalidade entre sexo, gênero e desejo, trouxe uma novidade para as perspectivas dos estudos e pesquisas em Gênero, vislumbrando inúmeras identidades e desmistificando a matriz de inteligibilidade cultural. As identidades ‘escaparam’ de uma suposta estabilidade e se pulverizaram numa construção corporal e ideológica que condiz mais como uma experiência do que uma regulação. Como diria Butler (2015, p. 42), “o gênero é uma complexidade”, e isso tudo condiz, pois,

Se o gênero ou o sexo fixos ou livres, é função de um discurso que, como se irá sugerir, busca estabelecer certos limites à análise ou salvaguardar certos dogmas do humanismo como um pressuposto de qualquer análise do gênero. O lócus de intratabilidade, tanto na noção de “sexo” como na de “gênero”, bem como no próprio significado da noção de “construção”, fornece indicações sobre as possibilidades culturais que podem e não podem ser mobilizadas por meio de quaisquer análises posteriores. Os limites da análise discursiva do gênero pressupõem e definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura. Isso não quer dizer que toda e qualquer possibilidade de gênero seja facultada, mas que as fronteiras analíticas sugerem os limites de uma experiência discursivamente condicionada. Tais limites se estabelecem sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal. Assim, a coerção é introduzida naquilo que a linguagem constitui como o domínio imaginável do gênero (BUTLER, 2015, p. 30 – 31).

Esse conceito definido por Butler (2015) permitiu que o uso da metodologia da análise fílmica percebesse o filme como um texto na tela, com seus discursos e representações através das falas, sons, silêncios e imagens e que essas informações fossem aplicadas na proposta de FDC, a partir da seleção de um conjunto de filmes com temática LGBT, de forma que fosse possível ultrapassar as barreiras em que a ‘racionalidade universal’ estabelece a heterossexualidade como um discurso cultural hegemônico. Os filmes de temática LGBT subvertem a lógica do binarismo e a análise fílmica estabelece uma demarcação de existência para essas identidades que não se encaixam no campo fixo da normatividade. Esses filmes revelam-se como uma possibilidade de burlar as arbitrariedades da vida social e de certa forma faz com que essas identidades desestabilizem as expectativas criadas sobre elas.

Os filmes permitem a abertura de um novo olhar sobre a temática LGBT, tornando visíveis as chamadas ‘incoerências’ que as múltiplas identidades sinalizaram a partir das transformações culturais e sociais. Certamente, o pensamento de Foucault (2008) e sua genealogia da disciplina e da sexualidade influenciaram em diversas produções culturais, inclusive na perspectiva do olhar cinematográfico mais recente, pontuando a vida social como

uma historicidade de conflitos dos mais variados tipos. Percebemos que é possível articular metodologicamente a análise fílmica e aplicar na atividade bibliotecária de análise e seleção de materiais de informação para o desenvolvimento de coleções de filmes, pois seria “uma interpretação, fundamentada em uma argumentação detalhada e uma atenção cuidadosa ao material que está sendo estudado” (GILL, 2014, p. 266). Também permite questionamentos primordiais, inclusive sobre os valores socialmente estabelecidos, feitos a partir do olhar cinematográfico e as múltiplas maneiras de leitura do mundo e da cultura que o cinema como fonte de informação pode oferecer. Sobre as análises fílmicas e a aproximação com as questões de gênero é possível sintetizar que:

Levantaram perguntas sobre quem produz, para qual audiência e como utilizam os recursos técnicos e culturais para construir uma imagética e narrativa fílmica. Questionaram a presunção de valores e as atribuições de relação causal direta entre atividade/passividade e masculinidades e feminilidades de modo estereotipado. Esses estudos analisaram estruturas narrativas que mascaram, infantilizam e/ou idealizam mulheres e homens e suas respectivas sexualidades (BESSA, 2014, p. 49)

Assim, a metodologia da análise fílmica no que diz respeito aos Estudos de Gênero também se caracteriza pela pluralidade. “A pluralidade teórico-metodológica e a constante autocrítica que tem acompanhado a produção de conhecimento nos estudos de gênero e sexualidade” (RIBEIRO, 2011, p. 333 – 334). Estabelece um referencial diferente e uma novidade para o fazer científico, alterando a racionalidade que historicamente foi determinada enquanto produção das ciências. Antes de delimitar verdades absolutas, as pesquisas em Gênero estão mais afeitas à problematização de questões humanas que ainda esperam por soluções. “Dessa forma, articular teoria, metodologia e política com as temáticas de gênero e sexualidade requer outra racionalidade; requer engalfinhar, entrelaçar, entretecer razão/emoção, imaginários que desencadeiam problematizações” (RIBEIRO, 2011, p. 329).

Essa novidade e pluralidade foi o que norteou a intenção de aplicar a análise fílmica dentro do contexto da FDC na Biblioteconomia. A análise de filmes em DVD como instrumento para a coleta de dados na produção do catálogo temático adquiriu um caráter de inventividade para os filmes. Não como uma mentira ou ilusão, mas como “a imaginação inventa mais que coisas e dramas; inventa vida nova, inventa mente nova; abre olhos que têm novos tipos de visão. Verá se tiver ‘visões’” (BACHELARD, 1998, p. 18 *apud* RIBEIRO, 2011, p. 340). Este foi o propósito de utilizar a análise fílmica, pelo potencial transformador que o cinema tem para mudar a mentalidade preconceituosa de várias pessoas.

O cinema provoca os sentidos e tende a despertar sentimentos e emoções. As imagens e representações sobre as vidas LGBT buscam sensibilizar a platéia para as questões relativas às múltiplas identidades e diversidades existentes. Assim, podemos dizer que:

O cinema é um modo de comunicar, expressar, entreter. Ao realizar essas diferentes, porém interligadas, funções, o cinema acaba por se constituir em um imenso criador e ao mesmo tempo reservatório de significações, codificações e convenções. É tanto uma indústria quanto uma arte e, assim sendo, conjuga a complexidade de utilizar estratégias de produção que intercalam e mobilizam técnica, perícia e criação (BESSA, 2016, p. 19).

As significações, os códigos e as convenções que o cinema produz podem favorecer ou desfavorecer a visibilidade da diversidade. Por isso um cinema de engajamento com as questões LGBT foi identificado a partir da análise fílmica aplicada na etapa de seleção na formação de coleções de filmes, de maneira que permitiu não só o estabelecimento de uma estética, mas de uma política do desejo, das relações que se estabelecem com outros aspectos da vida social (trabalho, educação, família, relações interpessoais, sexualidades, tabus, sociedade, economia, política, ideologia, poder, classe, raça, geração, cultura, entre outros), em que a representação desses/dessas personagens produz uma variabilidade extensa de identidades de gênero, expressões de gênero, orientações sexuais e até mesmo a possibilidade de romper com a condição imposta pela biologia alterando o sexo, com o corpo sendo parte de uma construção social, conforme demonstra o percurso metodológico desta pesquisa. Assim, concordamos com o pensamento de Bessa (2016) quanto à metodologia escolhida:

Busco entender, através da análise fílmica, como essa filmografia, que poderíamos denominar de *soft*, aciona, produz e ficcionaliza uma fronteira entre o visível e o invisível no tocante à corporalidade, à sexualidade e a performances de gênero. [...]. A eficácia do “tornar visível” de um modo “não ofensivo” tem sido uma retórica comum entre diretores e defensores da estética da camuflagem. Entre chocar e agradar, há nuances importantes, e penso que isso tem estreita relação com a maneira como se produz a narrativa fílmica com a intenção de lhe conferir um alcance massivo sem que, com isso, se perca a questão política de, por exemplo, lutar contra a hegemonia visual da cultura hétero (BESSA, 2016, p. 21 – 22).

A crítica feita pela autora convida os pesquisadores/as pesquisadoras que se utilizam desta metodologia para uma reflexão quanto ao que se pretende com a análise fílmica. A suavização das temáticas LGBT nas telas de cinema para que o público geral aceite a exibição das diferenças, podem sinalizar a possibilidade de uma ampliação de alcance da sensibilização para as diversidades, mas ao mesmo tempo pode significar um condicionamento à normatividade, que cerceia qualquer interesse em ultrapassar os limites do que é convencionalmente socialmente. Por isso que houve o cuidado nesta pesquisa em não reforçar interesses da normatividade, não tendo sido preocupação na seleção dos filmes as determinações impostas pela censura (exemplo: a classificação por faixa etária).

A etapa de produção do catálogo temático com filmes LGBT, condiz à parte prática da dissertação, em que foi feito o levantamento de títulos de filmes com abordagem LGBT e que estão disponíveis no mercado, permitindo a aquisição para incorporação no acervo das bibliotecas. Esta etapa da pesquisa também se caracterizou quanto aos fins, como do tipo exploratória e descritiva, sendo feita uma listagem de 100 filmes, adquiridos a partir das informações obtidas através dos *sites*³⁹ que possuem um acervo especializado na temática.

Quanto aos meios, esta parte da pesquisa se identificou como documental, baseando-se nos DVDs disponíveis no mercado formal e informal⁴⁰, nas informações sobre os filmes referenciados, para que fossem analisados de maneira qualitativa. O instrumento de coleta de dados é uma planilha de análise fílmica criada especialmente para o preenchimento de informações sobre os filmes (conforme modelo em apêndice). A técnica de análise fílmica utilizada nesta pesquisa descreve os/as personagens e seus aspectos de gênero e sexualidade identificados no filme, assim como, qual a temática principal abordada e os assuntos que foram apresentados na película. A planilha também permite a identificação do gênero fílmico (se é drama, comédia, documentário, entre outros) e sobre a aquisição (disponibilidade no mercado e critérios de raridade) e por fim apresentando informações sobre a relevância da obra para fazer parte da coleção.

Constatamos que essa metodologia tem aplicabilidade na produção do catálogo temático enquanto contribuição para os Estudos em Gênero e Biblioteconomia. A análise fílmica permite uma aproximação entre as duas áreas de conhecimento e demonstra que “esse olhar das invenções, das criações exige dizer não ao olhar cartesiano, frio, imóvel e assumir o olhar bachelardiano, da imaginação criadora, que busca aproveitar todas as profundidades, sendo solidária de uma dinâmica do olho” (RIBEIRO, 2011, p. 340).

O modelo visa contribuir no processo de FDC tanto para as bibliotecas das ONGs LGBT quanto para outros tipos de bibliotecas que tenham interesse de incluir essa temática no

³⁹ Os sites consultados foram os seguintes: Filme e Arte, loja virtual de filmes raros, cinema de arte e DVDs para colecionadores, no endereço <http://www.filmearte.com.br/filmes-glsbt/> ; Locadora E o Vídeo Levou, localizada em Porto Alegre e que possui um acervo repleto de preciosidades e que mantém uma página na internet onde permite a consulta ao acervo disponível. Além disso, uma característica da loja é que eles separam por assuntos os filmes. No caso da homossexualidade houve a divisão dos filmes em duas categorias, entre homossexualidade masculina e homossexualidade feminina. Ressalta-se que as identidades trans não foram descritas na página da locadora, mas os filmes destas temáticas foram subdivididos equivocadamente como parte das homossexualidades. Para consultar, basta acessar no *link* <http://www.eovideolevou.com.br/locacao/filme/assuntos.asp> ; o Blogger Sétima Arte Filmes Raros, que tem uma aba exclusiva sobre filmes de temática LGBT no *site* <http://7arte2-filmescomtematicagay.blogspot.com.br/> ; e o catálogo do CEDOCAT da ONG Somos, de Porto Alegre, no endereço <http://somos.org.br/cedocat>.

⁴⁰ Mercado formal corresponde às lojas físicas e virtuais de livrarias, lojas de departamentos e similares que mantêm venda de DVDs e possuem a formalidade de pessoa jurídica. O mercado informal corresponde às lojas virtuais de pessoas físicas, como vendedores especializados em DVDs e colecionadores que dispõem para venda produtos em sites como o Mercado Livre.

seu conjunto de documentos. A planilha se estrutura inicialmente com a descrição da referência para o DVD, seguido pelas informações sobre as personagens LGBT, a temática principal do filme, informações sobre os principais assuntos apresentados na obra, o gênero fílmico, aquisição e relevância da obra, conforme verificação do modelo que está disponível no apêndice. O conjunto dessas planilhas sobre esses filmes permitiu a construção do catálogo de filmes LGBT para a formação e desenvolvimento de coleções (exclusivamente de filmes no suporte DVD) como um produto da dissertação, sendo assim parte do resultado desta pesquisa.

Na seção seguinte será explicado como foi feita a análise dos filmes para a construção do catálogo temático de filmes LGBT para contribuir na formação de coleções de filmes para as bibliotecas.

6 ANÁLISE DOS FILMES E PRODUÇÃO DO CATÁLOGO

Esta seção descreve a parte prática da pesquisa, apresentando o produto de dissertação que resultou na construção do catálogo temático de filmes LGBT. O catálogo reúne o conjunto de 100 filmes disponíveis em DVD que foram analisados e depois organizados em ordem alfabética por título.

Foram exatamente 10.178 minutos, cumprindo tempo com mais de 169 horas assistindo aos filmes selecionados. A escolha deles foi aleatória, a partir das informações que eram encontradas nos *sites* especializados em cinema e na temática LGBT (conforme listagem na nota de rodapé da página 76). Não houve intenção em seguir uma lista pré-estabelecida. Ela foi sendo elaborada a partir das informações nas páginas da internet que apresentavam recomendações e dicas de filmes com assuntos relacionados à temática.

A escolha pela mídia DVD é justificada pela ampla adesão como suporte para a informação fílmica, facilidade na aquisição e manuseio do produto e por ser um formato ainda com grande uso pelo público, com muitos domicílios que possuem o aparelho que faz a leitura desta mídia, assim como os computadores pessoais que possuem entrada de disco e fazem leitura de *compact disc* e *digital versatile disc*.

Os critérios que foram utilizados na seleção dos DVDs seguiram o intuito de contemplar uma variedade de temas que envolvem a diversidade sexual e humana. Assim, verificou-se que a grande maioria dos filmes tratavam mais sobre as homossexualidades de pessoas cisgênero, inclusive com presença mais masculina do que feminina. E a intenção na elaboração do catálogo foi tentar dar mais visibilidade para questões que envolvem as transexualidades e travestilidades, temas ainda com carência de informações pelo grande público, embora o cinema de engajamento LGBT dos últimos anos tenha trabalhado mais estas identidades de gênero e suas performatividades, buscando representações em seus roteiros com sensibilidade e respeito sobre essas vidas trans.

Os filmes têm contribuído para a construção e legitimidade das identidades que se contrapõem à norma. As personagens dão vida a representações que em geral se assemelham ao que acontece no cotidiano ou apresentam imagens que problematizam e confrontam a realidade. Interessante notar, que de certa maneira, o cinema enquanto produção cultural acompanhou as transformações e o reconhecimento das identidades e sexualidades diversas. Acreditamos que o cinema exerce um papel dialógico com a sociedade, tanto pelo fato de que ele recebe influências da dinâmica social, quanto por também ser agente de alterações e

transformações na sociedade, pois a arte cinematográfica tem um potencial de comunicação diferenciado, transmitindo ao telespectador a mensagem de reconhecimento dessas diversidades. Segundo Bessa (2016), as construções das identidades dialogam com o público e demonstra que:

Houve uma variação grande de lugares, formas e tentativas de trazer para as grandes telas narrativas e personagens que tocassem diretamente nas questões relativas à sexualidade e a construções identitárias, bem como dialogassem com os vários modos de perceber essas construções (BESSA, 2016, p. 24).

Concordamos com a afirmação e percebemos que no recorte temporal que o catálogo apresenta, com filmes que foram lançados entre 1919 (*Diferente dos outros*) até o ano de 2017 (*Boys*), o cinema LGBT alterou o discurso sobre essas identidades, passando de uma representação dessas personagens de uma condição de ‘anormalidade’ e ‘doença’, para uma percepção de que as diversidades de identidades, de gêneros e sexuais são partes da vivência humana e devem ser respeitadas as singularidades dessas experiências.

Retornando aos temas apresentados nos filmes que constam no catálogo, a preferência pela organização alfabética justificou-se pela percepção de que se os filmes fossem organizados pelo tema, seria perceptível que algumas temáticas se sobressaem a outras. Escolhemos então a organização alfabética por título do filme, de maneira que as temáticas foram pulverizadas dentro do catálogo. Foram identificados 32 temas principais no conjunto dos 100 filmes analisados.

Os temas principais foram os seguintes: Homossexualidade masculina; Homossexualidade feminina; Homossexualidade na infância; Transexualidade; Transexualidade na infância; Travestilidade; Travestilidade na infância; Homofobia; Direitos civis para LGBT; Tabu sexual; Família homoafetiva; Movimento LGBT; Diversidade sexual; Cinema; Liberdade sexual e de gênero; Criminalização da homossexualidade; Violência contra a mulher; Bissexualidade; Papéis de gênero; Comunidade *gay* ursina; Parafilias sexuais; Cultura LGBT; História do Movimento LGBT; Prostituição; Masculinidade; Misoginia; Homossexualidade e AIDS; Casamento homoafetivo; AIDS e homofobia. E também temas gerais, mas que fazem parte de um recorte específico do Brasil: História do Grupo DZI Croquettes; História do Jornal Lampião da Esquina; Memória LGBT em São Paulo.

Isso comprova a pulsação de abordagens e assuntos que a cinematografia LGBT tem apresentado ao longo da história do cinema. Esses temas permitem uma maneira de olhar e compreender como se caracterizam as identidades desses grupos, suas performatividades e

representações, assim como, também nos mostram que o cinema sobre gênero envolve várias temáticas além das que tratam da diversidade sexual. Podemos dizer que:

Essa é uma perspectiva [...] focada na tentativa de apreender como se produz um imaginário homossexual [e transexual] nos filmes, através de formas que se repetem, apesar da diversidade de conteúdos. [...] fica clara ainda sua preocupação em elaborar um retrato fílmico como o conjunto de valores conferidos a um determinado sujeito ou segmento representado, quanto à sua imagem, ao seu status e à sua representatividade, dentro da sociedade em que vive (BESSA, 2016, p. 26 – 27).

E os filmes abordam justamente isso, os valores que a sociedade atribui às vidas LGBT, os conflitos com a normatividade dominante e as dores e alegrias que acompanham essas experiências retratadas na tela. O cinema adquire um potencial educativo e informativo, transformando preconceitos e diminuindo os estigmas.

A aquisição dos filmes foi realizada com recursos próprios do pesquisador. Alguns dos títulos selecionados já tinham sido adquiridos antes mesmo do início da pesquisa (constavam na coleção pessoal do pesquisador – mas este fato não alterou a rotina de pesquisa nos *sites* especializados), o que fez com que fosse necessário realizar a simulação de compra desses títulos para verificar a disponibilidade destes filmes no mercado e como estão atualmente os critérios de raridade para alguns títulos que estão se esgotando. Quando não estava disponível no mercado formal, a pesquisa era direcionada para o mercado informal ou em sites especializados na venda de DVD para colecionadores, com valor bem acima que o praticado no mercado formal.

Três filmes que fazem parte do catálogo não estão disponíveis no mercado formal de venda de DVD. São os filmes: *Cartas para Eros*; *Janaína Dutra: uma dama de ferro*; e *O vôo da beleza*. São filmes que foram produzidos no circuito institucional (governos, universidades e ONGs) em que o acesso para aquisição é mais difícil. Dois deles foram selecionados por serem produções cearenses, destacando assim a incorporação da produção local no catálogo. A aquisição neste caso é feita através da solicitação de doação ou compra direta junto às instituições de fomento.

Durante a produção do catálogo surgiu uma constatação de que os filmes de temática LGBT se esgotam rapidamente no mercado formal. Não dá para afirmar o motivo dessa ausência, pois seria necessária uma pesquisa profunda para encontrar os reais fatores para este problema. Uma possível explicação seria dizer que filmes dessas temáticas tenham um número de tiragem reduzido e assim se esgotam rapidamente. Outra explicação pode ser uma demanda muito grande de pessoas que compram esses títulos em DVD. O que foi constatado

na confecção do catálogo é que a maioria dos filmes estão apresentando sinais de esgotamento no mercado, muitos disponíveis apenas no mercado informal ou na venda para colecionadores. Os únicos filmes que não apresentam sinais de esgotamento são os lançados ou relançados recentemente e que ainda se encontram para venda em lojas convencionais.

Outro aspecto que precisa ser relatado aqui é com relação aos filmes antigos que foram produzidos antes da existência da mídia DVD e que foram relançados no mercado. Alguns DVDs não apresentam as informações corretas de data de lançamento, ou apresentam datas divergentes. Constatamos que sempre é bom pesquisar sobre essas informações em outras fontes, embora o encarte do DVD seja a fonte principal para a descrição e catalogação do produto de informação fílmica em mãos.

A divergência de informações é algo que dificulta o trabalho de bibliotecárias e bibliotecários no manuseio dos materiais de informação. Por isso preferimos que as fichas de análise fílmica do catálogo se iniciassem pela referência do DVD. Nesta parte tentamos descrever os filmes com o máximo de fidelidade ao que constavam nos encartes, mesmo fazendo a conferência das informações na *internet* nos *sites* especializados em cinema e também junto aos créditos que passaram no início e final dos filmes. Nos casos em que as informações estavam distorcidas ou erradas inserimos a informação que na lógica parecia ser a mais correta.

Na sequência da planilha, o catálogo aprofunda a descrição das personagens LGBT e em alguns filmes há a descrição de personagens heterossexuais que tenham importância para o desenvolvimento da trama na sua relação com personagens LGBT. Ressaltamos que a personagem LGBT pode estar representada na condição de personagem secundário ou até mesmo antagonista, fato que não retira a importância da análise destas personagens quanto aos aspectos da diversidade de gênero e sexualidade e sua relevância para esta pesquisa. A maioria dos filmes selecionados apresenta as personagens LGBT como protagonistas.

Esta situação de protagonista que o cinema da temática coloca, já provoca uma alteração na lógica de subalternização imposta pela normatividade para as vidas LGBT. Quando a tela efetiva esse deslocamento, rompe com a representação padrão focada quase que exclusivamente na heterossexualidade compulsória, e posiciona essas vidas na centralidade da narrativa. Isso já é considerado uma ‘afrota’ para os conservadores de plantão. E o cinema incomoda, provoca fissuras, “[...] coloca sobre os holofotes todas as injúrias” (BESSA, 2016, p. 34), que semelhante às personagens da tela, as vidas LGBT passam também, por serem

posicionadas na condição de ‘diferente dos outros’. Assim os filmes possibilitam uma abertura para o debate e diálogo sobre essas questões no campo social e educativo.

Com a construção do catálogo percebemos que essas personagens representam a pluralidade de identidades, expressões e orientações sexuais que existem. Além disso, verificamos que essas características muitas vezes não se encaixam em uma única definição, o que demonstra a multiplicidade e variabilidade que essas experiências acontecem na vida de muitas pessoas. Até mesmo o aspecto da representação do sexo biológico, que aparentemente e ilusoriamente nos sinalizava uma formatação mais rígida, mostrou após a análise dos filmes, que essas representações são passíveis de mudanças e transformações, confirmando que o corpo é sim uma construção social e que existe a possibilidade de alteração do imperativo biológico, dissociando o corpo das determinações e implicação normatizadora entre sexo-gênero-desejo.

Essa variabilidade pode ser conferida no catálogo e mesmo com a limitação dos ‘encaixes’ das personagens, os filmes permitiram verificar que existe uma espécie de mobilidade e linha tênue entre os gêneros, sexos, sexualidades, identidades, expressões e desejos. Assim, mesmo quando o cinema prefere ocultar ou não deixar visível o que se pretende mostrar na tela, a indefinição no filme parece nos dizer que essas questões ultrapassam ao que é aparente. A subjetividade não cabe nos ‘encaixes’, permitindo assim múltiplas interpretações da platéia e mostrando uma perspectiva das diversas nuances, fluidez/rigidez, variáveis, relações, emoções, violências, vivências que a análise de gênero em filmes permitem revelar.

Na análise das personagens, foi possível verificar que algumas no percurso de suas vidas exibidas na tela, migraram de uma identidade cisgênero para transgênero. Em outras foi possível perceber que transitavam entre as expressões de gênero masculino e feminino com nenhuma obrigação de se fixar em uma identidade única. Outras personagens preferiam a androginia ou a não delimitação binária, mostrando a fluidez entre gêneros. Quanto ao sexo biológico, alguns/algumas personagens demonstraram não aceitar a condição imposta pela ‘natureza’ e lutaram para alterar a anatomia do corpo/sexo (transgenitalização/cirurgia de redesignação sexual) ou se utilizaram de outros recursos (uso de hormônios, silicoes para mulheres trans, *binder* para homens trans, inversão de vestimentas) visando à construção do corpo e identidade desejados. Quanto à orientação sexual, essas personagens variavam da heterossexualidade para a homossexualidade ou da homossexualidade para a heterossexualidade e também com personagens que orientam seu desejo para ambos os sexos

e assumem a bissexualidade. Algumas apresentaram ao longo do filme uma única orientação de desejo, outras múltiplas e também houve casos em que a indefinição também representou uma possível assexualidade das personagens. Essas personagens comprovam a luta pela autonomia dos sujeitos na definição de seus interesses relativos ao gênero e sexualidade, sendo discutida nos assuntos dos filmes a limitação que o controle social sobre os corpos implica sobre a liberdade sexual e de gênero.

Essas personagens possibilitaram através de suas representações na tela, uma interpretação de diversos assuntos que cada filme abordou relacionado à sua temática geral. Os assuntos dos filmes foram desde aspectos das relações familiares e os conflitos inerentes dessas trocas e vivências neste ambiente social até assuntos mais macros como os aspectos relacionados à economia, política e sociedade.

Percebemos que esses assuntos variavam ou mesclavam experiências de vidas LGBT ou não, de foro íntimo, particular e privado (como assuntos relacionados às práticas sexuais ou a masturbação, por exemplo), para assuntos de cunho público ou que acontecem nas relações do mundo social, como as interseccionalidades entre classe, raça e geração, como também aspectos ideológicos, inclinações políticas do sujeito social e aspectos da vida econômica como emprego e renda. Sendo assim, concordamos com a teórica Bessa (2016), que considera o cinema como um convite ao olhar crítico, que nos incita a “apreciar contextos nos quais o jogo sujeição, desejo e poder passa sobretudo através de deslocamentos do prazer das zonas normativas e traz à tona o caráter performativo do gênero” (BESSA, 2016, p. 28). Lembramos que as interseccionalidades também acontecem nas relações íntimas, no universo do desejo, do prazer, e que também estas questões podem sair de uma esfera particular para a pública, como nos casos de invasão de privacidade ou nos insultos e injúrias proferidas em espaço público contra as pessoas que vivenciam sexualidades e identidades divergentes da ‘norma’, na intenção de ferir e atingir a intimidade dessas pessoas.

Na análise dos assuntos dos filmes verificamos a intensidade de situações, problemas e questões que envolvem as diversidades sexuais e identitárias. Notamos como essas questões são tão complexas e intrínsecas umas com as outras. Um exemplo é o desemprego e falta de oportunidades para pessoas trans. Ficou claro que as desigualdades não existem desvinculadas das opressões estimuladas pelo capitalismo e as exclusões sociais provenientes de uma série de desigualdades que são praticadas desde o início da vida sobre pessoas LGBT. A existência da homofobia, transfobia e o *bullying* no espaço escolar não podem ficar isolados na análise

fílmica, sem compreender que esta situação interfere na produção real das injustiças contra essas pessoas na busca de inserção na economia e no acesso a outros direitos sociais.

Os assuntos dos filmes que estão listados no catálogo comprovam que existem muitas vulnerabilidades para as vidas LGBT. Nos filmes mais antigos predominava a questão da criminalização das homossexualidades, a concepção social de doença e anormalidade sobre essas pessoas, o que acarretava muito sofrimento, sentimentos de culpa, medo, tristeza e solidão na representação dessas personagens. Filmes mais recentes e que trazem um recorte mais contemporâneo para a cena abordam temas como as relações afetivo-sexuais e conflitos familiares, a luta pela sobrevivência, questões como o casamento homoafetivo, adoção por casais homossexuais e o reconhecimento de direitos civis para LGBT. As transexualidades e travestilidades ganharam mais visibilidade no cinema e abordam assuntos como a afirmação da identidade trans e as implicações na vida social, o desejo por liberdade no uso de vestimentas, a crítica ao binarismo imposto pela normatividade, a quebra de padrões estabelecidos, uso do nome social e a luta pela despatologização das transexualidades e travestilidades.

Reconhecemos que a análise fílmica apresenta uma limitação, no sentido que o pesquisador pode ter deixado de registrar algum assunto que não tenha sido percebido no momento em que estava sendo feita a análise dos filmes. Algumas mensagens são tão sutis que se o espectador não estiver atento passa imperceptível ao olhar. Acreditamos que mesmo se tiver ocorrido algumas falhas, o catálogo atendeu as expectativas proposta pela pesquisa e pode ser útil para que bibliotecários e bibliotecárias o utilizem como recurso para a formação de coleção de filmes sobre a temática LGBT. Notamos que alguns assuntos se repetem em vários filmes, mas constatamos que isso se deve ao contexto de violências e preconceitos que a sociedade implica sobre as vidas que divergem dos padrões heteronormativos. É como se fosse uma moldura do olhar, em que “o cinema *queer* desprende-se progressivamente de uma idéia de identidade coletiva, passando a propor um olhar ao mundo em que vivemos e às suas mais variadas complexidades” (FERREIRA, 2016, p. 58). As histórias de vidas retratadas no cinema de engajamento LGBT fazem parte destas complexidades, pela incompreensão das diferenças e do desrespeito que sofrem estes sujeitos por não atenderem as expectativas projetadas sobre seus corpos e os mecanismos de produtividade que a organização política-ideológica-religiosa-moral-econômica-social espera dos indivíduos.

As análises dos assuntos dos filmes trazem toda a representação que envolve as questões de gênero e diversidade sexual. Cabe aqui refletir sobre a intensidade dramática da

representação LGBT no cinema, mostrando o sofrimento e as dificuldades que essas vidas passam num contexto de inúmeras violências. Por isso que dentre os gêneros fílmicos o que mais representa os filmes do catálogo seja o drama.

Foi identificada uma variedade de gêneros fílmicos no catálogo, assim distribuídos: 72 filmes do gênero drama; 10 filmes do gênero comédia; 9 filmes do gênero documentário; 7 filmes do gênero suspense; 7 filmes do gênero romance; 4 filmes do gênero policial; 3 filmes do gênero comédia dramática; 2 filmes do gênero aventura; 2 filmes do gênero ficção; 1 filme do gênero animação; 1 filme do gênero drama biográfico; 1 filme do gênero cinema de arte; 1 filme do gênero terror e 1 filme do gênero debate. A soma desses números supera a quantidade de filmes analisados no catálogo. A explicação para isso se dá por conta que é comum em alguns filmes os realizadores mesclarem diversos gêneros fílmicos. No planilhamento das informações analisadas foram identificados o gênero ou os gêneros a qual o filme pertence. O filme do gênero debate não possui personagens, ficando os campos de análise na planilha vazios. O assunto do debate foi analisar a homossexualidade masculina a partir do filme *O segredo de Brokeback Mountain*.

No campo sobre a aquisição, o catálogo informa sobre a condição de disponibilidade do DVD e onde ele pode ser adquirido, se no mercado formal, informal ou institucional. Além disso, filmes que durante a pesquisa apresentaram sinais de esgotamento foram sinalizados como raros e em alguns casos como raríssimos, devido às dificuldades de aquisição.

A última etapa de cada análise elaborada diz respeito à relevância do filme para entrar na seleção e fazer parte do catálogo que pode servir para a formação de uma coleção de DVDs em bibliotecas. Entre as informações que foram destacadas no catálogo estão as que se referem à participação dos filmes em festivais de cinema nacionais ou internacionais, premiações, menção honrosa e também pelas características que o filme possui em ser representativo à temática principal que se propôs a abordar e possibilitar a abertura de discussões sobre o assunto. Alguns filmes mesmo sem tem premiações em festivais fizeram parte da composição do catálogo pela proposta de narrativa que permite a discussão de questões que abordam a diversidade sexual e incita a reflexão sobre esse tema.

Consideramos que o catálogo reuniu um número significativo de filmes e que a análise fílmica permitiu um delineamento de uma imagem que está próxima ao conjunto de representações da cultura LGBT. O cinema permite a inclusão de singularidades silenciadas

no espaço da biblioteca e abre um canal de diálogo, debate e inserção deste público no espaço de socialização da informação e do conhecimento.

Mesmo sendo uma pequena amostra de um universo bem maior de filmes que tratam sobre questões LGBT, da diversidade sexual e de gênero, o catálogo cumpre a sua função de representação da memória LGBT. A pesquisa demonstra também que há uma demanda por uso destes filmes, no sentido que há um esgotamento rápido deste produto de informação no mercado de venda de DVDs. Espera-se que o catálogo contribua na perspectiva de atender as necessidades de informação do público que busca por informações sobre a diversidade sexual e de gênero e que utilizem os filmes como recurso de informação para a solução de dúvidas e questionamentos.

Ressaltamos que o uso de filmes como ferramenta para a abordagem desta temática tem sido recorrente por estudiosas e estudiosos de Gênero. Podemos exemplificar com Louro (2003, p. 171 - 172), que ressaltou a importância do uso de filmes para sensibilizar as pessoas quanto à diversidade de gênero e sexualidade e a necessidade de que estas vivências sejam respeitadas. A autora inclusive em seu livro sugere alguns filmes como importantes para debater questões como masculinidades, feminilidades e as transgressões das fronteiras sexuais e de gênero.

Quanto às políticas públicas de informação para a comunidade LGBT visando sua memória, disseminação e uso através dos filmes, podemos citar o exemplo do Chile, que através da sua Direção de Bibliotecas, Arquivos e Museus têm efetivado ações concretas e positivas para esta população. Com a proposta de um Ciclo de Cinema e Gênero, as principais bibliotecas vinculadas à Direção expõem para a população um acervo fílmico com conteúdos audiovisuais e culturais com enfoque em gênero e diversidade sexual. Esse Ciclo de Cinema é acompanhado de debates que tratam das desigualdades, violências e opressões que mulheres e as pessoas LGBT sofrem no cotidiano.

Interessante notar que mais importante que a oferta de produtos e serviços com o enfoque de gênero e diversidade sexual, é a preocupação em saber como estas ações tem contribuído na diminuição dos estigmas, preconceitos e convenções normativas. A experiência de bibliotecárias e bibliotecários do Chile nos convida para a problematização: “Como os usuários os resignificam ou fazem suas próprias perspectivas a partir desses recursos?” (MANCILLA *et. al.*, 2012, p. 14. Tradução nossa). A pergunta lançada parece-nos

ser a questão chave para descobrir se essas iniciativas de inclusão, educação e memória tem sido úteis para a transformação de um contexto de violência e sofrimento das vidas LGBT.

Percebemos assim que ainda existem lacunas e muitas questões que precisam ser estudadas. A aproximação entre o campo da informação e de gênero é algo recente e precisa de mais pesquisas para que seja explicado como a informação pode ser uma ferramenta para a diminuição do preconceito e contribua para a construção de uma relação social mais justa e com mais respeito às diversidades.

Na próxima seção constam as considerações sobre a dissertação e o reconhecimento das limitações da pesquisa, assim como a apresentação dos posicionamentos quanto ao alcance dos objetivos esperados e de possíveis caminhos que esta produção deve seguir.

7 CONSIDERAÇÕES

Levando-se em consideração que o objetivo maior desta dissertação, que era a produção do catálogo temático de filmes LGBT, foi concluído, espera-se que o mesmo seja utilizado e possa contribuir no trabalho da classe bibliotecária na formação e desenvolvimento de coleções de filmes sobre a diversidade sexual.

Sabemos que esta produção vai à contramão do cenário atual, em que existem limitações quanto à liberdade de informação. A aplicação da censura sobre obras, acervos e bibliotecas, cerceia o papel da classe bibliotecária no intuito de agregar os mais variados assuntos no escopo de temas que as instituições podem e devem trabalhar.

Entre esses temas, o da diversidade sexual e de gênero é alvo constante da censura e está sempre envolto de certa polêmica. Neste contexto, problematizar sobre a invisibilidade dessas diversidades e como posicionar o corpo abjeto na Biblioteconomia permitiu a aproximação deste campo de saber com Gênero.

Percebemos ao longo da pesquisa que as informações sobre LGBT, a produção cultural e a memória destas pessoas ficam restritas ao circuito de organizações não governamentais que trabalham na luta por direitos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros, sendo que ainda hoje existem restrições e limitações para o acesso à informação sobre LGBT em outras instituições, como bibliotecas públicas e escolares.

Por isso, para a construção do texto foi necessário verificar em quais atividades o gênero estava intrínseco com a Biblioteconomia. Neste aspecto foi identificado que o acesso à informação tem que ser reconhecido como um direito humano universal. Todas as pessoas deveriam ter garantias de acesso a informações, não importando suas condições sociais, econômicas e as distinções de gênero. Num passado nem tão distante, foi negado às mulheres o direito de acesso a informação e conseqüentemente o direito à educação. Este fato reflete ainda hoje nos níveis de desigualdade entre homens e mulheres em determinados contextos econômicos, sociais, geográficos e políticos.

A informação como um direito humano deve ser garantido. Este princípio é o que nós bibliotecárias e bibliotecários devemos utilizar, como uma segurança para as ações de inclusão e justiça social que os serviços e produtos das bibliotecas podem oferecer para as pessoas em condições de desigualdades. É necessária a compreensão de todas e todos como partícipes de uma construção coletiva que vise à diminuição das injustiças, desigualdades,

violências e opressões em que as demarcações de gênero são os fatores para a violação dos direitos humanos mais básicos, como direito à alimentação, ao trabalho, à educação, à saúde, à moradia e ao convívio familiar. Para diversas vidas LGBT esses direitos básicos não são disponibilizados, sendo que isto acontece por conta das opressões de gênero que são articuladas no campo social pelas estruturas de poder que condicionam as vidas num jogo de hierarquias e subalternizações.

As análises dos filmes comprovam este posicionamento e permitem um comparativo com a estrutura e organização social que se dá na realidade, em que o patriarcado e a normatividade binária dominante estabelecem as desigualdades, mesmo que existam formas de negociações e intersecções nesta luta diária pela sobrevivência.

As diretrizes da IFLA e da UNESCO sozinhas não garantem a informação como um direito humano. Cabe a classe bibliotecária se posicionar politicamente em favor do acesso à informação LGBT e enfrentar os retrocessos impostos por políticos que tentam silenciar essas discussões e informações.

Criticamos a ausência de políticas públicas de informação no Brasil que contemplem as necessidades de informação deste público e a salvaguarda da memória que representa a cultura LGBT. Por isso a importância de bibliotecárias e bibliotecários sinalizarem um enfrentamento ao cerceamento das informações sobre este assunto. É preciso que as ações de formação e desenvolvimento de coleções contemplem a pluralidade de necessidades informacionais dos mais variados tipos de usuários que os equipamentos de informação atendem.

Notadamente faz-se necessário o empenho da classe profissional e o posicionamento político enquanto categoria profissional para enfrentar o retrocesso imposto pela censura no âmbito governamental, forçada pelo grupo político da bancada BBB, principalmente os representantes evangélicos e católicos ultraconservadores, que tem feito uma espécie de ‘barreira’, impedido qualquer possibilidade de acesso à informação que trata sobre gênero e sexualidade, que não estejam de acordo com as normatividades e a predestinação biológica e binária que atendam aos interesses da propagação do modelo de heterossexualidade compulsória.

É preciso se posicionar como outras categorias profissionais fizeram, a exemplo dos Conselhos de Psicologia e Serviço Social, que tem pautado e enfrentado os preconceitos lançados sobre LGBTs. Vale ressaltar que só no ano passado (2017), que pela primeira vez

houve espaço para um debate no Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, abordando a temática da informação e sua relação com a diversidade sexual e de gênero.

Respeitar e estimular a cultura onde a diversidade humana seja reconhecida como um bem social deveria ser papel de qualquer profissional. Uma cultura onde a humanidade estivesse livre de expressões e atitudes racistas, xenófobas, machistas, transfóbicas e homofóbicas. Isso nos parece utópico, mas acreditamos que somente com o acesso à informação sobre a diversidade nos espaços de educação e de formação é que a maioria das pessoas pode começar a entender e respeitar as diferenças entre os indivíduos.

Diminuir as desigualdades, violências, preconceitos e discriminações são as principais bandeiras levantadas pelos Estudos de Gênero. A Biblioteconomia e seu conjunto de saberes e práticas profissionais devem se alinhar a essas bandeiras e contribuir para um mundo mais justo, em que as pessoas não sejam penalizadas pelo gênero ou identidade que elas apresentam.

Sabemos que esta pesquisa possui limitações. O trabalho de interpretação durante as análises fílmicas fica limitado à percepção e subjetividade no olhar do pesquisador. Esperamos que outros/outras bibliotecários/bibliotecárias possam utilizar o catálogo e aplicar nas ações de formação e desenvolvimento de coleções e que surjam novas formas de olhar, com mais sensibilidade para os assuntos da temática LGBT.

Dado o exposto, pensamos que a partir desta pesquisa possam surgir outros estudos em que a Biblioteconomia possa incorporar o gênero enquanto categoria de análise e percepção da realidade. Mesmo com a instituição biblioteca sendo um dos aparelhos ideológicos do Estado, sua função social não pode deixar de contemplar a proposta de atender a todas e todos com respeito, dignidade, cordialidade, eficiência e presteza nos seus interesses de acesso à informação. A incorporação do Gênero na Biblioteconomia permite retratar como ainda existem disparidades e desigualdades entre homens e mulheres e que as dissidências sexuais e de identidades de gênero são as que mais se distanciam dos serviços públicos de informação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível**. Brasília: Briquet de Lemos, 2014. 200 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Manual de comunicação LGBT**. [Belo Horizonte]: ABGLT, [2010]. 48 p.

BARBERO, Graciela Haydée. De quem é a responsabilidade? *In*: SOUZA, Leonardo Lemos de; GALINDO, Dolores; BERTOLINE, Vera (Orgs.). **Gênero, corpo e @tivismos**. Cuiabá: EdUFMT, 2012. p. 71 – 81.

BENTO, Berenice. *Queer* o quê? Ativismo e estudos transviados. **Revista Cult**, São Paulo, v. 17, n. 193, p. 42 – 46, ago. 2014.

BESSA, Karla. A Teoria *queer* e os desafios às molduras do olhar. **Revista Cult**, São Paulo, v. 17, n. 193, p. 48 – 54, ago. 2014.

BESSA, Karla. (In)visibilidades *queer* no circuito cinematográfico comercial na Grande São Paulo dos anos 2000. *In*: ROCHA, Marcos Antônio Monte (Org.). **Gênero, cultura e mídia**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. p. 19 – 43. (Coleção Gênero, Cultura e Mudança).

BESSA, Marcelo Secron. **Os perigosos: autobiografias e AIDS**. Rio de Janeiro: Aeroplano; ABIA, 2002. 431 p.

BIANCHI, Alvaro. Neoconservadorismo, neoliberalismo e neofundamentalismo: não é das velhas esquerdas que poderá vir a resistência às novas direitas. **Revista Cult**, São Paulo, v. 19, n. 219, p. 18 – 20, dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca do Ministério da Saúde**. 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009. 64 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 8. ed. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. 287 p. (Coleção Sujeito e História).

CARLOS, Jeferson. Prefeitura manda tirar trechos de livros escolares com união entre *gays*. **G1 Ariquemes e Vale do Jamari**, [Ariquemes, RO], 23 jan. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/ro/ariquemes-e-vale-do-jamari/noticia/2017/01/prefeitura-manda-arrancar-paginas-de-livros-escolares-sobre-homossexuais.html> Acesso em: 23 jan. 2017.

CASTRO, César Augusto. **História da Biblioteconomia brasileira**. Brasília: Thesaurus, 2000. 287 p.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. Tradução de Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015. 335 p.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Código de Ética Profissional do Bibliotecário**. Brasília: CFB, 2002. [Folder].

DIAS, Maria Matilde Kronka; PIRES, Daniela. **Formação e desenvolvimento de coleções de serviços de informação**. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2003. 71 p. (Série Apontamentos).

DOMINGOS, J. J. **Discurso, poder e subjetivação: uma discussão foucaultiana**. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2009. 97 p. (Série Veredas, 11).

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008. 445 p.

FERREIRA, João. Cinema *queer*, ontem e hoje: identificação, representação, ativismo e espaços de homosociabilidade. In: ROCHA, Marcos Antônio Monte (Org.). **Gênero, cultura e mídia**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. p. 45 – 60. (Coleção Gênero, Cultura e Mudança).

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à Biblioteconomia**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2007. 152 p.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008. 79 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GILL, Rosalind. Análise do discurso. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 244 – 270.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; PINHO, Fabio Assis; ALMEIDA, Carlos Cândido de; MILANI, Suellen Oliveira. Aspectos éticos da organização da informação: abordagens teóricas acerca da questão dos valores. *In*: CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. Comissão de Ética Profissional. **A ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional: o olhar da Filosofia, da Sociologia, da Ciência da Informação e da formação e do exercício profissional do bibliotecário no Brasil**. Brasília: CFB, 2009. p. 94 – 129.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 9 – 88.

KOTLINSKI, Kelly (Org.). **Legislação e jurisprudência LGBTTTT**. Brasília: Letras Livres, 2007. 319 p.

LEMOS, Antonio Agenor Briquet de. Qual a importância da censura nas bibliotecas brasileiras? *In*: _____. **De bibliotecas e biblioteconomias: percursos**. Brasília: Briquet de Lemos, 2015. p. 181 – 190.

LIMA, Gláucio Barreto de. A Biblioteconomia na representação fílmica de gênero. **Revista Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, CE, v. 2, número especial, p. 50 – 57, 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/149/94> Acesso em: 24 jan. 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 179 p.

MANCILLA, Carolina Maillard *et. al.* **Guía para la incorporación del enfoque de género en bibliotecas**. Santiago de Chile: DIBAM, 2012. 94 p.

MELLO, Ricardo Pimentel; ALEXANDRE, Juliana Ribeiro. A teoria *queer* em uma pesquisa sobre a violência contra as mulheres. *In*: SOUZA, Leonardo Lemos de; GALINDO, Dolores; BERTOLINE, Vera (Orgs.). **Gênero, corpo e @tivismos**. Cuiabá: EdUFMT, 2012. p. 133 – 152.

MENDEL, Toby. **Liberdade de informação: um estudo de direito comparado**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2009. p. 15 – 19.

MENDONÇA, Ana Valéria Machado. O uso da análise do discurso do sujeito coletivo em Ciência da Informação. *In*: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. (Org.). **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007. Cap. 6, p. 149 – 170.

MENOU, Michel J.; MCHOMBU, Kingo. Os profissionais da informação em comunidades desfavorecidas. *In*: VALENTIM, Marta Lúcia Pomim (Org.). **Atuação profissional na área de informação**. São Paulo: Polis, 2006. Cap. 8, p. 129 – 150. (Coleção Palavra-Chave, 14).

NOBRE, Gervana. Diversidades. *In*: MÁRLEY, Luanna (Org.) **Fortaleza de todos os amores: um arco-íris de poemas**. Fortaleza: Arte Visual, 2012. p. 77 – 78.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7 – 28, 1993.

ORTEGA Y GASSET, José. **Missão do bibliotecário**. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 2006. 82 p.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Judith Butler, condições de vida e o horizonte do representável. **Revista Cult**, São Paulo, v. 18, n. 205, p. 28 – 31, set. 2015.

PERES, Wiliam Siqueira. O mal estar das sexualidades e dos gêneros contemporâneos e a emergência de uma psicologia *queer*. *In*: SOUZA, Leonardo Lemos de; GALINDO, Dolores; BERTOLINE, Vera (Orgs.). **Gênero, corpo e @tivismos**. Cuiabá: EdUFMT, 2012. p. 39 – 56.

PÉRET, Flávia. **Imprensa gay no Brasil: entre a militância e o consumo**. São Paulo: Publifolha, 2011. 135 p.

PINHO, Fabio Assis. **Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras**. 2010. 149 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)-Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília – SP, 2010.

PREFEITO vai tirar páginas de livros que falem de ideologia de gênero. **UOL Educação**, São Paulo, 24 jan. 2017. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2017/01/24/prefeito-decide-tirar-paginas-de-livros-que-falem-sobre-ideologia-de-genero.htm> Acesso em: 24 jan. 2017.

RIBEIRO, Cláudia Maria. Agitando conceitos que perpassam as temáticas de gênero e sexualidade. Navegando por entre dimensões teóricas, metodológicas e políticas. *In*: CASAGRANDE, Lindamir Salete; LUZ, Nanci Stancki; CARVALHO, Marília Gomes de (Orgs.). **Igualdade de gênero: enfrentando o sexismo e a homofobia**. Curitiba: Editora UTFPR, 2011. p. 327 – 341.

SANTOS, Raimunda Fernanda dos; NEVES, Dulce Amélia de Brito; SILVA, Laelson Felipe da; CÔRTEZ, Gisele Rocha. A representação colaborativa da informação e a construção de linguagens documentárias sobre diversidades de gêneros: análise das contribuições do Dicionário de gêneros - “Só quem sente pode definir”. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 18., 2017, Marília, SP. **Anais eletrônicos...** Marília: UNESP; ANCIB, 2017. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/viewFile/428/852> Acesso em: 2 jan. 2018.

SILVA, Nathanael Araujo da. **As pessoas dos livros e os livros das pessoas: uma etnografia sobre a produção e circulação de obras LGBTs**. 2016. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica – RJ, 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (Orgs.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 73 – 102.

SOUZA, Leonardo Lemos de. Homofobia, juventude e escola. *In*: SOUZA, Leonardo Lemos de; GALINDO, Dolores; BERTOLINE, Vera (Orgs.). **Gênero, corpo e @tivismos**. Cuiabá: EdUFMT, 2012. p. 111 – 131.

TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva. A construção social das diferenças nas (homos)sexualidades e suas relações com a homofobia. *In*: SOUZA, Leonardo Lemos de; GALINDO, Dolores; BERTOLINE, Vera (Orgs.). **Gênero, corpo e @tivismos**. Cuiabá: EdUFMT, 2012. p. 83 – 109.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis; APB, 1989. 95p. (Coleção Palavra-Chave, 1).

VERGUEIRO, Waldomiro. Questões éticas do desenvolvimento de coleções: aspectos teóricos e práticos. *In*: CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. Comissão de Ética Profissional. **Ética profissional na prática do bibliotecário**. Brasília: Usina de Letras, 2011. p. 88 – 113.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação: princípios e técnicas**. 3. ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2010. 120 p.

WELLS, Tatiane; HOLMES, Tori. Relatando o retome a tecnologia: o ciberfeminismo chegou ao Brasil. *In*: SOUZA, Leonardo Lemos de; GALINDO, Dolores; BERTOLINE, Vera (Orgs.). **Gênero, corpo e @tivismos**. Cuiabá: EdUFMT, 2012. p. 209– 228.

WOLF, Eduardo. Ética e sexualidade: normatividades em perspectiva histórica. *In*: TORRES, João Carlos Brum (Org.). **Manual de ética: questões de ética teórica e aplicada**. Petrópolis, RJ: Vozes; Caxias do Sul, RS: EDUCS; Rio de Janeiro: BNDES, 2014. p. 711 – 732.

APÊNDICE

MODELO DE PLANILHA DE ANÁLISE FÍLMICA DE DVD

Referência do DVD:		
<p>PRINCESA. Direção: Henrique Goldman. Produção: Paolo Soravia e Angus MacDonald. Intérpretes: Ingrid de Souza; Cesare Bocci; Lulu Pecorari e outros. Roteiro: Luke Schiller. Manaus: Videolar; São Paulo: Europa Filmes, 2008. 1 DVD (90 min), NTSC, color. Baseado no livro Princesa de Maurizio Jannelli e Fernanda Farias de Albuquerque.</p>		
PERSONAGENS:		IDENTIDADE DE GÊNERO
Protagonista	Fernanda	Transgênero: Travesti
Antagonista	Gianni	Homem cis
Secundários	Várias travestis	Transgêneros: Travestis
PERSONAGENS:		EXPRESSÃO DE GÊNERO
Protagonista	Fernanda	Feminino
Antagonista	Gianni	Masculino
Secundários	Várias travestis	Feminino/Andrógino
PERSONAGENS:		SEXO BIOLÓGICO
Protagonista	Fernanda	Macho
Antagonista	Gianni	Macho
Secundários	Várias travestis	Macho/Indefinido no filme
PERSONAGENS:		ORIENTAÇÃO SEXUAL
Protagonista	Fernanda	Heterossexual
Antagonista	Gianni	Bissexual
Secundários	Várias travestis	Indefinido no filme
TEMÁTICA: Travestilidade		
ASSUNTOS DO FILME:		
<p>Migração ilegal de travestis do Brasil para a Europa; Desemprego para pessoas trans e travestis; Idealização e construção do corpo feminino; Assédio sexual; Exploração sexual; Prostituição das travestis; Impossibilidade do amor para pessoas trans; Cafetinagem; Indecisão e conflitos pessoais com a identidade e a orientação sexual; Bissexualidade.</p>		
GÊNERO FÍLMICO:		DRAMA
AQUISIÇÃO:		Raro, mas com disponibilidade no mercado informal ou com colecionadores.
RELEVÂNCIA: A personagem principal foi desenvolvida por uma atriz travesti.		